

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Vinte e Nove de Abril de Dois Mil e Vinte e Um

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas, teve início, no Grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve: -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Bom dia. Iniciamos com o toque da sineta. Eu ia começar por dar conhecimento das substituições de hoje. Do Grupo Municipal do PSD: falta Luís Couto Paula, é substituído por João Manuel Bandurra; falta a Sabina Mónica Soares Duarte que é substituída por Andreia Patrícia Plácido Fernandes; falta o Diogo Isidro que é substituído pelo Rodrigo Breia Lopes; falta a Ana Cristina Capelo Gomes Pereira que é substituída pela Francisca Afonso Mamede, que está connosco por videoconferência. Do Grupo Municipal do PS: falta o José Alberto Vargues Pires que é substituído por António Barbosa; falta a Paulisa Dóris Marques D’Assunção que é substituída pelo Nuno Laginhas. Do Grupo Municipal do CDS, falta a Elsa Marina Lourenço Gonçalves Silva que é substituída pelo José Carlos Breia Lopes. Do Bloco de Esquerda, falta o Marco Alexandre da Silva Loureiro que é substituído pelo Bruno Alexandre Figueiredo Andrade. Nas Juntas de Freguesia: falta o Presidente da Junta de Freguesia da Faia, João Filipe Dias Nunes, que é substituído pelo Secretário, Daniel José Pinheiro Almeida; falta o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Estrela, Ricardo Miguel dos Reis Gonçalves que é substituído pelo Secretário, Cristóvão Lages Antunes e falta a Presidente da Junta dos Meios, que é a Maria Teresa de Teles Cabral, que é substituída pelo Tesoureiro, Paulo Jorge Nascimento Pina. -----

Eu poria, agora, então, à votação, a ata da última Assembleia de 26 de fevereiro de 2021.” --

--- **Resultado da votação da ata do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e um.** ---

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta votos a favor. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Entravamos, então, no período Antes da Ordem do Dia com a apresentação dos respetivos documentos. Eu, se me permitissem, antes de dar a palavra aos grupos municipais, dava uma palavrinha à Assembleia sobre a Recomendação, que foi colocada na plataforma, sobre a adesão desta Assembleia Municipal à Associação Nacional das Assembleias Municipais. Como sabem, penso que todos sabem, está constituída há alguns anos, três, quatro, por aí, a Associação Nacional de Assembleias Municipais. Fazem parte ou são associados desta associação as Assembleias Municipais do País, Continente e Ilhas. A associação teve uma progressão relativamente grande em muito pouco tempo. Têm, neste momento, cerca de cento e sessenta, mais coisa menos coisa, cento e sessenta associados. São já parceiro nacional, porque a partir de cem associados passam a ter a categoria de parceiros sociais. E há algum tempo já que esta Assembleia Municipal deveria ter aderido, mas, por vicissitudes várias que não interessam agora ao caso, foi sendo adiada essa possibilidade. No Distrito penso que estão nove, salvo erro, associadas já. Sei também que Almeida, que ainda não é, que também vai aderir agora. E foi chegada a hora de

fazermos então a proposta de adesão a esta Associação Nacional. O procedimento que foi adotado, e que entendemos adotar, é o procedimento recomendado pela própria associação, pese embora, nos termos da lei, legalmente, a própria Assembleia Municipal, por si só, pudesse deliberar a adesão a esta Associação Nacional. O procedimento recomendado pela ANAM, é este que vai ser seguido aqui. Portanto, o que eles recomendam é que se faça uma proposta de recomendação à Câmara Municipal que é aprovada em Assembleia Municipal e que, posteriormente, a Câmara Municipal, em sessão de Câmara, aprove essa proposta de adesão e volta posteriormente à Assembleia para, em definitivo, deliberarmos a adesão definitiva da Assembleia Municipal a esta associação. A proposta de recomendação elenca, mais ou menos, o objetivo desta associação. Como sabem, é dar algum poder e alguma visibilidade às Assembleias Municipais, tradicionalmente órgão esquecido dos órgãos autárquicos e que, cada vez mais, pelo menos nas sociedades mais modernas, as Assembleias Municipais têm cada vez mais um papel mais interventivo, um poder mais ativo em todas as decisões da comunidade. E, portanto, a associação serve precisamente para isso, para valorizar o papel das Assembleias Municipais, assunto que todos sabem que me é muito querido e, portanto, eu, mais do que ninguém, entendo que esta adesão a esta Associação Nacional é pertinente. Para além de que é sempre um benefício, quer para as Assembleias, quer para o Concelho em si. Por isso, a recomendação que a Assembleia traz a esta sessão é precisamente a recomendação à Câmara Municipal, para depois ser feita a proposta camarária e voltar novamente, então, à Assembleia Municipal para aderirmos. Eu juntei os estatutos da Associação Nacional e juntei a folha com o valor das quotas. Como associação que é, é obrigatório o pagamento de uma quota anual que, neste momento, para o ano 2021, e no caso da Guarda porque se insere aqui nos Municípios que tem entre dez mil a quarenta mil eleitores, o valor anual é de 1250 euros. Portanto, também um valor relativamente irrisório. Não sei, quanto a esta Recomendação, se depois alguém tiver alguma dúvida, alguma questão que eu consiga ou possa ajudar a esclarecer, fico disponível para isso. -----

E dava agora, se calhar, a palavra aos Grupos Municipais e depois votaríamos tudo de seguida no final. Começamos pelo Grupo Parlamentar da CDU. Senhor Deputado Aires Diniz que tem uma Moção em defesa do património arquivístico, tem uma Moção pelo desenvolvimento do transporte ferroviário, uma Moção de saudação à revolução do 25 de Abril e é só. Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu queria saudar o ano europeu do transporte ferroviário. Eu, como muita gente já sabe, eu gosto muito de andar de comboio e segui com muita atenção e muito empenho a questão da situação do Barracão, da Benespera e também da ligação da nossa cidade Guarda à Covilhã, Fundão, a Belmonte também e a Castelo Branco. Portanto, eu estive aqui a cortar no texto inicial várias frases que já estão ultrapassadas. Portanto, vou dizer apenas que: «Considerando que no serviço Regional, os horários têm que ter uma lógica que sirva as populações locais, tanto nos trajetos de longo curso, como dentro da região, analisados os horários provisoriamente oferecidos entre a Guarda...» eu hoje fui buscar ao site da CP os horários e concluí e continuo a concluir que «...a CP mostra uma enorme falta de ambição, não tendo qualquer vontade de competir com o transporte pessoa...l», ou seja, poupando o nosso corpo, os nossos dinheiros e as nossas portagens «e com as empresas rodoviárias. Não mostra sequer vontade de criar sinergias, aumentando as ligações entre

todas as estações servidas. Assim, a CDU propõe que a Câmara Municipal da Guarda exija da CP horários e serviços ferroviários que desenvolvam o transporte ferroviário em articulação com os transportes rodoviários e particulares e desenvolva sinergias, recuperem a região e lhe deem resiliência necessária para que ultrapassemos os tempos difíceis que vivemos e vamos continuar a viver.» E é isto que resulta do corte que eu fui fazendo. -----

Vou continuar. Aqui há outra Moção, que é a Moção de Saudação à Revolução do 25 de Abril. «A Revolução do 25 de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional. O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo levantamento militar do Movimento das Forças Armadas, logo seguido de um empolgante levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a quarenta e oito anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado pelas comissões administrativas, logo após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres para os órgãos das autarquias locais, em dezembro de 1976. O Poder Local Democrático afirmou-se operando profundas transformações sociais e com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, nalguns casos até, excedendo em larga medida as suas competências. Comemorar Abril, relevando o que o Poder Local representa enquanto conquista desse momento ímpar da nossa história coletiva, exige que se lhe reconheça as condições para o exercício das suas atribuições e competências. Não basta tecer elogios ao Poder Local sem que se lhe atribuam os meios indispensáveis à sua autonomia e os recursos para o pleno exercício das suas responsabilidades. Não basta repetir loas à descentralização e, ao mesmo tempo, manter bloqueada a criação das regiões administrativas que, quarenta e cinco anos depois de estar consagrada constitucionalmente, está por cumprir. Não basta enaltecer a capacidade de realização das autarquias quando se tem em vista transferir competências sem meios financeiros correspondentes num processo que é, sobretudo, de desresponsabilização do Estado por funções que lhe competem e de transferência de encargos para as autarquias. Não basta falar das vantagens de proximidade quando se quer alijar as responsabilidades centrais e, ao mesmo tempo, teimar em manter por repor e devolver ao povo as mais de mil freguesias liquidadas contra a vontade das populações. As comemorações da Revolução de Abril, no ano em que se assinalam os quarenta e sete anos da Constituição da República, devem ser um momento para afirmar o Poder Local e o que ele representa de espaço de realização de direitos e aspirações populares. Um momento de afirmação da democracia, tanto mais atual quanto se desenham e se assumem abertamente projetos reacionários e antidemocráticos. Comemorar Abril é também, nas atuais circunstâncias, fazer uma afirmação de confiança no futuro da nossa região, mostrar que a vida pode e deve prosseguir criando todas as condições de prevenção e proteção, apontar o sentido da vivência coletiva, de partilha e de participação como indispensáveis à realização humana e à felicidade no nosso Interior.» -----

Depois, a última Moção é: Moção em Defesa do Património Arquivístico. Isto é a repetição daquilo que eu disse há dois meses. «Foi o eleito da CDU abordado há cerca de dois meses por diversos munícipes que estavam preocupados com o destino do Arquivo Histórico da Associação Comercial da Guarda e isso foi preservado pela sua compra. Muitos se preocupam agora com o Arquivo Municipal da Guarda, já que muito do que sabíamos lá existir desapareceu. Felizmente, o Arquivo da Escola do Magistério Primário está preservado no nosso Politécnico. Contudo, o mesmo não aconteceu ao Arquivo do antigo Liceu Nacional da Guarda, nem sabemos o que se passou com o Arquivo da Direção Escolar e da Escola Comercial e Industrial da Guarda, o resultado da luta dos comerciantes da Guarda e, ainda, de outros arquivos que porventura existam como por exemplo da Zona Agrícola.» eu, há uns anos, descobri que tinha desaparecido em grande parte. «Por incúria, perdemos, entretanto, partes importantes do Arquivo do nosso Hospital e Sanatório que faziam o retrato da nossa cidade com o Polo da Saúde e é elemento fundamental para a investigação em Saúde. São todos eles elementos fundamentais para a construção da memória da nossa Cidade, Concelho e Distrito e claro do nosso País, valorizando em simultâneo a nossa candidatura a Capital Europeia da Cultura, devendo por isso a Câmara Municipal da Guarda cumprir bem o objetivo de defender, proteger e preservar estes Arquivos. Assim, em defesa da nossa Identidade Cultural, a Assembleia Municipal da Guarda apela à Câmara Municipal para que defenda, proteja e preserve os Arquivos da nossa Memória Municipal, organizando em rede um sistema de informação que permita o trabalho de investigação histórica, assumindo-se como sua guardiã efetiva.» E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estes três documentos? Senhor Deputado Aragão, faz favor.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Boa tarde. Em relação às três Moções que o Deputado Aires Diniz apresentou. A do 25 de Abril não temos nada a dizer. Não é uma Moção porque não propõe coisa nenhuma. Bastava só o 25 de Abril, acho que todos nós nos vamos juntar nessa saudação. Na questão do transporte ferroviário, dizer que todos seremos a favor, já o dissemos na CIM, dizemo-lo aqui também, de uma ligação rápida, eficaz, barata entre as várias cidades e as várias ligações que existem na área da nossa Comunidade Intermunicipal e na área de abrangência da Guarda seguramente. Essa aí nem é preciso dizer, mas aí o transporte ferroviário perde um bocadinho de força, porque, efetivamente, não é nisso que ele é forte. Em relação à questão da guarda dos documentos, é evidente que a Câmara já mostrou que, efetivamente, pretende fazer com que esses arquivos, que esses documentos continuem e que sejam salvaguardados para o futuro. Portanto, concordamos e vamos votar a favor, sem problemas nenhuns. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Boa tarde a todos. Senhora Presidente, senhores elementos da Mesa, senhor Presidente, senhores e senhoras Vereadores, senhores e senhoras Deputados, senhores e senhoras Presidentes de Junta, senhoras e senhores Funcionários, cara Comunicação Social e elementos e pessoas que nos estejam a assistir pelos meios audiovisuais. Queria só também salientar que o Partido Socialista votará

favoravelmente todas as Moções, mas não podia, neste momento, deixar de salientar o seguinte. A inauguração prevista para domingo, da linha da ferrovia, da eletrificação da ferrovia, da ligação da Covilhã à Guarda, é um acontecimento importante. E é, torna-se e reveste-se de uma importância maior, porque é mais uma das promessas que o Partido Socialista vem cumprir. E aqui ligava também o Partido Comunista quando aceitou, portanto, apoiar o orçamento que foi aprovado no último ano, no ano transato. Assim sendo, parece-me óbvio que, neste momento, convém salientar essa iniciativa. Convém valorizar essa iniciativa e convém também afirmar que o Partido Socialista contribui definitivamente para o desenvolvimento da nossa região, com este tipo de iniciativas. É a inauguração da eletrificação da linha da ferrovia, mas serão muitos outros projetos que se irão concretizar ainda durante este ano. E ouvimos recentemente no 25 de Abril o Presidente da Câmara referir-se a esses mesmos projetos e iniciativas e investimentos que o Governo está a fazer no nosso Concelho, no nosso Distrito, e que vão contribuir definitivamente para alavancar o desenvolvimento da nossa região. Assim sendo, não podia deixar, neste momento, de valorizar esta iniciativa do Partido Socialista. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Faz favor. Não, são três. É a da ferrovia, é do 25 de Abril e a do arquivo. É uma saudação sob a forma de Moção. Muito bem. Então, passávamos agora ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Senhor Deputado, faz favor. Um voto de Saudação ao Primeiro de Maio. Desculpe... votamos, depois, tudo no fim, os documentos todos. É mais fácil. Não me lembro? Lembro. Temos feito assim, habitualmente.” -----

- **Deputado Bruno Andrade (BE):** “Muito obrigado. Saudar a senhora Presidente e restante Mesa, senhor Presidente da Câmara e restante Executivo, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, trabalhadores do Município e restantes pessoas que nos ouvem em casa. «Voto de Saudação ao Primeiro de Maio. No dia 1 de maio de 86, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram à rua exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão e que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão, os trabalhadores continuaram a luta que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora. Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de abril, depois da década de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma nova conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, ao direito ao trabalho e ao salário, à luta pelo pleno emprego, ao reconhecimento às férias e subsídio de férias, à proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3 mil e 300 escudos, hoje 16 euros e 50. Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, o direito à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento de trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores - Contrato de Trabalho. Portugal atravessa hoje um período muito complicado, com trabalhadores em lay-off, trabalhadores precários a serem constantemente ameaçados ou despedidos, falta de condições de higiene sanitária para

trabalhar (locais em contato com o público, onde não são fornecidos, sequer, luvas ou máscaras para trabalhar) e um aumento generalizado de insegurança e desemprego. A defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todos e de todas. Antevendo uma grave crise económica e de direitos de trabalho, faz ainda mais sentido lembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 29 de abril de 2021, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera: Primeiro - Saudar o 1º de Maio e fazer votos para que seja o momento apregoador e agregador de várias gerações e saudar nele a coragem de todos e todas, homens e mulheres, que exigem a dignidade na defesa da democracia, do desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e prestação de um serviço público. Segundo - Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações em cidades que, na defesa da nossa saúde, asseguram serviços como recolha do lixo, venda de bens essenciais, o transporte, o correio, a limpeza, a manutenção de infraestruturas e de estruturas e a garantia da alimentação de emergência aos mais necessitados. E terceiro - Saudar o trabalho de todos os profissionais na área da saúde, proteção e segurança no combate à pandemia em curso, em particular a todo o SNS e seus profissionais.» Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre este documento? Não? Muito bem. Passávamos, então, ao grupo parlamentar do PS. Uma Moção sobre as abelhas. Quem faz a leitura? Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Ricardo Antunes (PS):** “Boa tarde a todos os presentes. A Moção não é sobre abelhas, mas anda lá perto.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Desculpe? Não percebi.” -----

- **Deputado Ricardo Antunes (PS):** “A Moção não é sobre as abelhas, mas anda lá perto.” ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É sobre as abelhas, sobre a polonização...” ----

- **Deputado Ricardo Antunes (PS):** “A Moção, que todos os Deputados tiveram acesso e que puderam ver, vem no sentido de propor à Autarquia que estude a possibilidade de ter um Plano Estratégico para a Apicultura na nossa região e a possibilidade... eu pedia que pusessem ali no ecrã... eu tive o cuidado de anteriormente dispor o material. Aqui o objetivo é mesmo que a Autarquia, além de desenvolver este estudo da importância que pode vir a ter, efetivamente, a atividade apícola na nossa região, que estude também a possibilidade de desenvolver, através, dou o exemplo do FEDER mas pode ser o tipo de apoio, a criação de uma Central Meleira. Uma Central Meleira, para quem não sabe, é um centro de extração de mel. Todos irão questionar-se: mas isso não é um uma atividade privada? Claro, pode ser uma atividade privada. A legislação existe. Até uma determinada produção são necessárias determinadas condições, a partir de outra determinada produção é necessária uma logística maior. Mas o que acontece é que qualquer pequeno Apicultor que saiba fazer contas, vai chegar à conclusão que é muito mais vantajoso haver uma Central Meleira na região, onde se possa deslocar e proceder à extração do seu mel, tanto seja para vender a granel à Central,

como para criar uma marca própria e comercializar com uma marca própria. Aqui a importância é que estas centrais podem, efetivamente, criar aqui uma economia de escala e reduzir, significativamente, os custos da extração desta atividade. É claro que estamos a falar de uma atividade económica em que, principalmente nos dias em que vivemos, tudo é importante, por mais pequena que seja, tudo é importante para que haja criação de valor na nossa região. E esta Central iria não só desenvolver, que fossem poucos, empregos diretos, mas também dinamizar aqui até o aparecimento de mais jovens, ou de novos apicultores que se quisessem instalar na nossa região, como uma atividade principal, ou até como uma atividade extra de forma de rendimento, porque há diversas famílias que podem ter necessidade de ter um rendimento extra, a atividade apícola pode, efetivamente, ser uma alternativa. Eu gostava que colocassem aquilo ali no ecrã. E isto porquê? Porque, efetivamente, ao haver uma Central Meleira na nossa região, que a nosso ver, ao ver do Partido Socialista, pode ser efetivamente um projeto importante que, numa fase inicial, fosse abraçado pela Autarquia, pelo Município. Não obstante, numa fase posterior, pudesse ser associada à criação de uma associação, de uma cooperativa, que depois pudesse até fazer o desenvolvimento... não se vê muito bem, mas pronto... que pudesse depois fazer aqui a gestão e desenvolver esta Central Meleira. Trouxe, como exemplo, porque nós não temos que inventar nada, basta-nos copiar, muita das vezes, casos de sucesso, trouxe aqui o exemplo da Central Meleira de Castelo Branco. Isto, efetivamente, foi uma iniciativa da Câmara Municipal, foi uma candidatura que a Câmara Municipal efetuou, na altura, ao FEDER. Uma candidatura de cerca de 500 mil euros, em que foi financiada em cerca de 80%. Logo, a Autarquia investiu aqui pouco mais de 100 mil euros e originou aqui, efetivamente, o aumento da produção de mel. Atenção que, uma Central Meleira, nem a atividade apícola se restringe só à produção de mel. Há o pólen, há outro tipo de produtos que saem desta atividade. E, como podem reparar, em 2017, Castelo Branco teve já nesta Central Meleira, que foi criada pela Autarquia e depois dada, efetivamente, a gestão a uma associação, de trinta e uma toneladas, passando já, no ano de 2019, para quarenta e seis toneladas. Neste momento, eles já contam com cinquenta e cinco apicultores ali do Concelho e da região que usa, efetivamente, esta Central Meleira para a sua atividade. É claro que depois estas centrais, também há aqui um acréscimo de conhecimento, podem ter técnicos qualificados que dão apoio efetivamente aos apicultores, que ajudam efetivamente em toda esta atividade, e que efetivamente pode ser uma mais-valia a criação desta Central Meleira no nosso Concelho. Deixo, então, esta Moção, no sentido de a Autarquia poder fazer um pequeno estudo. Como podem reparar, os Açores têm um plano estratégico do ano 2020-2029 para a produção apícola. Penso que a Autarquia podia fazer algo semelhante, a criação deste efetivamente deste plano estratégico, e, daqui, depois derivar efetivamente uma candidatura à criação de uma Central Meleira. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém para intervir? Não? Muito bem. Passamos, agora, ao CDS. Temos uma proposta... é uma Recomendação, esta proposta penso que é uma Recomendação à Câmara...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não. É uma proposta, é para ser votada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sobre a distribuição de máscaras transparentes nos infantários e escolas do primeiro ciclo. Faz favor, senhor Deputado Henrique Monteiro.”

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito boa tarde a todos. Cumprimento a senhora Presidente e a Mesa, o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, os senhores Deputados Municipais, Presidentes de Junta, Comunicação Social, os Funcionários da Câmara e todos aqueles que nos acompanham através das redes digitais. Distribuição de máscaras transparentes nos infantários e escolas do primeiro ciclo. «A pandemia que estamos a viver trouxe desafios que obrigaram à implementação de medidas de mitigação dos seus efeitos. No entanto, o contexto de incerteza científica sobre o vírus que está na origem da pandemia levou a que muitas dessas medidas tivessem sido implementadas, umas vezes sem fundamento científico, outras vezes sem que os seus possíveis impactos negativos tivessem sido antecipados. Por estas razões, e porque acreditamos em políticas baseadas em evidências, estas medidas devem estar sujeitas a uma monitorização constante dos seus impactos para que, quando necessário, possam ser corrigidas. Como todos sabemos, uma das medidas impostas pelo Governo refere-se ao uso generalizado de máscaras. Não queremos, com esta proposta, entrar na discussão sobre a eficácia ou não das máscaras na transmissão do vírus. Todavia, nas últimas semanas têm vindo a público os resultados dos primeiros estudos sobre o impacto do uso das máscaras, por professores, educadores, cuidadores e auxiliares de educação, no desenvolvimento cognitivo e motor das crianças. Para muitos, estes estudos vieram reforçar o que já se sabia: o uso das máscaras por parte dos profissionais de educação está associado aos atrasos verificados no desenvolvimento cognitivo e motor das crianças, cuja aprendizagem se baseia em grande parte na leitura da expressão facial dos adultos. O impacto negativo é muito elevado em bebés e crianças em idade pré-escolar, mas também se verifica, de forma preocupante, em crianças até aos dez anos. Sem a expressão facial, as crianças não conseguem identificar emoções nem estabelecer relações emocionais com o outro, desenvolvendo, em casos mais graves, comportamentos de apatia e indiferença social, conhecidos vulgarmente por sociopatia. A expressão facial também está associada à capacidade de aprendizagem da fala a partir dos catorze meses de idade e ao longo de várias fases de desenvolvimento verbal da criança. O impacto que um ano de privação deste mecanismo fundamental de criação de empatia tem no futuro destas crianças ainda está por determinar. Acreditamos, por isso, que é preciso agir rapidamente. A Câmara Municipal tem aqui uma oportunidade para dar um contributo na mitigação deste problema, seguindo o exemplo do que tem sido feito em países como a França, os Estados Unidos da América e o Japão. A solução não é complicada e está perfeitamente ao alcance. Neste sentido, o grupo municipal do CDS-PP Guarda, propõe que a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 29 de abril de 2021, aprove: 1 - Que a Câmara Municipal da Guarda adquira e distribua gratuitamente, nos infantários e escolas do 1º Ciclo do Concelho da Guarda, máscaras cirúrgicas 100% transparentes para uso de todos os profissionais de educação. Existem no mercado marcas autorizadas que podem dar resposta a esta necessidade. 2 - Que juntamente com a distribuição de máscaras transparentes, a Câmara Municipal promova ações de sensibilização junto dos profissionais de educação para a importância do seu uso.» E deixa

aqui um conjunto de informação, artigos de imprensa, e também de endereços eletrónicos de marcas de máscaras deste tipo que aqui se sugere. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém para intervir sobre este tema? Não? Muito bem. Então, terminada que está a apresentação dos documentos, faríamos agora a votação dos mesmos. Começaríamos, então, pela Recomendação de adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais. Genericamente, alguém vota contra? Ah, pois é! Tem razão. Muito obrigada. Tem razão, é uma Recomendação. Diga, diga. Não percebi. Desculpe? Sim, é votada depois a adesão final. É, tem razão. Tem razão. Peço desculpa. Votamos, então, as Moções da CDU.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Em Defesa do Património Arquivístico** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e oito votos a favor. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Saudação à Revolução de 25 de Abril**-----

- Aprovada, por maioria, com sessenta e seis votos a favor e dois votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Declaração de Voto. Faz favor, senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Nós votámos contra, porque acho que este 25 de Abril, foi um 25 de Abril triste. E triste por várias razões. Primeiro, tivemos um 25 de Abril em que a maior presença não foi a da Liberdade, foi a da corrupção. Em segundo lugar, ficámos a saber que afinal o 25 de Abril tem donos e a liberdade também tem ideologia. E daí nós termos votado, concretamente, esta Moção, contra esta Moção da CDU. Obrigado.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Votamos, agora, a Moção pelo desenvolvimento do transporte ferroviário.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pelo Desenvolvimento do Transporte Ferroviário** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e oito votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS_PP/MPT/PPM):** “Lembrar que a Guarda está há mais de onze anos sem ligação ferroviária à Covilhã pela linha da Beira Baixa, por responsabilidade do Partido Socialista, do Governo do Partido Socialista, do Governo de José Sócrates, que levou este País a uma situação de bancarrota. E, por essa razão, as obras de eletrificação e modificação da linha da Beira Baixa foram suspensas em 2010. Só isto.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passamos, então, à votação da Moção de saudação do 1º de Maio, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Saudação** -----

----- **Ao 1º de Maio** -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta e seis votos a favor e duas abstenções. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Faz favor, senhor Deputado Henrique Monteiro. Declaração de Voto.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “A abstenção do CDS deve-se ao facto de isto ser uma Moção profundamente ideológica e claramente que nós estamos distantes das ideologias extremistas do Bloco de Esquerda. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Temos, agora, a Moção... Sim? Declaração de Voto. Faz favor, senhor deputado.” -----

- **Deputado Bruno Andrade (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Há coisas que nos intriga aqui a todos e questiona-nos aqui tudo, nomeadamente certo tipo de atitudes, nomeadamente do senhor Deputado Henrique Monteiro na questão da votação. É livre, é livre de... sim, eu vou... Já conhecemos a posição do CDS relativamente aos trabalhadores, relativamente ao 25 de Abril. Foi claro, votou. A sua votação foi clara. A linha da Beira Baixa, lembro que foi a TROIKA, do vosso Governo em coligação com o PSD, que cancelou a obra lançada aqui pelo Partido Socialista que foi o Sócrates que começou. Não estou a defender o Governo Socialista, porque todos sabemos o que é que culminou com aquilo tudo. Agora, relativamente ao Voto de Saudação do 1º de Maio, é a vossa abstenção que vai ficar registada como a luta que todo o povo faz pelos trabalhadores, e a defesa, e a dignidade de todos os trabalhadores em relação ao 1º de Maio. Muito obrigado, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Sim? A sua honra não está ofendida, senhor Deputado. Não. O senhor Deputado quer fazer é um Voto de Protesto contra a Presidente da Assembleia porque o deixou falar. Mas o senhor Deputado sabe tão bem quanto eu, e quanto esta assembleia, quantas vezes o senhor já usou do mesmo estratagema. Portanto, não esteja... Muito bem. Estamos esclarecidos. Passamos... Não, agora não. Passamos à votação da Moção sobre Apicultura (está melhor assim, senhor deputado? Muito obrigada) do Partido Socialista.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- apresentada pelo Partido Socialista -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e nove votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim? Faz favor, senhor Deputado José Carlos. Declaração de Voto.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito boa tarde a todos. É só para dizer que o nosso...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Vai usar o mesmo estratagema.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não, não. É rápido.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Mas pode falar.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Esta Moção é muito importante. Parece um bocado Apicultura e tal, mas é muito importante, porque se nós quisermos quantificar o trabalho das abelhas, são biliões de dólares. Portanto, é fundamental a proteção destes

insetos, porque nós achamos que os pomares dão maçãs por acaso. Se não houver a fecundação cruzada das abelhas, um trabalho incrível, feito de borla, pelos insetos, as coisas não iam ser assim. Nós, rapidamente, íamos ficar em trabalhos. Portanto, acho que é muito importante o que o PS veio aqui propor, esta moção. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, penso que é mais ou menos consensual, e de conhecimento geral, que a polinização feita pelas abelhas é fundamental à sobrevivência dos ecossistemas, penso eu. Eu percebo pouco disto, mas até aqui ainda vou. Sim, sim. Mas eu quando corrigi não estava a brincar, quando disse as abelhas é porque é mais... acho que é mais entendível a quem nos está a ouvir. Não estou a falar de quem está, mas quem nos está a ouvir, eventualmente, falar só em Apicultura, pode não associar. Mas é fundamental, é extremamente importante. Passamos, então, à votação dos documentos do... é só uma proposta. Quer votação da Proposta? Pronto. É que, em termos regimentais, de acordo com o nosso Regimento, as propostas têm que revestir a forma de qualquer um dos documentos que aqui estão previstos. Mas pronto. Sim, eu sei. Mas, regimentalmente, as propostas têm que revestir a forma ou de Moção ou de Recomendação. Pronto, mas tudo bem. Façamos a votação da proposta.” -----

----- **Resultado da votação da Proposta** -----

----- **Distribuição de máscaras transparentes nos infantários e escolas do primeiro ciclo** -----

- Aprovada, por maioria, com sessenta e oito votos a favor e uma abstenção. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Estava a abster-se, não era Rui? Sim, é. Mas depois também quer falar? Muito bem. Declaração de Voto. Senhor Deputado Rui, faz favor.”

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Boa tarde, senhora Presidente e restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores, senhoras e senhores Deputados, Técnicos da Autarquia, Comunicação Social e quem nos acompanha. Muito rapidamente, a minha abstenção deveu-se ao facto de, compreendendo embora as razões invocadas pelo senhor Deputado Henrique Monteiro, enfim, da inserção das crianças no contexto de ensino, mas cabe recordar que o ensino, e a presença dessas crianças no ensino, não é o Alfa e o Ómega das suas vidas. As crianças continuam a estar inseridas no seu meio familiar em casa, com os seus pais, etc. e, portanto, eu não vejo, não fiquei inteiramente convencido de que esta seja uma necessidade assim tão premente como o texto da Moção deixa antever. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Não? Muito bem. Então, eu não tenho ninguém inscrito para falar. Ninguém quer falar hoje? Muito bem, senhor Deputado, faz favor. Senhor Deputado, dê-me só um minuto. Eu não sei se quem está em casa nos está a ver e a ouvir, porque eu estou sem imagem. Estão? Era importante, relativamente as votações, que nos fizessem chegar, de alguma forma, o sentido de voto, porque... nós estamos a considerar mais ou menos o sentido de voto da bancada, mas, se for diferente, peço que nos façam chegar essa informação. Eu não ouço, não estou a ouvir. Sei que está a falar, mas não consigo ouvi-la.” -----

- **Deputada Teresa Freitas da Silva (PS):** “Só um segundo, por favor.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Agora sim, estou a ouvi-la.” -----
- **Deputada Teresa Freitas da Silva (PS):** “Já conseguiu, senhora Presidente?” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, agora estou a ouvir. Faz favor.” -----
- **Deputada Teresa Freitas da Silva (PS):** “É só para dizer que eu estou a acompanhar e estou a ouvir perfeitamente o que se passa nessa Assembleia.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “E o sentido de voto é igual ao da bancada.” ---
- **Deputada Teresa Freitas da Silva (PS):** “Exatamente, senhora Presidente.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Francisca, está a ouvir-nos? Eu não vejo nem ouço a Francisca. Hugo?” -----
- **Deputado Hugo Fernandes (PSD):** “Perfeitamente. Estou a ouvir perfeitamente e, até ao momento, não ouve qualquer...” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. E o sentido de voto é o da bancada. É isso?” -----
- **Deputado Hugo Fernandes (PSD):** “Até agora sim. Se houver alguma discrepância eu também avisarei.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ok, muito bem. Francisca.” -----
- **Deputada Francisca Mamede (PSD):** “Peço desculpa. Sim.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Está a acompanhar-nos? Está a ouvir-nos?” ---
- **Deputada Francisca Mamede (PSD):** “Sim, sim, estou a ouvir.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Se houver algum sentido de voto diferente do da bancada, por favor tente-nos alertar, ou através do líder da sua bancada, para nós contabilizarmos. Está bem?” -----
- **Deputada Francisca Mamede (PSD):** “Sim. Ok.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado, faz favor.”
- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito boa tarde a todos. Esta intervenção vem mais no sentido de uma recomendação, se pudermos fazer, porque, agora aos cinquenta anos, resolvi tirar a carta de mota e nós achamos que por termos trinta anos de carta que passamos à primeira no exame. E a verdade é que, se algumas regras nós esquecemos, há outras que os nossos falhanços não são responsabilidade direta nossa. E o que se passa, daí a minha intervenção de hoje: armadilhas na Segurança Rodoviária na Guarda. O CDS-PP já cá fez uma intervenção em relação à pintura das marcas rodoviárias, nomeadamente nas rotundas na VICEG. Eu sei que o senhor Presidente já disse que isso estava a ser tratado, mas está a demorar muito. E isto é especialmente importante quando toda a gente sabe que o instruendo ou o examinando, no dia do exame, vai tendo pontos. Chegando aos oito pontos reprovou. Estes pontos das rotundas. Mas há outras coisas, nomeadamente, como eu vos vou

mostrar, que têm a ver com os sinais escondidos e outras coisas esquisitas. Isto é a rotunda no final da 31 de Janeiro. Não tem marcação, tem duas faixas. Os examinandos têm que adivinhar onde é que está o meio da rotunda. Se quiserem virar à esquerda, têm que passar para um lado. Portanto, isto pode ser complicado para quem está a fazer o exame e, nomeadamente, quando está a regressar ao centro de exames. Cá está, deste lado direito temos a pintura bem feita. Não se vê muito bem. Mas, no entanto, temos duas faixas a confluir na rotunda e não temos a marcação no centro da rotunda. Aqui a mesma coisa, na rotunda dos cubos da Dorna. Continuamos sem marcação, muito importante. Mais uma vez, quem vai para o liceu depois tem que sair, ou quem vai para baixo pode gerar confusão. Nós somos da Guarda, conhecemos os sítios. Mas quem vem fazer exame de longe, tem um dia para conhecer a cidade, é muito difícil e pode levar a reprovações escusadas. Depois, temos aqui a coisa mais incrível que alguém conseguiu fazer. Aqui o contraste não se vê muito bem, mas quem vem de baixo, do centro de exames, vem das Lameirinhas esta rua, alguém pintou um tracejado que vem assim na diagonal. Ou seja, porquê? Para evitar que, quem vem de baixo, tenha que contornar esta placa. Só que, quem vem de cima, tem prioridade sobre quem entra, que é uma coisa esquisita, e depois tem um Stop à frente que está escondido ao pé de uma árvore. Uma armadilha, claramente. Estamos a chegar ao centro de exames, podemos reprovar no último momento. Aqui, Lameirinhas... tenho que ser rápido por causado tempo. Lameirinhas, diz ali as intersecções das ruas, o instruendo ou o examinando tem que imaginar onde é que é a faixa de rodagem, onde é que é o centro, onde é que estaria uma hipotética rotunda. Parece que nós temos que apontar para as caixas de esgoto que ali se encontram. Não é admissível. Não é admissível e isto pode ser facilmente... se quiserem eu dou-vos o dinheiro para o balde da tinta. Aqui vê-se melhor. Portanto, temos aqui uma cedência de prioridade, temos que adivinhar onde é que vamos passar. Não é admissível. Isto não é admissível. A Guarda é um centro de exames. Não é admissível. Aqui, vejam, se repararem, alguém resolveu por um sinal de passadeira a tapar o Stop e à frente temos um sinal de cedência de prioridade desenhado no chão. É muito fácil cair. Isto não pode ser. Aquilo de certeza que não está à distância regulamentar. Esta é a intercessão ali no Bairro da Senhora dos Remédios. Esta passadeira pintada em cima do cruzamento. Aqui ausência de marcações. Quem quer ir para cima... tem que se adivinhar, andamos sempre a adivinhar. O problema é que andamos sempre a adivinhar e não pode ser. Aqui, esta é a famosa armadilha onde muitos engenheiros gostam de lixar o pessoal. Desculpem lá a linguagem. Isto é a descida do Escocês, sentido único. O meu instrutor mandou-me virar à esquerda. É claro que eu ia no sentido único, não tenho mais placas a dizer nenhuma, além não há placa a dizer que é sentido único, mas aquela rua que vem debaixo tem dois sentidos. Portanto, moral da história: reprovação. Portanto, eu, no primeiro dia, reprovei cinco vezes. No segundo dia, reprovei uma. É para vocês verem que não é fácil. Porque uma coisa é no dia a dia, podemos evitar. Agora, com o engenheiro atrás, e dependendo a nossa carta disto, é muito preocupante. Portanto, não há sinalização a dizer que é via de sentido único, não há ali sinalização, não há um praça, não há uma marcação no chão. Não pode ser. Alguém pode tirar aquilo além em cima, se faz favor? Esta é a cereja no topo do bolo. Ok. Portanto, estamos a aproximar-nos aqui de uma intersecção, a sinalização de passadeira... pode virar à esquerda, pode ir à esquerda senhor Lopes. Sim senhor, viro à esquerda. Está reprovado. Porquê? Está um Stop aqui virado para a rua de cima. Digam-me quem é que faz isto? Quer dizer, não cabe na cabeça

de ninguém. Está um Stop virado para a rua de cima. É claro que, quem vai para a direita, consegue ver o Stop. Mas eu vou para a esquerda, eu deveria estar avisado que vai haver um Stop. Não é admissível e é fácil. Senhor Presidente, é só mandar trocar a placa, se faz favor, para evitar que pessoas como eu, e outras, no dia de exame, reprovem por uma coisa tão estúpida como esta. E se repararem, o ângulo de visão, aquela placa, aquele sinal de passadeira fica no ângulo de visão de quem quer virar à esquerda, mais uma vez a tapar um sinal importante. Pronto, é só isto. É só uma recomendação, não é nenhuma crítica. Mas a verdade é que eu, no papel de instruendo, desta vez, vi a dificuldade. E reparem. Quem é de cá bate estes locais todos, os instrutores sabem bem. Mas quem vem de fora não tem tempo para ver estes pormenores todos e a sinalização rodoviária não devia ser uma armadilha. Devia ser claro para as pessoas que aquilo é um cruzamento que tem um Stop. Entre outras coisas, está bem? Portanto, recomendávamos que fizessem a mudança destas sinalizações, o mais depressa possível. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhora Deputada Vanda.” -----

- **Deputada Vanda Bule Sá Rodrigues (PSD):** “Muito boa tarde. Cumprimento a senhora Presidente e restantes elementos da Mesa, senhor Presidente, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Técnicos do Município, os restantes elementos que nos ouvem pelos meios digitais e também a Comunicação Social. Eu venho falar da reabertura da linha da Beira Baixa. Queria corrigir apenas o senhor Deputado Monteirinho, quando referiu há pouco que a linha iria ser inaugurada no dia 2 de maio. A linha vai reabrir dia 2 de maio, no entanto, vai ser inaugurada no dia 4 de maio. A linha foi inaugurada a 6 de setembro de 1891 pelo Rei D. Carlos. A linha da Beira Baixa liga as cidades do Entroncamento e da Guarda, passando ainda por Abrantes, Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, Fundão e Covilhã. Inicialmente, a ligação chegava apenas à Covilhã. O troço de ligação à Guarda, viria a ser inaugurado a 11 de maio de 1893. Este troço foi encerrado em 2009 (e não em 2008, senhor Deputado Henrique Monteiro) e doze anos depois, e não onze, reabre requalificado e eletrificado, sendo que a sua inauguração se irá realizar no próximo dia 4 de maio, pelo senhor Primeiro Ministro António Costa e o Ministro das Infraestruturas. Ao longo do seu trajeto, a linha oferece uma bonita e variada paisagem, desde a companhia do rio Tejo até Vila Velha de Ródão, passando pelos sopés das Serras da Gardunha e Estrela à medida que entra na Cova da Beira, e terminando com a subida pelo Vale da Teixeira até à cidade mais alta do país. Esta é, certamente, uma das linhas mais bonitas de Portugal. O extremo norte da linha da Beira Baixa foi também considerado o troço em pior estado, quando encerrou, temporariamente, a 9 de março de 2009. Até essa data, os seus 46,5 km estavam limitados a uma velocidade máxima de 60 km por hora, que descia aos 20 km por hora em sete pontes. Atravessando uma encosta paralela às montanhas da Serra da Estrela, no Vale da Teixeira, este troço proporciona uma paisagem de Vale Beirão extraordinária em grande parte da sua extensão. A linha atravessa ainda o rio Zêzere, possui um túnel e segue paralela à A23 na maior parte da sua extensão. A 9 de março 2009, como já referi, a linha encerrou entre a Covilhã e a Guarda, para profundas obras de modernização entre Caria e Olas - Maçainhas, onde havia carris ao serviço desde a inauguração. Seguiu-se um período de abandono e de incerteza, que foi terminado oito anos depois quando as obras

foram retomadas em março de 2018. Inicialmente prevista para o final de 2019, a reabertura sofreu sucessivos atrasos devido a vários problemas na obra e, em parte, também devido à pandemia Covid-19. Enquanto sucediam várias especulações, ruídos e algum alarme social, perante o olhar atento e responsável do senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, decorriam contactos com a Direção da CP para ter acesso a toda a informação possível relativa a tudo o que é transporte na linha férrea da Beira Baixa, tendo em conta sempre as necessidades de toda a população, quer da Guarda, Belmonte, Covilhã e Fundão. Neste sentido, decorreu uma reunião no passado dia 21 de abril com o Conselho de Administração da CP, na qual foram definidos os horários e as paragens dos comboios que circularão a partir de domingo, 2 de maio, na linha da Beira Baixa, e que foram comunicados ao senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda. Salientar ainda que, no dia de ontem, se realizou um seminário online sobre a reabertura da referida linha, do qual resultou a confirmação de que todos os comboios que vão circular no troço entre a Covilhã e a Guarda, mesmo os Intercidades, vão parar na estação de Belmonte e nos outros apeadeiros abrangidos pela linha, tanto na Benespera, como no Barracão. Uma medida justificada para valorizar a mobilidade regional. É certo que doze anos e dois meses depois, o troço Covilhã-Guarda finalmente volta ao ativo, para regozijo das populações que sempre contestaram o fecho da linha. A reabertura é um momento importante, diria mesmo histórico para o nosso Concelho e para a região, tendo em conta a importância da linha da Beira Baixa para o futuro do território. Esta linha será também importante na ligação com Espanha, Europa e também servirá de alternativa à linha da Beira Alta. Fazendo votos para que a linha traga efetivamente progresso, cabe ao Governo aplicar, nesta e noutras regiões do Interior, medidas de apoio aos utilizadores deste e de outros meios de transporte, como já acontece nas grandes áreas metropolitanas, por forma a garantir a equidade territorial. Olhemos agora para alguns aspetos que a reabertura desta linha poderá proporcionar para a Guarda: quanto à mobilidade regional, melhora a ligação entre a Guarda e a Covilhã (ligando as duas cidades em cerca de quarenta minutos) e poderá ser, se os horários forem adaptados às necessidades locais e se forem aplicadas medidas de mobilidade que conciliem o comboio com os transportes urbanos, uma alternativa à utilização do automóvel por parte de quem vive, trabalha e estuda na Guarda e na Covilhã. E acrescentar também que possibilitará um melhor acesso, por exemplo, à saúde. Relativamente ao turismo, abrem-se grandes perspetivas para este setor, pois o comboio poderá ser também o meio de transporte para trazer visitantes para o nosso território. Pense-se, por exemplo, na possibilidade de transportar turistas para a Guarda em determinadas épocas do ano, como acontece com as Amendoeiras de Vila Nova de Foz Côa. Neste aspeto, atente-se à possibilidade de protocolar com a CP a realização de comboios especiais, em datas específicas, para os turistas assistirem, por exemplo, à tarefa da apanha da azeitona no Vale da Teixeira, que é servido pelas estações da Benespera e do Barracão/Sabugal, como foi o sugerido por um dos participantes numa mesa redonda realizada na Benespera, durante a primeira edição do projeto de animação territorial Sabores e Tradições do Vale da Teixeira - o Azeite. E pensar também numa iniciativa idêntica para a Feira Farta quando for retomada com todo o fulgor. Será possível negociar com a CP realização de “comboios especiais”, que tragam pessoas de Lisboa, de manhã, para visitarem a nossa feira, comprarem os nossos produtos, e regressarem a casa ao fim do dia? E eu posso dizer que isto já aconteceu numa das edições da Feira Farta, um professor da Universidade

de Lisboa veio no comboio Intercidades, de manhã, veio visitar a Feira Farta, comprou os nossos produtos, comprou-me a mim, também, na banca da Ramela, azeite, e parabenizounos por causa de termos a Feira Farta, que era uma boa iniciativa, mas também dizer que o comboio foi o meio de transporte que utilizou. Daí eu estar a falar neste sentido. E também na cultura, o que podemos esperar da nova ligação da linha da Beira Baixa? Na minha opinião, também muito. Por exemplo: quando a normalidade regressar à nossa sociedade, não se pode pensar a criação de um “comboio cultural” que ligue Lisboa à Guarda, e outro do Porto pela linha da Beira Alta? É ou não possível idealizar e operacionalizar com a CP a realização de ligações especiais para trazer espectadores a determinados concertos do Teatro Municipal da Guarda, com animação e atividades culturais ao longo do percurso? Fica a sugestão, numa altura em que a nossa cidade ambiciona ser a grande Capital Europeia da Cultura em 2027. Obrigada.” -----

- **António Carlos Fernandes, Primeiro Secretário da Mesa:** “Obrigado, senhora Deputada. Eu perguntava se mais alguns dos senhores Deputados das bancadas do Bloco de Esquerda, do PS... não temos aqui inscrições. O senhor Deputado Barbosa; o senhor Presidente da Junta de Famacão. Sim, senhor Deputado Barbosa, pode tomar a palavra.” -----

- **Deputado António Barbosa (PS):** “Boa tarde a todos. Queria cumprimentá-los, neste dia e neste local onde o poder local, uma das grandes conquistas do 25 de Abril, se realiza em pleno. A senhora Presidente não está, mas eu queria dar os parabéns à senhora Presidente pelo discurso da cerimónia do 25 de Abril e pelo excelente repto lançado de criar a Praça da Liberdade, no local onde os principais acontecimentos ocorreram, onde seria também inserido um monumento ao 25 de Abril. Queria também agradecer à Junta de Freguesia da Guarda, na pessoa do senhor Presidente, por não ter deixado cair em saco roto a minha solicitação, feita na última sessão da Assembleia Municipal, que se prendia com a limpeza dos terrenos anexos à escola da Sé. Obrigado, senhor Presidente. A Guarda agradece. Agora, a minha intervenção: O turismo e os investimentos desperdiçados. Quero dizer, francamente, que há aqui algumas ideias que foram retiradas de uma revista da especialidade. Não é tudo meu, mas a maioria é minha. Quando, subitamente, por efeito de uma pandemia, as cidades turistificadas ficaram vazias e o turismo desapareceu, começaram a notar-se os pés de barro de algumas políticas megalómanas. Sabemos bem, até porque não há promessa mais reiterada, no último ano, que tudo será feito para que a vida anterior retome o seu curso. Mas há aqui um problema de tempo, há muita coisa que não vai ser retomada. O desastre da pandemia ocorrido no último ano, mostrou o verdadeiro rosto de um desastre muito anterior que muitos queriam disfarçar. O *Le Monde* publicou em França uma reportagem sobre o êxodo das pessoas para cidades mais pequenas, porque o custo de vida é mais baixo e a qualidade é melhor. Este será o movimento que, em termos de fixação de pessoas, não vamos conseguir por vários motivos, mas podemos aproveitar para turistificar o nosso Concelho com ofertas genuínas e mais baratas. Temos o protocolo com o IPG, para a elaboração de um plano estratégico para o desenvolvimento do turismo no Concelho no pós-pandemia, que já deveria estar no terreno. E enquanto este estudo não avança, o que poderemos fazer? Potenciar o que já de bom existe e é muito do que se poderia falar. Mas hoje, falo só de um lugar no centro histórico da cidade, que tem tudo para fazer parte do roteiro obrigatório para quem é de cá e para quem visita a cidade. Falo da encosta norte do Torreão, que tem quase tudo o

que é necessário para tornar aquele lugar de visita obrigatória. Tem uma vista magnífica que poderá ser apreciada pelos miradouros existentes, tem estruturas para uma boa iluminação noturna, tem trilhos abertos. Então, porque não é frequentada? Porque os trilhos não estão limpos, porque a iluminação não funciona, porque o lixo se acumula por toda a parte e porque não é vigiada, sobretudo à noite (ao contrário do que acontece com outras infraestruturas, não necessita de vigilância constante, basta que se saiba que existe), e porque não está devidamente referenciada no roteiro a entregar aos turistas que nos visitam e aos habitantes da cidade. Porque não criar, naquele local, uma exposição permanente de arte para complementar o que já existe no CEI, no campus do CEI? Um dos nossos conterrâneos, um conterrâneo aqui da cidade, confidenciou-me que tinha feito essa proposta ao senhor excarador do Museu da Guarda e a um responsável da Autarquia, aquando de uma das SIAC, para que fossem aí colocadas as esculturas que agora adornam algumas rotundas. Proposta não aceite. Estamos, no entanto, a tempo. Vem aí outra, a SIAC, a quinta. Outros exemplos poderia trazer a esta casa, mas Roma e Pavia não se fizeram num dia. Consigamos nós alindar e potenciar aquilo que temos e poderemos deixar de nos preocupar com pseudo-alindamentos das rotundas que vemos das janelas das viaturas, e que mais não são do que sorvedoiros de fundos da Autarquia e de água de todos nós. Façamos nós a nossa parte e sairemos desta crise com mais armas para lutar por uma Guarda mais atraente, mais competitiva e ainda mais formosa. Sugeria, por isso, à Câmara Municipal, um olhar mais atento a este e a outros lugares, que merecem igualmente um tratamento consentâneo com a sua valia, a sua importância para todos nós. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado.” -----

- **Deputado António Barbosa (PS):** “Senhora Presidente, permita-me só. A senhora não estava, mas eu tinha-lhe dado os parabéns pela sua intervenção na sessão do 25 de Abril. Queria que a senhora soubesse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Muito obrigada pelos parabéns. Eu peço desculpa. Tive que me ausentar, porque, infelizmente, quando vinha para a Assembleia, uns garotos, na brincadeira, bateram-me no carro e a polícia veio ali e por isso precisava dos meus documentos. Foi por isso que tive que me ausentar. Senhor Presidente da Junta de Famalicão, Honorato, faz favor.” -----

- **Honorato Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão da Serra (Independente):** “Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, excelentíssimos Vereadores e Vereadoras, excelentíssimos Presidentes de Junta de Freguesia e restantes Deputados da Assembleia, Comunicação Social, Público que se encontra em casa a assistir a esta Assembleia. É uma ideia bastante batida já, e porventura cansada, que o associativismo é um fenómeno que é útil para a política. Outros dirão até que o associativismo tem alimentado a política ao longo destes tempos. Com algum sentido pejorativo, muitos dirão até que a política se alimenta do associativismo. É verdade. Podemos interpretar isso para o bem, para o mal. A verdade é que, como em tudo, há regras e há exceções. Logo após o 25 de Abril, com a euforia da liberdade, das liberdades que nos foram garantidas, foi notória uma liberdade em particular: a liberdade de nos associarmos e de participarmos ativamente na discussão dos nossos assuntos, na vida cívica, e, naturalmente,

disso faria parte também o associativismo. Portanto, foi com muita naturalidade que, tal como pulularam os partidos políticos, o mesmo aconteceu com as associações locais, do bairro, da aldeia, da cidade. Passados estes quarenta e sete anos, no entanto, o mesmo amargo de boca que alguns de nós já sentem, relativamente à verdadeira dimensão da nossa democracia, que sabemos não é perfeita, esse amargo de boca que sentimos, relativamente à participação política dos cidadãos, é a isso que me quero referir, sentimo-lo também, na mesma dimensão, relativamente à participação dos cidadãos no movimento associativo. Ou seja, a confiança da população nos políticos, muitos o dizem, não sou eu, está em crise, da mesma forma também muitos consideram que o associativismo, tal como tem sido conhecido até agora, também estará em crise. E muitos auguram até que, quando as gerações que têm assegurado, até agora, a gestão desse movimento associativo e as suas dinâmicas, quando essas gerações passarem para a reforma, por assim falar, estará comprometida esta face da vida cívica da nossa sociedade. Resultado de fenómenos que também estão sobejamente identificados: o individualismo, os populismos, os radicalismos. Tudo isso retira ao cidadão comum a confiança, quer na atividade política, quer nos políticos, e o mesmo acontece, infelizmente, quando se fala do associativismo. É muito comum, infelizmente, quando falamos de associativismo, ouvirmos alguém dizer: “Olha, aquele está lá, está no tacho.” Ora, se há coisa que eu não me associo, de forma nenhuma, à vida associativa, é essa ideia do “tacho”. Sabemos que não é totalmente descabido associar o “tacho” à política. Agora, nas associações, no associativismo, aquilo que temos, acima de tudo, são os carolas, aquelas pessoas que dão o tempo que têm, e às vezes aquilo que não têm, para muitas vezes cumprirem algo que é política na sua ascensão mais nobre. Num estado social de que nos reclamamos, muitas vezes são as associações que acabam por cumprir uma parte das tarefas que o Estado não é capaz de assegurar. E isto, desde a Solidariedade Social, à Proteção Civil e à Cultura, para falar nos três campos mais evidentes. De maneira que, nesta relação entre as associações e o poder, se é verdade que pode haver ali alguma relação perversa das pessoas, que às vezes se sentem tentadas a usar o associativismo como rampa de lançamento para a política, não é isso que, no meu entender, ofusca o grande papel e a importância que o associativismo tem mantido na nossa sociedade, desde o 25 de Abril, principalmente. Aquilo que me traz aqui mais, passadas estas considerações iniciais, obviamente que não é debater aqui esse aspeto de relações entre o poder político e o poder associativo. Isso não cabe aqui. Daria pano para mangas, mas não é esse o meu objetivo. Queria aqui, sobretudo, como famalicense, saudar o movimento associativo que, na minha Freguesia, tem sido particularmente ativo desde que me identifico como cidadão ativo. Ou seja, desde os meus dezassete, dezoito anos, sempre conheci Famalicão com Grupo Desportivo; depois, mais tarde, com a Banda Filarmónica; depois, mais tarde, com o Centro Cultural de Famalicão; com o Centro Cultural e Social, que é uma IPSS; mais tarde, com os Bombeiros Voluntários. E, concretamente, queria dar aqui os parabéns a uma associação em particular, o Centro Cultural de Famalicão que fez agora, no dia 5 de março, trinta anos, exatamente. Algumas pessoas houveram por bem escriturar em escritura pública. E em boa hora, porque, nestes trinta anos, foi uma associação que ultrapassou largamente os estatutos que então lhe foram atribuídos, com projetos diversos, que foram do jornalismo, ao teatro, à música, evidentemente, uns mais duradouros, outros que entretanto se foram diluindo no tempo. O Centro Cultural conseguiu manter, durante estes trinta anos, uma atividade regular,

dinamizadora da vida social da aldeia, mas também capaz de transportar, não só o nome de Famalicão, mas também da Guarda, por esse País fora e até ao Estrangeiro. E, por esse motivo, queria marcar aqui esta minha convicção de que, pela sua atividade de trinta anos, o Centro Cultural de Famalicão é credor do reconhecimento da Freguesia de Famalicão, evidentemente, mas também do Município e dos guardenses em geral.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu estou a gostar muito de o ouvir, mas tem que terminar porque já ultrapassou o seu tempo em três minutos. Pedia-lhe que terminasse rapidamente, por favor.” -----

- **Honorato Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão da Serra (Independente):** “Peço desculpa. Só terminar com uma nota. Desde há muito tempo, e aqui não pretendo louvar, especificamente, este Executivo Municipal, desde há muito tempo que a Câmara da Guarda soube criar e manter e alimentar uma rede de cooperação e de envolvimento das Associações do Concelho. E o meu desejo é que esse esforço e essa orientação se mantivesse para o futuro. Só isso. Boa tarde.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor deputado Aragão, faz favor, tem a palavra.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Mais uma vez, boa tarde. O Estado ao serviço do cidadão e não o cidadão ao serviço do Estado. A pandemia veio a agravar uma situação que já se vinha a arrastar há muitos anos e que o Covid nos levou para os tempos da outra senhora, afastando o cidadão do Estado com a criação de barreiras e entraves ao relacionamento do cidadão com o Estado. Com a justificação da pandemia, os serviços públicos fecharam-se, e entre um teletrabalho, ou um teledescanso, e a necessidade de marcação prévia com atendimento limitado a uma, ou, lesa-pátria, duas pessoas, lá foram enganando o povo com taxas de infeção, por Covid, muito superiores dentro dos serviços públicos do que fora, arrançados não no contacto com os utentes, mas através de relacionamentos familiares ou dentro dos próprios serviços. Ao contrário, a iniciativa privada que, com a justificação que era preciso manter os serviços essenciais a funcionar (alimentação, combustíveis e medicação), continuaram a funcionar com alguns casos pontuais, e bem definidos no tempo, de Covid. Os outros serviços não essenciais, passaram por situações completamente opostas. Desde as atividades que continuaram a funcionar sem grandes sobressaltos, como foi o caso da construção civil, às que tiveram que, pura e simplesmente, fechar portas, como foi o caso das discotecas, cabeleireiros, ginásios, hotelaria, restauração entre muitas outras. Agora que voltamos a uma nova realidade, com o início do novo desconfinamento, é tempo de alterar a forma de funcionar, transformando este polvo que é o Estado, cujos tentáculos se prendem uns aos outros, dando nós sobre nós e caindo sobre si mesmo, chegando ao cúmulo de o Estado a chumbar um projeto do próprio Estado, por causa de uma lei que o Estado fez e que depois desfez, para aprovar a localização do aeroporto, que já cheira mal pelo tempo que este assunto se arrasta. E o que dizer do cidadão comum que necessita de uma aprovação do Estado para poder fazer legalmente aquilo que o Estado tutelou, que no princípio funcionou, mas que depois desregulou, entrou, complicou, para resolver um problema que não existia, mas que o Estado criou e que não soube resolver? A maneira mais fácil de acabar com o flagelo da corrupção, não é pôr os funcionários a assinarem declarações de interesse, ou as

empresas a fazerem declaração de beneficiário efetivo. É pôr os serviços a funcionar, porque, se não houver dificuldades, também não há necessidade de criar facilidades para resolver falsos problemas que não existem, nem nunca existiram. A mudança de mentalidades é essencial. A criação da plataforma para a transparência é importante, não vá o dinheiro da bazuca vitamina desaparecer, sem o Governo perceber para onde é que foi. Mas apenas existe porque o mal está lá e é o próprio Estado que sente a necessidade de criar mecanismos para resolver o problema, que o próprio Estado cria porque não funciona. As conservatórias do Registo Predial, do Registo Civil, as Finanças, a Segurança Social, a Direção de Viação, a Câmara Municipal, tudo interage com o cidadão que necessita desses serviços para poder viver dentro da legalidade, dentro das regras. Mas enquanto que o hipermercado, os correios ou a farmácia, que também são essenciais, as coisas funcionam, com os outros já não, é preciso marcar pelo telefone. E como não podia atender porque estavam a fazer outra coisa... Não, não estou a dizer que o mal é das pessoas. Estou a dizer que o mal é do sistema. Sim, do sistema, porque as pessoas, essas são boas. O sistema, esse é que não funciona. Tenho dito. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, por favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu, há pedaço, esqueci-me de cumprimentar os amigos que estão aqui, os Deputados Municipais, da Câmara, a Mesa da Assembleia, as pessoas que aqui estão também, que não são nem deputados nem outra coisa, e queria cumprimentar as pessoas que estão em casa. Eu, agora, queria começar por dizer que, no ano passado, pudemos celebrar Abril todos. O senhor Presidente da Câmara telefonou-me e pediu-me um pequeno contributo, que eu fiz com toda a felicidade. Mas, este ano, ninguém me pediu para falar na Assembleia. Decidiram que era só o senhor Presidente, a senhora Presidente e o senhor Ministro que falou via online. E o que é certo é que nós todos não falámos. E eu também gostava de dizer alguma coisa sobre tudo isso. Não disse porque não houve ocasião. Continuando, queremos agora saber qual foi o resultado da atribuição de apoios às empresas, e a razão de serem tão poucas as que aderiram aos apoios facultados. O que pensa, o senhor Presidente, fazer com o dinheiro que sobrou? Irá fazer um novo concurso público melhorando o processo ou considerar que está tudo bem? Irá refazer regras e procedimentos tornando-os mais expeditos? Vai ou não ter em conta a evidente falta de capacidade das empresas em retomar a normalidade? No final, será o saldo positivo ou negativo? Afirmou o senhor Presidente, na sessão do dia 25 de Abril, que iriam ser criados novecentos postos de trabalho até ao fim do ano. Quero agora perguntar-lhe quantos serão os perdidos por força da pandemia, uma vez que é visível nas nossas ruas que muitos o foram? Será o saldo, dos novecentos postos de trabalho e aqueles que se perderam, positivo ou negativo? Como correu a atribuição de apoios às Freguesias no contexto de Salvaguarda Rural? Já o receberam todas? Quais são os projetos financiados e o que fica de fora? O que tem feito a Câmara como grande empregadora dentro do que considera ser saúde ocupacional para defender os seus trabalhadores? É uma pergunta que eu faço. Queremos saber quando estará coberto por fibra ótica o concelho da Guarda, já que outros concelhos do distrito já o estão, e uma vez que o Presidente assim anunciou que vão ser criados novecentos postos de trabalho, necessitam, com certeza, de internet. Também notámos que o senhor Presidente tem falado, de um modo

muito breve, sobre um plano de desenvolvimento da agricultura numa parte do concelho, recorrendo ao uso da Barragem do Sabugal. Pode especificar-nos qual é a área abrangida, a população que pode beneficiar e que pode retornar ou imigrar, (imigrar com «i»), e, ainda, quais os objetivos prosseguidos no plano ambiental e de paisagem. Em que medida este plano pode colmatar os prejuízos causados pelos incêndios de 2017, tal como foi equacionado claramente pelas duas organizações nacionais de Agricultores: a CNA e a CAP? Em que medida este plano se insere num processo de recuperação e resiliência da agricultura concelhia que, desde há muito, tem sido defraudada nas suas potencialidades e quantos postos de trabalho serão criados? Será o saldo positivo ou negativo? Agora, para terminar... (para terminar, ainda não vou terminar, mas agora para começar a terminar) queremos ainda perguntar como podemos convencer o Governo a aplicar a lei de redução das portagens, que tanto nos prejudicam? E, agora, eu fiz um requerimento ao senhor Presidente, através da senhora Presidente da Assembleia Municipal, sobre aquilo que resultou da análise do processo de apoio às empresas, a tal Salvaguarda Empresas. E perguntei o que é que detetaram, como o volume de redução de vendas e respetiva caracterização por dimensão e setor de atividade económica; Quantas empresas são abrangidas e quantas não são; Como vão apoiar as excluídas; Que outros apoios sabem existir que possam somar-se a este; Quais as conclusões da Câmara quanto ao sucesso e insucesso destas medidas e as perspetivas de criar, no futuro, outros apoios; Que falhas de informação foram detetadas e como pensam melhorar o processo; Detetaram repercussões futuras em termos de insolvências previsíveis e de desemprego. E também, já agora, por aquilo que foi enviado à Câmara no dia 14 de abril, portanto, hoje estamos no dia 29, portanto, há quinze dias, e queria saber se o fraco número de empresas que se candidataram resulta do próprio obstáculo que foi o processo burocrático que foi implementado. Porque ainda hoje um amigo me disse que teve que enviar sessenta páginas de texto e que teve que pedir ao contabilista, e alguns contabilistas ficaram sobrecarregados com o trabalho. E ele queixou-se que tinha havido custos que ele não estava à espera de suportar. E agora, ele até me pôs uma coisa que eu não sou capaz de fazer, que é comparar o apoio que foi feito aqui na Câmara da Guarda, ou que a Câmara da Guarda deu aos comerciantes e industriais e empresários, com aquilo que foi dado por outros Concelhos. E, portanto, isso é uma vantagem competitiva de outros concelhos, aqueles concelhos que melhor apoiam as suas empresas ganham a nós, ou seja, à Guarda. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Senhora Presidente e restante Mesa, senhor Presidente da Câmara, restante Executivo e restantes Vereadores, senhores Deputados, senhoras Deputadas, senhores Presidentes de Junta, enfim, toda a gente. Considerem-se, então, cumprimentados. Eu venho aqui com alguma preocupação. Não consigo ter a alegria nem o orgulho que o senhor Deputado António Monteiro teve quando fez a intervenção dele. E logo, à priori, não me levem a mal, vou mostrar um jornal, não é para fazer publicidade ao jornal, mas para demonstrar a minha inquietação relativamente àquilo que é a Guarda e a importância que a Guarda tem junto do poder central. Lê-se, na primeira página: «Adiado o lançamento do novo concurso para concessão do Hotel Turismo da Guarda», e, logo a seguir, diz: «Obras do Hospital da Guarda fora do programa de estabilidade». Acho que todos estão

recordados que, na última Assembleia Municipal, foi feita uma intervenção no sentido de este programa de estabilidade esquecer completamente a Guarda. O grupo parlamentar do PSD desta Assembleia Municipal endereçou um email ao grupo de trabalho deste programa, dando conta da quantidade de necessidades que a nossa cidade, concelho e, inclusivamente, a região tem, e o qual se esquecia completamente da nossa região, ao fim ao cabo. E demos uma ênfase especial àquilo que é o nosso Hospital. São 1.100 milhões de euros que este programa tem previstos para a saúde, dos quais fica tudo praticamente na zona da beira-mar plantado, excetuando um Hospital em Évora. Mas, tudo o resto, fica por lá. Se repararem, e devem ter reparado, qual é que foi o primeiro anúncio que o senhor Primeiro Ministro fez relativamente à aplicação destes fundos? Nova ponte para o metro no Porto, e, a segunda, linhas para o metro de Lisboa. E assim estamos. E assim estamos. É muito importante o interior, é verdade, em tempo de eleições. Porque, assim que passa o tempo de eleições, somos esquecidos. E aqui está, mais uma vez, a prova disso mesmo. Mas, dando seguimento a esta minha intervenção, já tivemos montanhas de promessas relativamente ao Hospital, obras do hospital, e fomos nós que fizemos e vocês não fizeram... e andamos assim. Há anos que andamos assim. Eis que vem a senhora Ministra dizer: meus amigos, nós vamos investir 12 milhões e meio na ULS da Guarda, 11 milhões para o Hospital da Guarda e 1 milhão e meio para Seia. Muito bem. O que é que isso se traduz em quê? Vamos substituir umas telhas e assim mais umas coisinhas. Não é isto que a Guarda precisa. Não é isto que o Hospital da Guarda precisa. Não é isto, ou não é só isto que a nossa região e o nosso distrito, concretamente, precisam. Precisamos de muito mais. Eis que vai ter, ou foram ter uma reunião com a Administração do Hospital, o Movimento de Apoio à Saúde Materno-Infantil, para se falar mais uma vez das obras do Pavilhão 5, e, este maldito vírus, até isto está a fazer atrasar, o avanço das obras e do programa para se requalificar finalmente isto. Foi dito a esse grupo de pessoas: a obra para o Pavilhão 5 teve um atraso muito significativo, devido à pandemia. É também devido à pandemia, que agora tem umas costas largas, (ninguém consegue ver o bichinho, mas ele tem umas costas largas, mas muito largas) também é devido à pandemia que não se consegue vender o Hotel Turismo da Guarda. Pronto, era para sair a coisa em fevereiro, ou março. A coisa não saiu por causa da pandemia. Mas eu vou pedir muita desculpa, mas não tem nada a ver com a pandemia. Tem a ver com a incapacidade de o Estado e, concretamente, a Direção Geral de Turismo, conseguir vender aquele imóvel. Incapacidade, volto a repetir. Eu acho que, de uma vez por todas, o Turismo de Portugal deveria assumir essa incapacidade e retomar o Hotel à Guarda, à Câmara da Guarda, para esta Câmara conseguir negociar aquele espaço. E, posso estar enganado, acho que era capaz de ser mais rápido. Acho que era capaz de ser mais rápido. Isto tudo devido à incapacidade demonstrada, até ao momento, em resolver aquele programa. E ali está aquele edifício, que não é da Câmara, a estar cada vez mais degradado e a dar um mau aspeto à nossa cidade. Depois, as promessas do Partido Socialista. Bem, já aqui falei de algumas. Mas, de qualquer das formas, sobre a linha que também já aqui foi falado e refalado. Eu entendo que o exercício do poder deve ser feito de uma forma um bocadinho diferente daquela que tem vindo a ser feita. Eu não vou falar de quem fechou, ou de quem deixou fechar a linha. E nem vou falar quais são as razões da linha ter fechado. Vou falar de outra coisa. O PSD, em determinada altura, estou a falar do Governo do PSD, disse que ia fazer as linhas. Ou ligar, finalmente, a Guarda à Covilhã, e também ia fazer uma revolução na linha da Beira Alta, para onde estavam

previstos um investimento de mais de mil milhões de euros para ligar Aveiro a Salamanca. Onde é que está este investimento? Pouco ou nada vejo. Eu digo isto numa perspetiva transversal. O que vem de trás não é tudo mau, independentemente que venha do Partido Socialista, da CDU, do que quer que seja, e, depois, nem o contrário. Portanto, se há uma boa ideia, essa ideia deve ser levada até ao fim. E eu acho que, para além desta ligação da Guarda-Covilhã ser uma boa ideia e que finalmente está no terreno, os louros não é só de um lado, é mais do que um lado, mas a evolução da linha da Beira Alta, as obras da linha da Beira Alta, já deveriam estar no terreno, efetivamente, para a transformação inicialmente prevista. Porque, essa sim, trazia uma grande mais-valia do que alguns dos remendos, andamos a fazer tudo aos bocadinhos, da intervenção que está a ser feita. Agora, por último, também vou falar de Turismo. E vou e vou dizer ao senhor Deputado Barbosa que acho a ideia interessante, não sei quem é que não concordará com a ideia de pôr naquela parte algumas das obras de arte do SIAC. Acho que sim, acho que é uma boa ideia. Honestamente, nunca me tinha passado. Mas acho que é uma excelente ideia. Mas podemos continuar a falar de Turismo. Acho que todos sabem que foi adquirido, muito recentemente, uma casa na zona histórica da cidade, que era aquilo que se julga ser o Tribunal dos Judeus, casa essa que, muito provavelmente, irá ser recuperada para fazer dali um museu, ou um centro de acolhimento, que tenha a ver com os judeus. Há uns anos atrás, houve fundos disponíveis para se fazer este tipo de obra que, também aqui, o Partido Socialista não teve a capacidade, quando geria esta casa, não teve a capacidade de aproveitar esses fundos e fazer uma coisa do género. Entretanto, o que é que acontece? A Guarda sai ou não entra na Rota das cidades das Judiarias aqui da Beira Interior. Portanto, perdemos terreno. Estamos a falar de um tipo de turismo que muito interessa à nossa cidade. E finalmente, agora, portanto, quando vem aqui tentar dizer que nunca mais sai o estudo com o Instituto Politécnico da Guarda, ele está em andamento. Mas, paralelamente, não se está parado e está-se a tentar desenvolver aquilo que é uma parte importante do futuro da economia da nossa cidade, que é precisamente, o turismo. Acho que esta última parte fica só em termos de esclarecimento. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Boa tarde, mais uma vez. Eu só vou fazer dois pequenos apontamentos acerca daquilo que foi dito pelo senhor Deputado. E é muito simples. Sobre o Hotel Turismo, lembrava aquela famosa frase de alguém proscrito, nesta Assembleia, atualmente: «não pague, senhor Ministro. Não pague, senhor Ministro». Lembram-se disso? Está respondido. A segunda questão, e para responder a todas as obras que se falam e que não se fazem do Partido Socialista, outra frase muito célebre nesta Assembleia: «mais miolos, menos tijolos». Está respondido, sobre isso? Nós fazemos e não anunciamos. Isso é outra história. Mas aquilo que me traz aqui, senhora Presidente, e se me permite, é falar de Abril. E Abril é sempre. Gostei muito, e já tivemos oportunidade, o senhor Deputado António Barbosa de dizer que gostou da sua intervenção. Subscrevo inteiramente as palavras, senhora Presidente. Gostei da ideia e subscrevo a ideia da Praça da Liberdade. Sem dúvida alguma, é o sítio indicado para que acontecesse. Pena é que ninguém, até este momento, da parte do Executivo, tenha dado andamento a essa ideia. Mas aquilo que me faz aqui, hoje, falar, é de duas situações e que fala muito daquilo que é o Executivo atualmente.

Passados quarenta e sete anos da Revolução de Abril, falta cumprir a Guarda neste desígnio da Liberdade. Quando a senhora Presidente da Assembleia Municipal necessita de referir, no seu discurso de 25 de Abril passado, e cito: «foi o que nos impediram de fazer na Assembleia censurada, o que aqui, neste dia da Liberdade, lamentamos profundamente». Quando uma Presidente da Assembleia necessita de dizer, no dia da Liberdade, isto, está tudo dito daquilo que é o Executivo e daquilo que é o Partido Social Democrata na governação desta cidade. Mas diria mais. Quando a oposição é silenciada no dia da Liberdade, conforme aconteceu neste 25 de Abril, afirmarmos, novamente, falta cumprir a Liberdade na nossa cidade. Estas atitudes dizem muito do atual Executivo Municipal. Assim sendo, espero e desejo que o próximo 25 de Abril seja feito por outro partido e que a oposição não seja silenciada. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir, por favor? Faz favor, senhor... é assim, não tem tempo já. Mas como o senhor Presidente da Junta de Famalicão usou de três minutos, tem três minutos também para intervir, faz favor. Três, quatro. Três minutos e cinquenta, foram quase quatro minutos. O PS também ultrapassou, o CDS também. Portanto, estamos todos... Faz favor.” -----

- **José Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Santana D’Azinha (PSD):** “Então, boa tarde a todos. E, muito rapidamente, só para falar aqui numa outra situação que já tentei por tudo denunciar a irregularidade que está a ser cometida. Mas não consigo. E então tenho que o fazer aqui. Relativo à pavimentação do Caminho Municipal 546. Já aqui denunciei várias vezes, em reuniões, senhor Presidente, e desculpe-me fazê-lo aqui, mas tenho que o fazer. Mande um ofício a propósito do que foi feito, foi marcada uma reunião na Câmara onde fui fortemente atacado não só por si, mas também pelos técnicos da Câmara. Ainda recentemente... e o senhor ficou de saber, a propósito do que estava no caderno de encargos, mais em concreto, saber se a cota podia ser alterada ou não. Na quinta-feira passada, faz hoje oito dias, em reunião, falámos deste assunto. Certo? Ontem, deparei-me já com a marcação para sinalização horizontal, espero estar a falar bem, para fazer a marcação da via. Afinal, ficou de tratar, de saber do assunto, se a cota podia ser alterada ou não. As tampas ainda não foram regularizadas e estão a avançar com a obra sem ser regularizada a situação. Não entendo. Tentei denunciar ontem, já tentei esta manhã, não tenho resposta. Eu tenho que o fazer aqui. Senhor Deputado, se é do Covid, não sei. Lá saberá. Mas eu tenho que falar. Não me calam. Em nome da minha Freguesia, eu não me posso calar. Peço desculpa.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente de Junta. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Bruno, faz favor.” -----

- **Deputado Bruno Andrade (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Referir aqui também e manifestar o nosso desagrado, mais uma vez, como já foi referido, na questão de não termos voz no dia 25 de Abril, e que gostaríamos que isso fosse abolido, de uma vez por todas, e que houvesse essa democracia também no Município da Guarda. Ainda, por falar do 25 de Abril, entristeceu-me, porque estive presente no Hastear da Bandeira, e gostava muito, como já foi no passado, ver a Banda de Famalicão tocar o Hino Nacional. Sendo a Guarda candidata a Capital Europeia da Cultura, era de todo o agrado termos a Banda da terra, do concelho, a tocar o Hino Nacional. Não que tenha nada contra a Banda que tocou, embora seja da vizinha

Covilhã, mas ficaria melhor a Banda de Famalicão. Também queria questionar o senhor Presidente, relativamente à Pedovia, ou Rodovia. Se vamos ter uma Rodovia, ou uma Pedovia que vai ser construída. E, também, ainda, sobre o 25 de Abril, a questão do... já que foi inaugurado, felicitar também o Executivo, o Quarteirão Associativo do Torreão, e não colocando em causa as Associações que lá estão presentes neste momento, questionar quando é que vem o Regulamento, para sabermos que associações é que estarão abrangidas neste Quarteirão. Por fim, também alertar o Executivo da iluminação cénica junto a algumas muralhas, mais propriamente na Torre de Menagem, nas muralhas da parte de trás junto dos antigos Bombeiros e em outros locais. Uma vez que estamos em obras, em tantas obras, para um ano de eleições, provavelmente, não será esse o caso, mas se houver algum financiamento para a iluminação do Centro Histórico, era excelente. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente da Câmara, faz favor, tem a palavra.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito boa tarde a todos, senhora Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, colegas Vereadores, senhores Deputados, Comunicação Social, também todos os que nos acompanham, de forma remota, em suas casas, através da rede digital. A todos o meu bem-haja e muito boa tarde. Tentando ser célere e eficaz nas respostas, dizer que, relativamente ao Plano Estratégico para Apicultura, aqui, a Central Meleira, dizer que nós estamos a trabalhar com os Apicultores, cerca de cento e cinquenta identificados no nosso concelho. E, nesse sentido, temos tido diversas ações de apoio a estes produtores. Entrega de novecentas armadilhas seletivas, novecentas unidades, dez mil de atrativo, distribuídos por cento e cinquenta Apicultores, registados em quarenta e uma das freguesias do concelho da Guarda. Sabemos também que há uma relação muito próxima dos nossos Apicultores com a Central Meleira de Meimão Côa. Portanto, também temos essa ligação e esse conhecimento. E, relativamente, à proposta, não temos nada contra, mas, verdadeiramente, o Estado não tem que fazer tudo. Há pouco ouvimos aqui um hino ao mundo associativo, ali do senhor Presidente da Junta, Honorato. E ele dizia, claramente, um elemento estrutural da democracia é, exatamente, a possibilidade de nos associarmos em torno de objetivos que consideramos determinantes para o desenvolvimento da nossa sociedade. Nesse sentido, nós também temos a visão que, na autonomia do poder associativo, os seus respetivos membros podem, efetivamente, contribuir para a realização do seu escopo social e o Município estar ao lado deles. Estar ao lado daquilo que é necessário para executar melhor aquilo que pretendem. E, portanto, quer por uma via, quer por outra, nós estamos sempre nestas circunstâncias, ou noutras também, disponíveis para colaborar, como fizemos até aqui. O que nos foi pedido, foi esta colaboração. Sabemos que as necessidades dos nossos produtores, neste momento, estão salvaguardadas. Mas, com certeza, estamos também dispostos a contribuir para mais proatividade do desenvolvimento agrícola, também da apicultura, no nosso concelho. -----

Relativamente às máscaras transparentes, sabemos nós que, através das determinações da tutela, a máscara, até aos dez anos, não é obrigatória. Portanto, ainda assim, aconselha a tutela, se os pais, enquanto encarregados de educação, entenderem que os filhos devem ir para a escola com máscaras, podem, efetivamente, colocá-las. E, portanto, vir aqui dizer que:

bem, mas é melhor colocar uma máscara transparente, por causa da dificuldade de aprendizagem, e, também, o facto de não ter esse tipo de máscara, é prejudicial à evolução cognitiva dos alunos... portanto, não está demonstrado, a própria tutela não o refere. E, portanto, continuamos a assentar neste princípio de que a máscara será necessária para salvaguardar a saúde, a proteção das crianças e nada mais. Não que possamos concluir, a partir deste momento, dada a proposta do CDS, de que é também um elemento facilitador da aprendizagem dos alunos. Portanto, não é essa a determinação da tutela e não vamos por o carro à frente dos bois. Mas, se fosse demonstrado, tomaríamos essa iniciativa. -----

Evidentemente que vamos avaliar a questão da sinalética. Vimos aqui, de forma bastante explícita, aquilo que é evidenciar erros de sinalização de anos. Mas, já que não se fez de forma voluntária e direta à Câmara Municipal, fazemo-lo aqui e só a partir daqui é que poderemos começar a desenvolver todo o procedimento para corrigir situações dessas. Também já poderíamos todos ter detetado isto e ter apresentado mais cedo à Câmara. Mas, vale mais tarde do que nunca, e aqui estamos disponíveis para responder também a esta matéria. -----

Relativamente à reabertura da linha da Beira Baixa. É evidente que é uma obra que era necessária para o desenvolvimento local, regional. Sabemos também, com a realização de obras na linha da Beira Alta, é imprescindível esta ligação da Guarda à Covilhã e vice-versa, sem a qual nós colocaríamos em risco, de facto, a circulação de pessoas e de mercadorias. Também o fecho deste anel, entre a linha da Beira Baixa e a linha da Beira Alta, é determinante, esta convergência é determinante para a segurança da circulação em termos futuros. Portanto, é pena, efetivamente, que ela tivesse demorado tanto tempo a ser reabilitada, e só a partir de agora, nós podemos, efetivamente, pensar naquilo que é uma forma diferente de olhar para o território, através do meio de transporte que tem muitas vantagens competitivas. Mas também, deixo essa nota, já o referi no passado recente, de que a velocidade, a rapidez com que se faz a ligação destas cidades, designadamente do interior, desde Castelo Branco à Guarda, devia ter sido uma prioridade desta requalificação. Todos sabemos que há doze anos, quando foi requalificada a linha da Beira Baixa, e depois de alguns milhões gastos nessa reabilitação, a velocidade dos comboios diminuiu em 20Km quilómetros/hora. Doze anos depois, sempre acreditei que um dos fatores desta reabilitação e desta obra fosse também introduzir mais celeridade e rapidez nesta linha. Tenho pena que esta circunstância não tivesse ocorrido. Mais, só para termos uma noção, a ligação entre Cidade Rodrigo e Salamanca, foi e está a ser objeto de intervenção. Acreditem, a velocidade média entre Cidade Rodrigo e Salamanca é metade daquela vai acontecer entre a Guarda e Covilhã. Portanto, estamos sempre aquém. Não acreditamos, efetivamente, que o meio de transporte ferroviário é um transporte de futuro. Porque tem vantagens competitivas, tem vantagens de compromissos nacionais ao nível da produção de carbono, que, através deste transporte, diminuiremos com certeza. E vamos, por falta de competitividade, este risco que pode impedir, efetivamente, que as pessoas criem um hábito de usar o comboio, principalmente num eixo tão relevante como é este do Interior. Nós entendemos que esta mobilidade social tem que ser favorecida, promovida na relação com as empresas, na relação com as instituições de Saúde, da Universidade, a mobilidade dos estudantes, a mobilidade dos empresários, dos empreendedores, assenta, efetivamente, nesta, também, capacidade de termos uma linha que aproxime, de forma mais rápida, estes centros de decisão e de

desenvolvimento económico. Recordo aqui Belmiro de Azevedo, quando ele se deslocava de Lisboa ao Porto e o Alfa Pendular demorava mais de duas horas. Ele disse claramente que era um meio de transporte desadequado, porque as necessidades não eram satisfeitas dentro daquilo que eram as preocupações dos empresários. E aqui também foco esta questão e tenho pena que isso aconteça. Claro que é positivo, é um investimento positivo. Não vamos aqui divergir, porque é o reforço da ligação de todo este interior e que, de facto, também liga o interior ao litoral através da linha da Beira Baixa. Mas é certo que a rapidez devia ser um critério, um vetor fundamental desta reabilitação, o que não aconteceu, e pode, efetivamente, prejudicar a promoção de hábitos que levem os cidadãos a usar mais o comboio, em detrimento de outras formas de transporte mais poluentes. E aí, também, Vanda Sá, também concordo que poderemos usar, efetivamente, o transporte ferroviário, reforçando essa potencialidade para dinamizar ainda mais aquilo que são as estratégias da economia, através das feiras e de outros eventos culturais e de outras naturezas, que ajudarão, efetivamente, a trazer mais jovens, a fazer também e a potenciar e a desenvolver outras iniciativas, onde o comboio, de facto, pode aqui também ter benefícios diretos. -----

Depois, também referir aqui que é evidente que nós, ao nível de recuperação e reabilitação do Centro Histórico, aqui ao Deputado Barbosa, dizer-lhe que ao fim de dois anos de intervenção na Torre Velha, mas também de alguma melhoria que aconteceu recentemente, desde logo com a limpeza daquela encosta, é efetivamente o dia em que o Partido Socialista vem a esta Assembleia dizer que afinal há lixo, a parte dos trilhos não está também em condições. Ali, não há trilho nenhum, como sabem. Estamos, de facto, a desenvolver um projeto para poder aceder à Torre Velha, coisa que não foi possível fazê-lo até agora, mas já demos um avanço também importante. É como a linha da Beira Baixa. Ou seja, é importante a obra. Mas é verdade que ficou aquém e tem que se recuperar esse aquém. No caso da linha, a rapidez ardeu. No caso da encosta norte da Muralha e do Castelo da Guarda, não morreu porque nós estamos a fazer, efetivamente, os técnicos da Câmara estão a desenvolver um trabalho de recuperação que liga, de facto, a Torre Velha à encosta e também à própria estátua do montanheiro, que permitirá, no futuro, aceder àquele espaço de uma forma mais fácil, mais acessível e também de forma a permitir a visita do espaço que evidencia a Muralha e que serve de pano de fundo... Já que se falou tanto de Abril, nós, no dia 25 de Abril, também fizemos ali uma requalificação, nunca antes vista, num espaço que estava deteriorado em termos de edifícios e os quais, além de terem sido atribuídos às associações, (associações que pretendemos também que melhorem e desenvolvam e promovam a pró e a atividade com os cidadãos que ali residem) têm, como pano de fundo, exatamente o outro lado da Muralha que foi agora reabilitada, o que valoriza o património. E também é por aí que a política deve ser feita. Deve ser feita pelo que está mal, mas deve ser feita também pelo que está bem. E depois, curiosamente, como o pior cego é aquele que não quer ver, no dia em que limpámos aquela encosta, porque, de facto, estava vergonhosa, mas ainda servia de base a estas obras, é o dia em que, efetivamente, o Partido Socialista vem dizer que afinal aquela encosta precisa de ser limpa. Pronto, é sinal dos tempos. Mas nós também cá estamos para responder com ações e, portanto, não vamos, já que não o fizemos no passado, não iremos deixar de o fazer no presente. -----

Depois, também ainda referir ao Deputado Aires Diniz. Faz um conjunto de questões, mas eu até começaria pelo fim. É engraçado... é engraçado, não tem nada de engraçado, porque, de facto, já conhecemos o que é costume na apresentação e naquilo que são as preocupações do Partido Comunista. E, curiosamente, há Municípios que ofereceram mais, há concelhos, e, logo, estão à frente da Guarda! Mas, o senhor Deputado, veio fazer aqui uma declaração que não disse um único concelho que ficasse à frente da Guarda. Aliás, eu tenho dúvidas que o senhor Deputado saiba quantas empresas beneficiaram deste apoio extraordinário. Eu gostaria de ouvir o senhor Deputado responder, porque disse que «eram poucos, este fraco apoio, este fraco apoio do Município às empresas» e depois, também, «há outros Municípios que ofereceram mais». Eu gostaria, senhor Deputado, que viesse, depois de eu apresentar aqui aquilo que eu tenho para transmitir a esta Assembleia, que me esclarecesse, antes de eu lhe responder, estes dois pontos: se sabe quantas empresas beneficiaram e quais são os concelhos que fizeram mais que o Município da Guarda. Portanto, depois lá estaremos para responder de seguida às suas dúvidas. Mas, já agora, gostava de perceber o pressuposto que o leva a fazer a intervenção que fez. -----

Depois, evidentemente, Pedro Nobre. Claro que é muito fácil vir aqui à Assembleia Municipal dizer o que nós ouvimos do Deputado Monteirinho. Sim senhor, uma grande obra, orgulho. Mas esteve fechada doze anos. O que é que a Guarda não perdeu, por este facto? Já devia ter sido antes. Devia ter sido pensado de outra forma, como já se disse. Mas é evidente que o Hotel Turismo, o Pavilhão 5, são marcas importantes do nosso concelho, da nossa cidade, onde o Partido Socialista assumiu claramente que iria resolver. Onde o Município disse: digam o que é que é preciso, nós estamos na primeira linha na defesa e na resolução destes assuntos. Mas o que é que o Partido Socialista e o Governo fizeram até este momento? Nada! Não é conhecido. Não é conhecido. Quais são os resultados? O Pavilhão 5 vai fazer história naquilo que é uma preocupação dos guardenses. E qual foi a resposta? Nenhuma, até agora! Queremos resultado final. Queremos um resultado final que nos orgulhe e, até agora, não há um resultado final que orgulhe a Guarda! E o Partido Socialista tem aqui também graves responsabilidades, por não ter acontecido, até agora, a solução de uma ambição que une todos os guardenses, da esquerda à direita. Depois, dizer também que o senhor Monteirinho, e eu concordo com ele, ainda não se cumpriu a Guarda. Mas não se cumpriu a Guarda, como Abril exige, porque tivemos trinta e sete anos de Partido Socialista, que nos impede, com dívidas elevadas, com encargos do passado, que impedem de nós pensarmos um futuro mais risonho. E, portanto, temos que andar mais atrás, porque estamos a resolver os problemas que o Partido Socialista nos criou. E nós temos demonstrado claramente a capacidade de diminuir a dívida, mas, mesmo assim, relançar novos investimentos, novas obras para cumprir Abril. Portanto, de facto, a nossa velocidade é muito mais lenta, porque quem assumiu o poder, a seguir ao 25 de Abril, foi exatamente o Partido Socialista. Se tivéssemos tido uma herança que nos orgulhasse, nós estaríamos no pelotão da frente a cumprir Abril. Infelizmente, não o podemos fazer, porque o Partido Socialista assumiu, em trinta e sete anos que esteve na gestão e nos destinos da Guarda, impediu, efetivamente, de forma cabal e global, que nós pudéssemos cumprir Abril com o senhor referiu. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Eu, antes de passar aqui ao Período da Ordem do Dia, queria só dizer duas outras coisas, se me é

permitido. Relativamente até à intervenção do senhor Deputado Monteiro, falou em alguém proscrito. Para mim, pelo menos para mim, não há ninguém proscrito. Quero que isso fique bem claro nesta Assembleia. Depois, relativamente à Assembleia Municipal censurada, queria também, já agora, dizer duas ou três palavrinhas sobre isto, porque parece que, depois de tanto se falar, há muita gente que ainda não entendeu. É claro que a Assembleia Municipal não se realizou, porque o senhor Presidente da Câmara não autorizou a utilização do espaço. Isso é claro como a água. Também é verdade que a DGS não pode impedir o que quer que seja, muito menos o funcionamento da democracia, nem a realização de atos políticos. E também é certo que a DGS aquilo que pode fazer é ditar normas, que depois compete aos Presidentes dos determinados Órgãos, cumprir, acatar, ou não acatar. E essa é uma responsabilidade única e exclusiva do Presidente do Órgão, neste caso, que estava em causa, que era do Presidente da Assembleia Municipal. Isso ficou claríssimo na pronúncia da Senhora Ministra, ficou claríssimo no parecer da CCDR e, portanto, acho que, quanto a isso, continua a haver aí algumas vozes dissonantes que ainda não perceberam isso. Mas também, como eu disse no discurso do 25 de Abril, quem não entender isso, não entende o fundamental. E, por isso, a responsabilidade da realização da Assembleia Municipal pertencia, em exclusivo, ao Presidente do Órgão, no caso concreto, ao Presidente da Assembleia Municipal. A disponibilização dos espaços municipais, volto a afirmar, dos espaços municipais, competia ao Presidente da Câmara. Mas, já agora, também, só para terminar, uma nota quanto à oposição silenciada. Eu acho que vocês têm toda a razão, que no 25 de Abril devia, pelo menos no 25 de Abril devíamos falar todos. Mas, se estiveram com atenção ao meu discurso, e pelos vistos estiveram, repararam que eu também falei um bocadinho sobre a oposição. E a oposição tem um papel fundamental na democracia. Não há democracia sem oposição e a oposição deve fazer o seu papel e não precisa estar à espera apenas do 25 de Abril para falar. Tem muito sítio e muito espaço onde se pode afirmar. Posto isto, passamos ao Período da Ordem do Dia.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 2.1 - Assuntos de Interesse Geral Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu vou dar já de seguida a palavra ao grupo parlamentar do CDS, se não se importam, porque o senhor Deputado tem depois um compromisso, tem que se ausentar. E, portanto, começaríamos por ele. Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. Só para dizer ali ao senhor Deputado Bruno Andrade, que eu não acredito que ele tinha vindo tentar enganar deliberadamente esta Assembleia, referindo-se a factos e a acontecimentos de cujo tempo ele desconhece. Portanto, convinha que, efetivamente, consultasse a informação, os factos, porque isso está tudo registado, para não vir aqui dizer qual foi o momento em que foram suspensas as obras da linha, de forma errada. Aliás, por falar de linha e de linha férrea, nós hoje temos os mesmos quilómetros de linha férrea do tempo da Monarquia. Em funcionamento, temos muito menos. E também sabemos que hoje temos, na linha da Beira Baixa, também uma velocidade equivalente ao tempo da Monarquia. Portanto, o PS tem este vício, gasta milhões e deixa sempre tudo pior. E, por falar de comboios, eu vou referir aqui uma notícia de hoje: «A falta de um comboio internacional entre Portugal e Espanha já é

questionada a nível europeu. Num estudo sobre o renascimento das ligações ferroviárias internacionais, a organização não-governamental Germanwatch destacou pela negativa a suspensão deste serviço desde meados de março do ano passado». Estamos a referir-nos ao Sud Expresso. Portanto, a diáspora é assim tratada também pelo Governo do Partido Socialista. Relativamente ao Hotel Turismo, é contemporâneo, o seu encerramento, com a suspensão das obras na linha da Beira Baixa. E, aliás, falou-se aqui de financiamentos. O Hotel Turismo teve um financiamento de 3 milhões e meio, obtido no âmbito da Região de Turismo da Serra da Estrela, para reabilitar este imóvel, ainda em funcionamento, e o Partido Socialista entendeu que seria melhor fechá-lo. Relativamente ao PRR, temos um PRR em versão de praia, como já todos entenderam. Senhor Presidente, o senhor anunciou novecentos postos de trabalho, até ao fim do ano, no concelho da Guarda. E eu pergunto, onde os deitamos? Não sei se o problema é técnico, se é político, se é político e técnico. Mas há respostas que têm que ser dadas. Comemorou-se recentemente o 25 de Abril. O 25 de Abril representa o princípio de um caminho para a liberdade que levou à instituição de um Estado de Direito em que, em tese, somos todos iguais perante a lei. Porém, ficámos a saber, de forma inequívoca, neste 25 de Abril, que há uma esquerda que se julga dona da Avenida da Liberdade e das regras e dos moldes em que se vive a própria Liberdade. Afinal, o 25 de Abril tem donos. A liberdade tem donos e há quem a queira só para si, ou que a liberdade seja diferente para si da liberdade que permite aos outros. Não tivesse havido também um 25 de Novembro e estes donos do 25 de Abril seriam hoje donos de todos nós. Por isso, digo que prefiro os que celebram Abril e Novembro, aos que celebram só Abril. Abril foi apenas o princípio que Novembro confirmou. Foi em 25 de Novembro que se consolidou a democracia, esta democracia que temos. E, sempre que celebramos a democracia e a liberdade, devemos questionar-nos sobre a qualidade da democracia e da liberdade que temos. Que democracia é esta, em que os casos de corrupção estão presentes no dia-a-dia dos serviços noticiosos? Que democracia é esta em que um Primeiro-Ministro é julgado por corrupção? Que democracia é esta em que a corrupção acaba em prescrição? Que democracia é esta em que o dinheiro da corrupção está livre de tributação? Dito por um juiz. Que democracia é esta em que a carga fiscal dos cidadãos atingiu 34,8% da riqueza produzida? Que democracia é esta em que um em cada três cidadãos, que trabalha e tem um emprego estável, é pobre? Que democracia é esta que convive com cerca de dois milhões de pobres? Que democracia é esta que convive com Salgados? Um que se chama Manuel e o outro Ricardo. Que democracia é esta em que há hospitais sem médicos? Que democracia é esta que encerra escolas por questões economicistas e outros caprichos? Que democracia é esta quando falta transparência na administração central e local? Que democracia é esta em que a administração central e local não responde aos cidadãos em tempo útil? Que democracia é esta quando o interesse público não é defendido por quem assumiu esse dever? Que democracia é esta que esquece as pessoas? Que democracia é esta que abandona cerca de dois terços do território? Que democracia? Já perdi a conta aos lamentos, protestos e iniciativas, que vi e ouvi pelo declínio e o abandono a que tantas terras têm sido votadas e juras de os combater firmemente. Todavia, o problema do interior, hoje territórios de baixa densidade, nunca parou de se agravar. O problema não está na falta das regiões administrativas, mas na distribuição dos distritos. Nunca acreditei na regionalização, mas acredito que o agravamento dos problemas do interior foi feito pelo desmantelamento dos

distritos. Portugal tinha uma malha territorial assente nos distritos. Dezoito no Continente. A generalidade dos serviços do Estado, educação, saúde, economia, segurança social, estradas, polícias, etc., tinha unidades desconcentradas nas Capitais de Distrito. A partir do final dos anos oitenta, foram concentradas nas sedes das CCDR's. Como é bom de ver, quem de dezoito faz cinco, não descentraliza, centraliza. Foi, aliás, o que os Governos fizeram. Centralizaram o país, pior do que era no século XV. As cidades do interior e outras, viram partir os polos de proximidade. Ficaram mais mal servidas. As populações foram partindo, perderam possibilidade de carreiras técnicas nas suas terras, a vida tornou-se mais difícil e as decisões ficaram mais distantes. Dirão muitos que isso é desconcentração, não é descentralização. Certo! Mas importa não desdenhar a desconcentração que tem um efeito enorme na vida das populações, em muitas áreas. As Direções Distritais fazem a diferença, porque, apesar de dependentes do Terreiro do Paço, estão sujeitas à pressão local, andam na rua, vão aos cafés, vão à missa ao domingo, têm os filhos nas escolas, frequentam o comércio local, integram muitos filhos da terra. Além disso, como se lembrarão os mais antigos, estavam sujeitos à fiscalização dos Deputados eleitos em base distrital. A desconcentração não resolve tudo, mas opera o principal, aproximar a administração dos administrados. Quanto à descentralização, ela apenas gera confusão e serve a desresponsabilização. Há hipocrisia quando fecham os olhos à violação gritante do artigo da Constituição. Diz o número 1, do artigo 291º: enquanto as Regiões Administrativas não estiverem concretamente instituídas, subsistirá a Divisão Distrital. Ora, a Divisão Distrital foi apagada em quase toda a Administração desconcentrada do Estado. Este novelo está tão emaranhado, que é impossível regressar à casa de partida enquanto não apanharmos o fio à meada. Mas, enquanto se discute o interior, não se pode continuar à espera e a afundar-se. Cumprir o artigo 291º, seria benefício extraordinário para populações. Seria formidável quando os territórios como os da Guarda, Viana, Braga, Vila Real, Bragança, Aveiro, Viseu, Leiria, Santarém, Castelo Branco, Setúbal, Portalegre e Beja, se vissem regressar ao mapa estrutural da Administração Pública. Isto é ir ao encontro das pessoas. O resto é hipocrisia e conversa fiada. Vivemos numa democracia cheia de enfermidades, em que a corrupção e o abandono do território são os cancro que mais a debilitam. É este..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, tem que terminar. Já ultrapassou em muito o seu tempo." -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** "Termino já. É este o retrato de um país de inclinação de esquerda, um país falhado. Como falhados são todos aqueles que tiveram o socialismo como ideologia dominante. Obrigado, senhora Presidente." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigada, senhor Deputado. Nós estamos aqui com um problema na grelha de tempos. Está a contabilizar os tempos deste ponto como o do tempo normal dos pontos da Ordem de Trabalhos. Mas, em todo caso, ainda assim, está a contabilizar. No caso do CDS tinha quatro minutos e começa a ficar no vermelho aos dois. Mas, ainda assim, ultrapassou o seu tempo. CDU, faz favor." -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** "Bem, eu vou falar de comboios, que é a minha grande paixão. E vou falar de transportes ferroviários, sua importância na coesão e desenvolvimento Regional. Em Trás-os-Montes, em 23 de Fevereiro de 2021, António Jorge Nunes, e vou dizer

que era o antigo Presidente da Câmara de Bragança, criticou, no jornal local Nordeste, nas páginas 16 e 17, o novo mapa ferroviário por este não servir as capitais dos distritos trasmontanos de Bragança e Vila Real. Nada de novo para mim, pois, ao apresentar em 20 de Junho de 2016, na Biblioteca Municipal da Guarda, o livro de António João Pinto Pires - *Linha da Beira Baixa: Debates na Câmara dos Dignos Pares do Reino e Câmara dos Deputados*, reparei que nos falava da possibilidade de ligarmos Bragança à Beira Baixa e pelo meio à Guarda. Foi algo que só não aconteceu por força da miopia costumeira dos nossos dirigentes políticos. Ficou apenas a colocação mais a norte da estação de Vila Franca das Naves. Foi esta que serviu agora de ponto de partida para o desenvolvimento de uma estratégia, delineada por Jorge Nunes, para pensar uma nova linha ferroviária que ligue Bragança à Guarda e consequentemente à Beira Interior, incluindo sinergicamente Belmonte, Covilhã, Fundão e Castelo Branco na ligação a Bragança. E não custa muito pensar em ligar Castelo Branco ao interior Alentejano, em particular Portalegre, Elvas e ir até ao Algarve. Era o que criaria, neste nosso agredido e obstaculizado interior, um elo de ligação que permitiria criar redes de transporte e assim reforçar os laços económicos e sociais entre os territórios do interior trasmontano, beirão e alentejano. Ficariam assim estes libertos da obrigação de ir até ao litoral para depois terem de ir para outros lugares do interior. Reforçar-se-iam e criar-se-iam novas oportunidades de negócio que impediriam o continuado definhamento do interior, impedindo que num e noutro lado desta fronteira continuasse a sufocar-nos uma estranha túnica de Nesso que nos impede de viver. Antes foi o 25 de Abril obstaculizado por gente obcecada por um neoliberalismo, que era e é demasiado limitado pela lógica da finança que não os deixa pensar na pequena e média agricultura e também nas pequenas e médias empresas industriais e de serviços, que podem fazer viver, com qualidade, as pequenas e médias cidades e vilas do nosso interior, fazendo reviver as casas que agora se transformam em ruínas. Foi isso o que não permitiu defender o setor produtivo do nosso interior de forma sinérgica. Cumulativamente somos manietados na nossa vida económica e social por suportarmos portagens injustificadas e excessivas se as compararmos com as pagas noutras regiões. Vemos, por isso, não só Trás-os-Montes como as Beiras pontuadas por estações ferroviárias abandonadas e carris de ferro inexistentes, que assinalam a falta de uma estratégia de coesão também para o nosso interior. Se não atalharmos esta política vesga na nossa Beira Interior, veremos por aqui estações abandonadas, mas prontas a ser úteis numa estratégia que faça a Recuperação e a Resiliência do Interior, seja trasmontano, seja beirão, seja alentejano ou seja algarvio. É o que passa por renovadas redes ferroviárias em Trás-os-Montes tal como o sonham os trasmontanos e pela sua ligação às Redes Ferroviárias da Beira Baixa, doze anos interrompida, e da Beira Alta, que são realidades que agora só temos de manter a funcionar pois existem mesmo. E assim ganharia o interior mais sinergias e as consequentes mais-valias. Não nos esqueçamos, por isso, de recordar as possíveis sinergias que esta ligação ferroviária pode criar, desde logo, entre os equipamentos do Serviço Nacional de Saúde, do Sistema de Ensino nos seus diversos patamares e das suas Bibliotecas e Centros de Investigação que existem no interior e se podem reforçar e multiplicar. Não podemos, em todo o caso, olvidar a importância do transporte no alargamento dos mercados e em particular dos mercados agrícolas. Foi o que pensaram os que em Trás-os-Montes pensaram a Linha do Tua. Foi o que os fecharam e desprezaram, sem terem pensado nas consequências na desertificação dessa região. Foi o que o meu avô materno, como ferreiro,

aproveitou para vender as foices, os foições e as enxadas em Belmonte e no Fundão. Foi aquilo que dentro e fora da nossa região não pensaram quem mandou fechar esta linha durante doze anos. Não nos esqueçamos disso, agora que podemos afirmar em voz alta o nosso direito ao progresso. Agora que vivemos o Ano Europeu do Transporte Ferroviário, há que aproveitar esta oportunidade para retomarmos o comboio do progresso e da felicidade e de reencontrarmos, com segurança, os lugares calmos do nosso interior, não os deixando definharem. Tenho que dizer que, desde há sete anos, comecei a andar mais por Trás-os-Montes, e acabei por ser eleito, há poucos dias, Presidente do Conselho Fiscal de uma Associação Transfronteiriça que existe em Bragança e que também gostaria de alargar a sua influência na nossa região. E eu estou lá também puxado pelas pessoas que pensam que de Trás-os-Montes podemos vir até à Beira e andar por aqui, e defender o interior que precisa ser defendido por uma estrada que o ligue todo. E, portanto, a ideia desta linha que agora retoma, e que esteve parada durante tantos anos, e que durante longos anos andaram a fazer ver que a iam fazer andar e, como sempre, a velocidade, que é uma coisa fundamental nos negócios e na logística, acaba por ser uma coisa desprezada por quem pensou as linhas de caminho-de-ferro, por quem pensou os projetos e que não foi capaz de integrar, nesses projetos, a questão da velocidade, que é aquilo que nós precisamos no nosso interior. Também aqui a Covilhã tinha um aeroporto, deixaram de ter. E foi pena porque o aeroporto da Covilhã seria importante para a nossa região. Eu, quando estive a dar aulas na Covilhã, há vinte e poucos anos, também havia uma pessoa que estava a planear um aeroporto aqui para a região, ali para os lados do Leomil, e que esse aeroporto nunca existiu. E pronto, é assim. Passamos a vida a pensar em sonhos que nunca realizamos. E é isso que eu tento, agora que já estou a ficar velhote, claro, estou a pensar que ainda vou viver mais uns anos, sempre a apertar com esta malta para ver se a gente avança. E disse. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos agora o Bloco de Esquerda.” -----

- **Deputado Bruno Andrade (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Eu só queria falar aqui um pouco do mês de maio que vamos entrar agora, dar uma palavra aos enfermeiros que estiveram e continuam a estar na frente de batalha ao Covid. E queria questionar também a Câmara e o senhor Presidente. Nós, na Guarda, tivemos um Hospital sempre preparado com as melhores condições na questão de receber Covid. Foram contratados uma série de enfermeiros para a ULS, para combater o Covid. O que é certo é que estes enfermeiros e estas enfermeiras têm contratos precários e muitos deles vão voltar, novamente, ao desemprego. Queremos saber se a Câmara tem tido algum tipo de negociações junto da ULS, para, juntamente com eles, dar aqui algo de resposta a estes enfermeiros que, acabando o Covid, e que acabe rápido, que tenham algo para poder fazer no mercado de trabalho normal. E, pronto, é tudo. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Grupo Municipal do Partido Socialista, faz favor.” -----

- **Deputado Nuno Laginhas (PS):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros, senhor Presidente da Câmara, restantes Membros, senhoras e senhores Deputados, Colaboradores da Câmara Municipal, Comunicação Social e quem nos está a

assistir em casa, muito boa tarde. Eu venho falar de emprego ou, nem sei bem, se é de desemprego ou de falta de emprego, ou da fantasia do senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda. Tendo em conta o que vem anunciando ao longo dos tempos, neste momento, o que nós assistiríamos, na Guarda, era a um plantar de tendas com pessoas à procura de habitação, porque aqui encontraram emprego. O que é verdade, e recordando alguns aspetos do que vem dizendo, nós temos assistido ao anúncio de constantes ofertas de emprego, sem, efetivamente, vermos concretizadas aqui no nosso concelho. Falou, no 25 de Abril, de novecentos postos de trabalho. Já se tinha falado em mil postos de trabalho num cluster da mobilidade elétrica; cento e tal postos de trabalho num investimento de 48 milhões de euros; cinquenta postos trabalho num Data Center. E, continuando por aí, houve para aí muito anúncio fantasiado de ofertas de emprego. O que é verdade, e consultando alguns dados oficiais, neste momento, por incrível que pareça para todos, porque eu estava convencido que estávamos em pleno emprego aqui na Guarda, aliás, já estávamos a importar mão-de-obra, quiçá, até doutros países, continuamos com desemprego na Guarda! E, por incrível que pareça, há outros indicadores que não acompanham estes anúncios. E porque é que será? Por exemplo, novas habitações. Posso dizer, por exemplo, só a título de curiosidade, nas Beiras e Serra da Estrela, na NUT, novos fogos habitacionais, em 2019, foram duzentos e trinta e oito. Estamos a falar na NUT. Portanto, era preciso expurgar aqui o resto dos concelhos, para saber quantos é que tocava aqui ao concelho da Guarda. Isto é um indicador de que, realmente, há uma componente da economia que não acompanha essas suas ambições. Depois, poderá o senhor Presidente estar aqui a pensar: pois, vêm aqui falar e o que é que o PS fez? Ou que é que o PS faz? Com toda a razão! Acho que sim, que deve questionar isso e nós também devemos de ter isso em mente. E, realmente, o PS, quando esteve na Câmara Municipal da Guarda, e daí nós não nos envergonhamos, e daí nós termos coisas para podermos falar, ao contrário do PSD que não consegue falar de nada. O PSD não consegue apresentar uma ideia, não consegue apresentar um investimento concreto para o concelho da Guarda neste tempo todo, mas fala do investimento nacional. Mas e o investimento Local? O que é que eu tenho para apresentar? Nunca! Nada. Nós tivemos. Nós temos este edifício, a cultura. Permite agora uma candidatura à Capital Europeia da Cultura. Temos a Plataforma Logística, por exemplo. Sim, podem dizer, ok, já estou à espera. Vão usar aquele argumento já muito antigo, gasto: deixámos crescer as giestas, os preços dos lotes eram caros. Mas a verdade é que nós criámos a estrutura, porque havia uma ambição e havia um projeto, havia uma estratégia. O que é que os senhores fizeram? Até agora, não vi nada. Apoiam-se no sucesso empresarial das empresas que estão na Guarda. Ainda bem que temos aqui grandes empresas na Guarda com grande sucesso empresarial, olhe, que curiosamente vêm do tempo da governação do PS. Mas, digam lá, o que é que fizeram, em termos de incentivos para novas empresas na Guarda? Eu também fui ver disso, porque também, ao questionar, também gosto de obter algumas respostas. E do que é que me lembrei, o que é que foi? Foi o IMI? Foi a Derrama? Foi o IRS? Foi o Salvaguarda Empresas? O Salvaguarda Empresas, que era um apoio de 400 euros ou de 600 euros, que nem permite pagar um salário, um vencimento por completo, de um colaborador. E viu-se o sucesso do programa. O PS avisou. O PS deixou os avisos do programa mal construído, infelizmente. E o que é verdade é que nós temos andado constantemente, têm-se rido de nós, falar de estratégia, mas ainda não vimos aqui estratégia concreta. E agora num ímpeto, é um autêntico ímpeto

propagandístico, próximo de eleições, anuncia-se, à louca, empregos que não existem. O que nós assistimos, efetivamente, é à aquisição imobiliária para projetos que ainda não sabemos muito bem para o que é. Logo se verá o que é que vai ser. É para o âmbito religioso? - Não sei, logo vê! O que importa agora é comprar. E estratégia, para emprego? É que apresentar esta criação de emprego e se, efetivamente, isso existisse, nós, neste momento, realmente, ao contrário do que o senhor Presidente diz, a Guarda estava muito bem. Mas não está, infelizmente. Infelizmente, não está. E eu não gostaria nada de estar a dizer isto, mas não está. Porque, atrás desse emprego todo que o senhor Presidente anuncia, teríamos também um emprego indireto e teríamos a economia a acompanhar e teríamos empresas que seriam complementares a essas empresas que anuncia para aqui para o concelho da Guarda. Disse. Muito Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Agora, por último, o grupo parlamentar do Partido Social Democrata. Faz favor.” -----

- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Muito boa tarde a todos. Permitam-me, senhora Presidente e senhor Presidente, que os cumprimente em primeiro lugar, e todos os outros sintam-se cumprimentados nesta sessão da Assembleia Municipal. Tinha aqui elencadas algumas questões alusivas ao tema aqui apresentado pelo senhor Deputado Nuno Laginhas, vou deixar ao senhor Presidente da Câmara para responder, porque julgo que será muito mais esclarecedor daquilo que eu aqui vou dizer. Depois, também queria associar-me aqui às palavras que foram enunciadas, em relação à inauguração, do próximo domingo, do troço da linha da Beira Baixa. E não tenho dúvidas nenhuma quem é que vai levar o bouquet de rosas para distribuir a todas as senhoras, visto que é o dia da mãe. Caberá esse trabalho ao senhor Deputado António Monteiro. Até porque ele também não apresentou toda a história da linha da Beira Baixa, mas não tenho dúvidas nenhuma quem vai estar, à entrada das carruagens, a distribuir as rosinhas às senhoras que irão participar nesta primeira viagem inaugural. Depois dizer, e queria agradecer ao senhor Deputado António Barbosa aquilo que referiu em relação à Junta, mas dizer, senhor Deputado, e a verdade acima de tudo, não foi só a Junta que cuidou desse assunto, embora o senhor Deputado tenha falado comigo, mas não foi só a Junta que tratou desse assunto. Mas ainda bem que ficou o assunto resolvido. E vou tirar aqui algumas partes da minha intervenção, visto que o senhor Presidente terá mais conhecimento e mais saber do que eu para responder à intervenção aqui produzida. Depois, dizer que me associo também à intervenção do 25 de Abril, quer da senhora Presidente e quer também do senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, em relação àquilo que foi as festividades. E nada tenho contra a ideia que aqui já foi feita numa Assembleia Municipal, e noutras, em que também os partidos, os outros partidos, possam também usar da palavra nessas mesmas sessões. Mas no próximo mandato isso se verá. Partilho convosco três números que revelam bem as diferenças entre uma governação que terminou em 2013 e outra governação que se iniciou em 2013, continua em 2017 até 2021. E pretendo também ganhar a confiança da população da Guarda para governar no próximo mandato Autárquico. Partilho convosco três números, porque além de exemplificarem uma continuidade positiva depois do sufoco e penúria financeira em 2013, mostram que é possível por um lado satisfazer os anseios das populações das quarenta e três freguesias do nosso concelho e, por outro lado, honrar os

compromissos financeiros decorrente da realização desses mesmos compromissos. Partilho convosco estes três números, porque significam o reconhecimento do trabalho dos Autarcas do Município e dos Autarcas de Freguesia, bem como dos técnicos da Câmara Municipal e da capacidade empresarial instalada no nosso concelho. Partilho convosco estes três números, porque simbolizam e evidenciam essencialmente um dos valores principais do Poder Local, (aqui já hoje enaltecido, se não estou em erro, pelo senhor Deputado do Partido Comunista, ou pelo senhor Deputado do Bloco de Esquerda, acho que foi pelo senhor Deputado Aires Diniz. Peço desculpa.) e que se traduz no princípio da subsidiariedade, que significa, tão só, que uma intervenção, uma obra, uma decisão, deve ser tomada e concretizada pelo órgão que está mais próximo para a executar, para a acompanhar, e porque também a vivência com outra exigência e com outra necessidade. No caso dos três números que vos apresento, eles revelam uma confiança do Município na capacidade de exigência e concretização das quarenta e três freguesias que compõem o nosso concelho. Partilho, agora, os três números que relevam e fazem sobressair uma linha de atuação política, marcada pela plena confiança nos eleitos nas freguesias e nas populações que por eles são representadas. Os três números que recolhi nos documentos Camarários, reportam-se aos apoios financeiros concedidos às Juntas de Freguesia no mandato 2009/2013; 2013/2017 e 2017/2021. Mas ressalvo que, em 2013, o valor que mencionarei refere-se, em grande parte, à dívida que a Câmara Municipal de então deixou às freguesias. E o valor de 2017 a 2021 compreende um valor que, efetivamente, foi e vai ser transferido para as freguesias honrarem os compromissos com as obras realizadas nas suas localidades: muros, cemitérios, pavimentações e calcetamento de caminhos, sistemas de águas e saneamento, requalificação de arruamentos, e outras obras que foram e estão a ser realizadas em todas as freguesias do concelho e pagas atempadamente. Sim, senhor Presidente e senhores Deputados, a economia empresarial também se robustece e valoriza tecnicamente com as obras. Bem sei que não é só com obras que as comunidades se desenvolvem. Mas são também muito importantes para a qualificação de vida das pessoas e para a sua fixação nas diversas localidades. Os três números que quero partilhar convosco, são: 1 milhão - o valor que a Câmara Municipal atribuiu no quadriénio 2009/2013, do qual grande parte foi pago, no quadriénio seguinte, pelo Executivo liderado por Álvaro Amaro. 1 milhão e 100 mil euros, e mais o que estava em dívida, foi o valor efetivamente transferido para as freguesias no quadriénio 2013/2017. Já no quadriénio 2017/2021, e com a liderança ainda de Álvaro Amaro, e também agora de Carlos Chaves, o valor vai praticamente duplicar. E mais, a Câmara Municipal entregou às Juntas no mandato que está agora prestes a concluir-se. Mas reforço que a maior e mais forte mais valia é, efetivamente, o quantitativo ser maior, mas competentemente pago, e a horas, como tem sido apanágio da atual governação e liderança da Câmara Municipal. Uns dirão: é campanha eleitoral. Outros dirão que, finalmente, obras estão a realizar-se. Outros dirão que as necessidades a isso obrigam. Outros ainda afirmarão que outras obras mais importantes, mas todos concordarão que, a sua concretização, são um princípio de um novo e continuado tempo de acertar os ponteiros do desenvolvimento do futuro da nossa terra, quando antes apenas conhecíamos os ponteiros sempre atrasados. Sim, senhor Presidente, veja a marca do atraso do relógio Socialista que governou a Guarda e que Vossa Excelência, e o seu antecessor e os Vereadores do PSD, têm vindo assertivamente a acertar. Alguns exemplos bem paradigmáticos do que pretendo dizer. Na Freguesia da Guarda, tivemos localidades bem

coladas ao centro da cidade que tinham arruamentos já nem visto nos restantes Freguesias do concelho e até do distrito. Aliás, estão nesta sala alguns Deputados e até Vereador que conheciam bem a luta pela requalificação no Carapito, na Cabreira e agora nos Galegos e Alfarazes. Finalmente, Vossa Excelência, senhor Presidente, e senhores Vereadores, e aqui uma palavra para o Vereador Sérgio Costa, ambos souberam dizer presente. E mesmo que sejam os tais poucos votos que alguns diziam existirem nessas localidades, alguns tratores, portanto, ainda ousam comentar: a Câmara Municipal, está, pois, de parabéns, está a repor a devida requalificação urbana àquelas localidades e a dignificar a vida de cada um dos cidadãos e cidadãs que ali construíram e contribuem também para o crescimento da nossa Guarda. Mas ainda outro atraso dos ponteiros Socialistas, estrategicamente reforça a total falta de orientação Socialista, é a aposta no património da nossa terra, como vemos nas obras junto à Capela da Póvoa do Mileu. Décadas e décadas de promessas e nunca nada, mesmo nada foi concretizado. Promessas e promessas e os ponteiros nunca se acertaram. Mas hoje os residentes da Póvoa do Mileu e de toda a Guarda, vão ficar, durante o verão, com um monumento revigorado. E, senhor Presidente, Vereadores e Técnicos da Câmara, bem podem dizer que souberam honrar os que, num pretérito muito recuado, exigiram ali aquela Capela. Cumpriram a promessa e honraram a vossa obrigação. Infelizmente, foram precisos muitos mil dias, para que alguém soubesse acertar e valorizar o que bem merecia ser, e vai ser agora, um outro ícone da nossa cidade. Aliás, a par também do Jardim ou do Parque Verde que está na urbanização Alves Bandeira e que está prestes a concluir-se também. Mas estes dois exemplos demonstram uma clara aposta na coesão social e territorial de uma cidade que se quer acolhedora, atrativa, e quer honrar o seu legado histórico e cultural. É por isso que vemos. desde o ano passado, o continuar do processo de requalificação e regeneração urbana. Recordo-me que, no anterior mandato, foram repavimentadas meia centena de arruamentos num estado de degradação e aflição muito grande para os cidadãos. E, agora, continua esse meritório trabalho e, seguramente, vai ser continuado no futuro, sem descurar a mais-valia das contas certas e em dia, no meritório auspicioso respeito pelos empresários do setor que aqui conseguem ganhar trabalho nas suas terras e fixar aqui quadros técnicos e dar trabalho a mais cidadãos. É por isso que valorizo a Câmara e a atividade que aqui organizou no 25 de Abril de, enfim, dizer obrigado ao conjunto de trinta empresários que aqui estiveram. Efetivamente, senhor Presidente e senhores Vereadores, é grato perceber e acompanhar a maior dificuldade técnica, mas também a melhor graciosidade da obra da Rua do Encontro e ruas adjacentes. Outra promessa de muitos mil dias e agora concretizada. Certo que antes se fizeram também obras. Claro está! Aliás, subscrevo aqui as palavras do senhor Deputado Laginhas, aqui estamos numa obra marcada num tempo Socialista, como gostam de dizer. Mas, claramente, também hoje vê-se e percebe-se a estratégia que se quer para a cidade e para as freguesias. Hoje projeta-se, planeia-se e constrói-se. Antes, apenas íamos ao engano dos programas comunitários. E aqui fico satisfeito que haja muitas pessoas a acreditar que a linha da Beira Baixa e a linha da Beira Alta são feitas pela coesão territorial, pela coesão social e pelas pessoas que vivem aqui. Ainda bem que há pessoas que acreditam num Pai Natal. Faz-se, esquecendo muitas vezes a qualidade de vida das pessoas. Hoje aproveitam-se estrategicamente os fundos comunitários e é nesse enquadramento que se percebem, na minha opinião, as aquisições de imobiliário realizadas pela Câmara Municipal da Guarda na Praça Velha, na Guarda-Gare, na Judiaria. E seguramente, senhor Presidente e senhores

Vereadores, espero e quero acreditar que o vosso silêncio, e dos seus colegas, já pagaram essas aquisições. E mais, realizaram os competentes atos administrativos, para não voltarmos ao desatino, ainda incompreendido pela cidade, dos milhões que saíram dos cofres da Câmara, e, tal desacerto dos ponteiros, levou a que não houvessem uns milhares para escriturar os terrenos em favor de quem os pagou. Neste caso, os impostos dos Guardenses. Concluo, senhor Presidente, e senhores Vereadores, para lhe dizer que espero e desejo que continue, no futuro, a apoiar ainda mais as Juntas de Freguesia e possa também continuar com o apoio da população, dos técnicos e dos estudiosos, a gizar, a planear, a reforçada e melhor estratégia de afirmação da nossa cidade no contexto do país, mas também num contexto global e, particularmente, ibérico. E que possamos ter, já em 2012, as importantes ações de valorização territorial e social que estiveram suspensas, entretanto. Refiro-me às ações a que o PS chamava de festarolas. E eu espero também que, no próximo debate eleitoral autárquico, haja alguma novidade nesse particular, para que a preguiça reflexiva do Partido Socialista possa fazer ascender o debate eleitoral. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente, faz favor, tem a palavra.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigada, senhora Presidente...” --

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa. Senhor deputado Miguel, faz favor.” -----

- **Deputado Miguel Bandarra (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhoras Vereadoras e senhores Vereadores, Deputados Municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta. Comemorou-se, no passado domingo, mais um aniversário do 25 de Abril e o Município da Guarda quis também assinalar esta data com a inauguração de três importantes obras. Uma, a ampliação e requalificação do Canil e Gatil Municipal que passa agora a dispor de trinta celas para cães, a somar às quinze já existentes, e de mais vinte e quatro celas para gatos. Obra esta no valor de 200 mil euros, que visa assegurar o cadastro da população canina e felina, garantir o seu controlo, manter ações inerentes a doenças transmissíveis por animais, reduzir o abandono e promover uma adoção responsável. Em paralelo, foi também implementado um projeto piloto do Programa CED - Capturar, Esterilizar e Devolver, através da instalação de duas colónias para gatos em dois bairros. Dois, abertura do Espaço Intergeracional - Criativamente, sito na Rua da Trindade, em pleno Centro Histórico. Trata-se de um espaço dinâmico, que pretende estimular o envelhecimento ativo e saudável com o desenvolvimento de políticas transversais e estratégias de atuação multidisciplinares e de proximidade, que promovam a qualidade de vida da população sénior, em estreita correlação com as gerações mais jovens. E, por último, a inauguração do Quarteirão Sociocultural denominado Associações ao Largo, que, para além das requalificações da zona amuralhada e dos edifícios da Torre Velha, esta obra tem por finalidade criar sinergias entre associações em prol da comunidade, dando também mais vida ao Centro Histórico. É de frisar que estas três obras foram desenvolvidas ao longo deste estado pandémico, o que implicou um maior esforço por parte do Município. Ainda assim, este Executivo apoiou e apoia, social, económica e sanitariamente, quem mais foi prejudicado por este vírus, com a implementação de medidas de Salvaguarda, tais como: redução de 30%

sobre tarifas de água, saneamento e RSU, a microempresas com atividade suspensa e a famílias que viram diminuídos os seus rendimentos; isenção de tarifa fixa de água, saneamento e resíduos sólidos para comércio e indústria; comparticipação na realização de testes PCR para a Covid-19; disponibilização de equipamentos de proteção individual como, máscaras, luvas, entre outros; isenção de rendas habitacionais em fogos Municipais; isenção de valores, na área da educação, a todas as famílias que sofreram perdas de rendimentos; isenção de pagamento de taxas relativas a publicidade em estabelecimentos encerrados; isenção integral do pagamento de rendas e afins devidos ao Município; isenção do valor de taxas relativas à venda itinerante; disponibilização de alojamento para profissionais de saúde, proteção civil, bombeiros voluntários e funcionários de lares; disponibilização de centro de acolhimento para doentes Covid em recuperação; dinamização de lançamento de empreitadas programadas no PEDU; manutenção do regime excecional de ocupação de via pública com esplanadas; e, por último, isenção de pagamento de estacionamento nas zonas reguladas por parquímetros existentes na nossa cidade. Felicito, assim, o Município da Guarda, por ter tomado este conjunto de medidas, através das quais conseguiremos ultrapassar este momento mais difícil e assim regressar à tão desejada normalidade das nossas vidas. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir do grupo do Partido Social Democrata? Não? Muito bem. Senhor Deputado Ricardo, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Antunes (PS):** “Senhor Presidente, olhe. Sabe que as pessoas que votam para nós estarmos aqui todos presentes, cada vez mais exigem mais de nós. Esta política do clubismo, de que tudo o que é iniciativas que venham da bancada do lado não é para ter em consideração, e tenho que arranjar argumentos já aqui para as refutar, está um bocadinho ultrapassado. A política que nós devíamos aqui fazer, mais do que esta política de vir aqui apresentar situações porque querem fazer parte de listas, ou fez-se isto, fez-se aquilo... Isto, as coisas, têm que, efetivamente, começar a mudar! É por causa disto que as pessoas se afastam da política. O senhor Presidente vir refutar uma proposta, neste caso, da bancada do Partido Socialista, dizendo que tem cento e cinquenta apicultores na região, e que até dá umas armadilhas e que a iniciativa privada é que tem que fazer o trabalho, não somos nós, isso, para mim, não é fundamento. Eu vou-lhe explicar porquê. Porque nós temos uma cidade, vou-lhe dar um exemplo, somos uma cidade de montanha. Criar um DOP? Não! Eles desenrascam-se ali na Moimeira, ou em Penamacor, ou por aí a fora. Eles estão desenrascados. Não é isso. Eu acho que o senhor Presidente ganharia muito mais, até porque eu olho para si e vejo uma pessoa nova e até com bastantes capacidades. Eu acho que devia olhar para as nossas propostas, até porque eu depois até tenho o cuidado de fazer as propostas de maneira a não politizá-las. Não sei se reparou na minha Moção, não estou aqui a tentar tirar proveito de nada. O senhor Presidente podia pegar nessa ideia, criar, fazer um documento de trabalho com os seus técnicos e analisar se, efetivamente, há ou não há uma mais-valia para a Guarda apostar nesta área. E depois, sim, vir dizer: não, nós fizemos um estudo e, neste momento, não há necessidade de intervenção da Autarquia neste setor. Ou, então, pode haver, porque as Autarquias também têm essa obrigação. Não é só estar à espera da iniciativa privada, também têm obrigação de incentivar, de motivar, de criar

infraestruturas. Porque há muitas áreas em que as Autarquias se metem que também podemos dizer que era do setor privado, e não é por causa disso que deixam de o fazer. Por isso, eu peço-lhe, mais uma vez, como Deputado e como cidadão, que analise primeiro as propostas que aqui são feitas. Faça, efetivamente, esse estudo, esse trabalho de casa. E depois, sim, venha e refute essas questões. Isto, nem que seja para incentivar as pessoas a andar aqui um bocadinho, porque eu estou farto de andar aqui a apresentar Moções que depois caem no esquecimento. São aprovadas por unanimidade e depois? Zero. Então, que motivação é que a gente tem para andar aqui? Só andar aqui a fazer guerrilhas, ou os que vêm para aqui fazer discursos para se candidatarem às listas, ou por aí fora? Não! Eu vim apresentar uma ideia. E acho que o que deve ser correto, por parte do senhor Presidente, é aceitar, beber essa ideia, pensar nela, refletir. E depois, sim, vir dizer: não, é viável ou não. Não interessa se é do PS ou do PSD. Há determinadas propostas que não interessa de onde vêm. É para o bem comum, é para o bem de todos, certo? Eu não vou ganhar nada com estas iniciativas, nem o PS. Quem vai ganhar até é o senhor Presidente. Se tivesse um projeto destes no seu mandato, você é que ia tirar os louros, porque, efetivamente, dinamizou esta atividade. Eu estou-lhe a dar ferramentas. Não lhas estou a tirar, nem a criticar. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Os meus parabéns pela sua intervenção. Gostei muito. Mais ninguém para... Eu acho que vocês já não têm tempo. Ajudem-me lá, a grelha já está correta? Não, ainda não. Já lhe dou um minuto, senhor deputado. Acho que a bancada do PSD também queria. Falam eles e depois já lhe dou um minuto.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Obrigado, senhora Presidente. Não posso deixar passar aqui algumas coisas. É assim. Em trinta e sete anos orgulham-se de algumas coisas e muito bem. E eu, como guardense, também me orgulho de estar numa casa destas. Mas sabem quem é que a acabou de pagar? Foi este Executivo. Sabem porquê? Porque os senhores não tinham dinheiro para o pagar. A diferença só está aqui. O senhor Deputado Monteiro frisou aqui a coisa do Dr. Álvaro Amaro dizer: não paguem, não paguem. Olhe, tinha razão. Porque se não tivessem pago e o hotel estivesse nas mãos do Município, neste momento já estaria resolvida esta situação, com certeza. Está a ver a diferença? É só isto que me ocorre. Agora, virem para aqui dizer: ai meu Deus, vêm novecentas pessoas onde é que os vamos pôr a dormir? Que grande problema! É pena este problema não ter sido pensado, no momento em que o Executivo, que estava em exercício, quando a DELPHY foi fechada, que sabia com muita antecedência que a DELPHY ia ser fechada, e não foi feito nada para aquele espaço ser ocupado por outra empresa. Estão a perceber a diferença de atitude? Estão a dizer que fizeram a Plataforma. Construíram a Plataforma, sim senhor. Era para ter sido a primeira a nível nacional. Não foi, passaram todas à frente da Guarda. E depois de estar construída, espetaram um valor exorbitante por metro quadrado que não era atraente para nenhuma empresa. Estão a perceber a diferença de atuação? É só esta! Querem dizer, muito bem, uma empresa que lá estava e continua e cresceu. E cresceu, porque, à medida que vai necessitando de mais espaço, este Executivo abre todas as portas para que isso aconteça. Facilita as empresas para crescerem. É esta a diferença da atuação de uns Executivos para os outros Executivos. E depois, temos que estar sempre a falar do passado. Temos que estar sempre a

falar do passado, porque os senhores fazem questão que se fale do passado. Querem falar da dívida? É uma amortização de 2 milhões de euros da dívida que os senhores cá deixaram, num ano. Sabem qual é, para mim, a maior obra deste Executivo? Não são tijolos, nem blocos, nem alcatrão, nem nada disso. É o saneamento das contas do Executivo, que faz com que nós possamos ter uma perspetiva de futuro diferente daquela que herdamos. É a grande diferença de uma governação para a outra. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Matias. Faz favor.” -----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Boa tarde a todos. Eu não era para intervir. Mas eu, em princípio estamos praticamente no fim de uma legislatura, virá uma a seguir, e eu já sou dos mais velhos nesta Assembleia. Já estou aqui há não sei quantos mandatos, estou na reforma, e, portanto, não queria deixar de dizer aqui o seguinte e permitam-me que utilize algumas expressões assim menos eruditas. Para dizer que estou farto de, ao longo de vários anos, principalmente nestes dois últimos mandatos, estou farto de ouvir dizer da herança do Partido Socialista que deixou ao PSD. A herança que o PS deixou, efetivamente posso dividir em dois grupos. Do ponto de vista financeiro, uma dívida que foi empolada pelo PSD, mas que depois se veio a provar que afinal era metade. Mas essa é uma história. E deixou um património. Património que todos os que aqui estão, independentemente de serem Deputados tão antigos como eu, conhecem. Os Deputados jovens, conhecem e sabem perfeitamente quais as obras que transformaram a Guarda. E vou só nomear, e permita-me, senhora Presidente, que eu então fale um pouco mais, porque houve uma vez, se se lembra, que eu deixei esta Assembleia por não me deixar falar. Provavelmente será a última vez que eu falo aqui, portanto, deixe-me falar. E vou enumerar meia dúzia de obras que vocês todos conhecem. Começamos pelas Freguesias. Como sabem, no tempo de Abílio Curto, nem luz elétrica, nem saneamento tinham. Fez a Câmara Municipal, fez a VICEG, fez as piscinas, a seguir fez aqui este espaço, fez-se a biblioteca, fez-se o Polis. Todos esses equipamentos, onde hoje casais jovens levam os seus filhos, quer às piscinas, quer a zonas de leitura, quer a zonas de lazer, é uma herança do Partido Socialista. Portanto, o que o PSD, neste momento, em oito anos, fez, não passou de remendos. E mais, fez e desfez obras, como por exemplo a Rua do Comércio. Houve três intervenções. Andou a pintar, a desfazer nas obras que o PS deixou, nomeadamente a Central de Camionagem. Eu tive a oportunidade de dizer ao senhor Presidente, na altura, Álvaro Amaro, passado um ano já estava a chover novamente na Central de Camionagem. Vá lá hoje, senhor Presidente, e vê a tinta a descascar. Portanto, o que vocês fizeram foi remendos. Vocês confundem pôr uma telha com fazer o edifício. Andam agora a compor ruas, ruas que já vêm do tempo quase do Salazar. Não há arruamentos novos. Não há investimentos novos. O que eu peço ao PSD é que deixem uma herança para o PS pagar. Façam a Avenida aqui em frente ao TMG, prometeram nos cartazes que deixaram na última campanha. Façam a Alameda da Ti Joaquina, puseram lá o cartaz na mesma. Está na mesma, está por começar, nem há projeto, nem há nada. Façam, completem a Via de Cintura Externa. Façam obras, mesmo que isso deixe dívidas para o PS pagar. Mas façam. Não andem a fazer que fazem, não andem a fazer remendos e a confundirem a população que estão a fazer obra nova. Por aqui me fico. Em relação à linha da Beira Baixa, eu queria e aproveito para saudar a intervenção que a Presidente da Junta fez, da Ramela. Uma boa exposição. Fez a história...

mas representou aqui, de alguma forma, a Ramela. Muito obrigado, pela sua exposição. E fez uma bela história sobre a linha da Beira Baixa. Esqueceu-se de um pormenor. Eu não era para falar, mas a partir do momento que o senhor Presidente da Junta da Guarda, Professor Prata, veio aqui a falar, em ar de gozo, que quem vai receber o bouquet das flores vai ser o Presidente do PS, Monteiro, só lhe quero lembrar do seguinte. E o senhor sabe perfeitamente e tem obrigação de se lembrar melhor do que eu, que é muito mais novo do que eu. Há cerca de dez, doze anos, era o senhor Presidente, Deputado da Assembleia da República. Lembra-se? Veio aqui a dizer, nesta Assembleia, que a linha da Beira Baixa ia entrar imediatamente em obras e, dentro de dois anos, a linha da Beira Baixa ia ser ativada. Pois, passou o Governo do PSD, o senhor Presidente da Junta deixou de ser Deputado na Assembleia da República, a linha da Beira Baixa não se fez e foi preciso vir o PS a fazê-lo. E vai ser inaugurada, então, dentro de dias. É isto o legado que o PS deixa à Guarda. Em relação a outros equipamentos de âmbito nacional, ou do poder central, pois, o PSD há um legado que deixa, é realmente o IPG. Mas o PS deixa um Hospital novo, deixa as linhas férreas, uma concluída e outra em conclusão, em obras, que é a linha da Beira Alta, e deixa as autoestradas da A25 e A23 e do IP2 até Bragança, feita. É esta a herança do Partido Socialista. Gostaria que o PSD fizesse um pouco mais do que isto. O que deixou é isto, foi efetivamente o IPG. O resto, não passa de remendos. Muito obrigado.” -----

- Cidália Valbom, Presidente da Assembleia: “Muito obrigada, senhor Deputado. Agora sim... um minuto, senhor Deputado João Prata.” -----

- Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD): “Muito obrigado. Senhor Deputado Matias Coelho, é sempre com gosto que o ouço. E tudo bem, o senhor terá a sua opção, poderíamos fazer aqui uma coleção de obras. Dizer, e eu julgo que o senhor concordará comigo, que é importante termos contas bem feitas e contas pagas e consolidadas. E, de facto, isso não aconteceu no final do vosso mandato. E com isto não vamos entrar aqui em discussão. Não aconteceu. E muitos colegas meus, aqui, Autarcas de Freguesia, que ainda o são agora, sabem-no bem e o senhor também sabe. Mas não interessa, não vamos entrar nessa discussão. Segunda questão, dizer que, em relação à linha da Beira Baixa, não vale a pena estar aqui a historiar o processo e aquilo que eu vou dizer, para si, vai valer zero, neste sentido político-partidário. Mas vou-lhe dizer uma coisa. A decisão de completar a linha da Beira Baixa, a decisão política de completar a linha da Beira Baixa e conseguir o apoio comunitário, porque esta obra e outras que se estão a fazer, e ainda bem que se fazem, e eu estou de acordo consigo, fazem-se porque há fundos comunitários, porque, senão, não se faziam... e é por isso que eu dizia há bocado: ainda bem que nós acreditamos no Pai Natal. Porque estas obras não são feitas pelos lindos olhos das pessoas que aqui vivem. São feitas porque há um projeto da Comunidade Europeia, da União Europeia, e que há necessidade de levar as mercadorias do litoral para o centro da Europa. Simplesmente por isso. Nós podemos aproveitar e dizer que foi feito por nós e tal. Podemos dizer isso. Mas para lhe dizer o seguinte, senhor Deputado Matias Coelho, quando eu usei da palavra na Assembleia Municipal, é porque, entre outros Deputados, não só eu, quero-lhe dizer, e outros políticos Autarcas também defenderam, junto do Governo do PSD-CDS da altura, que nas negociações com a União Europeia a linha da Beira Baixa tinha de ficar incluída com uma obra a concluir. Assim como ficou nesse plano nacional ferroviário, neste caso, que agora foi atualizado por este

Governo, sem dúvida nenhuma, ficou também escrito que a União Europeia daria apoio para a remodelação da linha da Beira Alta, que de certa medida já começou. A zona da Cerdeira já está a andar e creio que, na ligação técnica da linha da Beira Alta com a linha do norte na Pampilhosa, também já está feita. Não posso precisar, mas houve ali qualquer coisa. Não passei por lá, portanto não sei. Mas dizer-lhe que a decisão política, senhor Deputado, foi do Governo do PSD-CDS. A única decisão que não foi tomada nesse tempo, não foi, de facto, a União Europeia não aprovou, que é aquilo que falava o senhor Deputado Pedro Nobre e não sei se agora vamos conseguir aprovar isso na União Europeia, é a nova linha que vem de Aveiro, Viseu, Mangualde, Salamanca. Portanto, passará algures por aqui. Essa nova linha, na altura, não foi aprovada com fundos comunitários. Mas a linha da Beira Baixa e a remodelação da linha da Beira Alta, a conclusão da linha da Beira Baixa foi a decisão política desse tempo. E é verdade que foi o Partido Socialista que abriu o concurso. Lançou o projeto, fez o projeto ou mandou fazer o projeto, lançou o concurso e agora concretizou-a. Mas, com isto, eu não quero dizer que o PSD queira tirar nenhuma... podemos ficar sem essa alegria. E continuo a dizer, depois da intervenção do senhor Deputado António Monteirinho, não tenho dúvida que lhe vai assentar bem o bouquet de rosas para oferecer às senhoras que ali estão presentes. Por ser o dia da mãe, mais nada!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Agora sim, senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Já duas notas prévias, porque já devia ter respondido antes. A Banda de Famalicão não esteve presente, porque já há algum tempo que não treina. E deu-nos a informação que não podia estar nesse dia, exatamente porque não tem Maestro, foi dispensado, e não tem feito, de facto, aquilo que é o exercício habitual para manter, portanto, a Banda em harmonia. Depois, também dizer ao senhor Deputado Ricardo o seguinte. Não está aqui em causa nenhuma questão ideológica, nem está aqui em causa o resultado final. Para lá chegar é que há uma diferença clara. Nós entendemos que, havendo associações que têm a tutela e têm autonomia associativa, e, se nos desafiar a desenvolver um conjunto de ações, nós faremos com as associações, como temos feito. Repare, Acriguarda veio ao Município da Guarda, nós sabíamos das intenções da Acriguarda e tentámos encontrar forma de ir ao encontro das suas necessidades e encontrámos uma solução. Agroguarda, sabíamos das necessidades da associação, colocaram-nos o desafio, resolvemos com aquisição de um imóvel e fizemos uma candidatura. Como o senhor Deputado referiu, em Castelo Branco, também nós, na Guarda, fazemos candidaturas. E lá está toda a linha de produção, embalamento e calibragem de produtos endógenos. Vamos, espero eu ainda este ano, tratar desse projeto. Portanto, é essa a visão. O método é diferente, Ricardo. Também tem que reconhecer que há diferentes formas de atingir o resultado final. A nossa é esta. Respeitamos a vossa, estatização, participação sempre das Câmaras e as Câmaras levarem o bracinho das pessoas para executar as coisas. Não é a nossa visão. A nossa visão é de colaboração, de parceria, de criar sinergias. Se o principal interessado não quer, é o Município, é o Estado que tem que andar com as pessoas para chegar às conclusões? Não! Concordamos com uma coisa objetiva. Ambos queremos, de facto, que este setor, setor primário apícola, tenha relevância e tenha desenvolvimento no território. Estamos de acordo que temos que apoiar as associações e

podemos dinamizar ações conjuntas. Estamos de acordo, só que nós entendemos assim. Tal como aquilo que o senhor descreveu, com uma coisa básica que é determinante para combater uma peste, para combater a destruição das nossas abelhas, aquilo que o senhor referiu. Utilizámos as armadilhas, porque foi essa a necessidade que nos foi reportada. Se houver outras... E não fica assim tão barato essas armadilhas, nem o produto para atrair as próprias abelhas asiáticas e outras, que contendem com a nossa abelha e também contendem contra a proteção do ambiente naquilo que abelha contribui para esse equilíbrio. Portanto, nós damos resposta. Nós estamos junto das associações. Nós não queremos que os outros façam, porque nós sabemos bem quais são as nossas competências. E é aí que nós nos focamos. Aí, somos locomotiva. Outras vezes estamos ao lado das associações e temos exemplos. A ADM Estrela, para desenvolver, na social, um projeto relevante com pessoas com deficiência, lá estivemos nós. Estamos com a CERCIG também. Com quem forem as associações do nosso concelho. É assim que nós entendemos que devemos fazer política. Não é contra ninguém, ainda para mais numa questão onde, objetivamente, estamos de acordo. E aí tem que também conceber e não é bater palmas agora a esta visão mais estatizada, mais privatística da opção e da intervenção na sociedade. E era por aqui que eu gostaria que também entendesse a minha posição, porque foi nesse princípio, o princípio da autonomia das associações que os poderes públicos têm que respeitar. Eu não posso intervir numa direção de uma associação, seja ela qual for, se não pedir essa colaboração. -----

Depois, também o senhor deputado Aires Diniz. Agora quero-lhe dizer, eu depois vou-lhe fazer chegar a resposta, mas dizer que, uma vez que também não me respondeu à questão que eu fiz, mas não o quero deixar sem os resultados que nós obtivemos neste apoio extraordinário às empresas. Total de candidaturas: trezentas e noventa e oito. Total de candidaturas analisadas: duzentas e oitenta e seis. Duzentas e trinta e oito foram deferidas, quarenta e oito foram indeferidas. Candidaturas com quebras de faturação igual ou inferior a 25%: noventa e três. Candidaturas com quebras de faturação igual ou superior a 40%: cento e quarenta e cinco. Total de candidaturas que foram financiadas: duzentas e trinta e oito. Total de candidaturas repetidas, algumas foram excluídas porque se repetiu: cento e dez. Tenho aqui mais respostas. Eu darei, oportunamente, ao senhor Deputado. -----

Depois, respondendo aqui a esta parte mais económica e do emprego. Eu não posso deixar de recordar, de facto, o Deputado Matias Coelho, eu esperava que os seus argumentos fossem mais contundentes, porque, de facto, teve que recuar ao Presidente Abílio Curto para conseguir contrariar aquilo que nós já ouvimos aqui da parte da bancada do Partido Social Democrata. Poderia ser mais recente, de facto, a avaliação daquilo que foi a performance do Partido Socialista. Mas eu recuo a 2013. Em 2013, todos sabíamos que a situação económica do Município era difícilíssima. Só a título de exemplo, perceber o que aconteceu com o Call Center, noventa postos de trabalho que iam terminar. Este investimento que o Partido Socialista trouxe da Adecco, onde se previa cento e cinquenta, com hipóteses de evoluir, tinham cerca de oitenta e estava a definir esta estrutura. Nós próprios visitámos o espaço. Através da colaboração que conseguimos com outro grupo económico nesta área, mantivemos os postos de trabalho. Mas sabemos também bem aquilo que era o pesadelo na economia em 2013, da quantidade de empresas que definhavam, dos postos de trabalho que se perderam, dos negócios que não se realizaram porque o Partido Socialista não deu

resposta. Hoje é um orgulho, hoje é um orgulho poder estar a cumprir Abril, em abril. A vinte e sete empresas foi atribuído o prémio PME LIDER 2020 - Pequena e Média Empresa Líder 2020, são responsáveis pela criação de oitocentos e trinta e cinco postos de trabalho. Aqui é cumprir Abril. Temos vinte e sete empresas que beneficiaram do apoio do Estado, que continuam a trabalhar com a sua iniciativa e com sua perseverança, e demonstram claramente que são responsáveis por oitocentos e trinta e cinco postos de trabalho. Como é que era em 2013? Coitadas destas empresas. Sabem porquê? Porque nós fizemos uma coisa simples, básica, naquilo que é as nossas vidas. Nós comprometemo-nos, pagamos. Podemos discutir se fizemos mais ou menos obra. Mas uma coisa é certa, não criámos um euro de dívida, coisa que o Partido Socialista não fez. Cumpriríamos Abril, se não tivéssemos 2 milhões às costas, todos os anos, para pagar a dívida do Partido Socialista. Mas esta não é antes do 25 de Abril, nem depois do 25 de Abril. É agora! Nós temos um custo, com aquilo que foi a responsabilidade do Partido Socialista, de 2 milhões de euros por ano. Porque já foi de 3 milhões e meio por ano. Por isso é que, de uma dívida de 64 milhões, hoje, devemos nas contas, está lá demonstrado, 17 milhões de euros. E agora, porque falamos de emprego, e aqui é preciso, o senhor Deputado também apresentou aqui a sua avaliação, o Nuno Laginha, e veio falar de fantasia, mas também falou de ambição. Era importante, de facto, perceber exatamente a noção destes conceitos. Mas eu introduzia aqui outro conceito que é a farsa do Partido Socialista. Reparem, não se fez nada, deixem marca. Então quem reabilitou a cidade, os milhões de euros que se gastaram em infraestruturas dentro da cidade e nas nossas freguesias? O Deputado João Prata, aqui disse, era 1 milhão e 300 mil de dívida às freguesias. E, no ano de 2021, este Executivo, investiu nas freguesias rurais mais de 2 milhões e meio. 2 milhões e meio de investimento que se está a realizar nas freguesias. Isso não é investimento? Mas já lá vamos aos postos de trabalho, já lá vamos. Isto é investimento. As infraestruturas da nossa cidade. Toda a gente que lembra o caos que era sair do Bairro da Luz, porque não havia uma rotunda. Mas há pouco eu ouvi que as rotundas eram nefastas na cidade da Guarda. Não. Aqui está uma rotunda que fazia todo o sentido, para facilitar o acesso ao nó principal, por parte dos cidadãos que se deslocavam da parte alta para a parte baixa, e também dos bairros contíguos. Foram investimentos longos, difíceis. Mas porquê? Porque tínhamos uma situação económica deficitária. Fomos granjeando e gerindo meios disponíveis para resolver o problema da dívida, ao mesmo tempo que desenvolvemos a economia. Desenvolvemos o primeiro campo sintético. Todas as Vilas do Distrito tinham um campo sintético, a Guarda não tinha um campo sintético. Nós lembramo-nos, no NDS, quando fomos lá, era o Aragão com um jipe e um colchão atrás a alisar o campo. Era esta a realidade do Partido Socialista, é preciso não esquecer. 2013! E reparem, hoje, depois do investimento, mais de 40 milhões de euros investidos em todo o concelho, que eu queria, de facto, aqui evidenciar o seguinte: temos um projeto feito, senhor Deputado, da Alameda. O senhor, amanhã, vai ao meu gabinete e eu apresento-lhe. Mas claro, estamos a discutir um projeto de urbanização que tem a formalidade que tem. Vamos lançar a obra. Ainda não tivemos tempo, mas estamos a trabalhar para isso. Mas, Deputado Laginhas, então quando nós, em 2013, tínhamos ali uma série de espaço na PLIE, para preencher com empresas, e estava tudo vazio. Hoje o senhor desloca-se àquele espaço e o Partido Social Democrata não fez nada? Esta governação não fez nada? O senhor não tem um lote. O senhor, se pedir à Câmara da Guarda que quer um lote de três mil ou quatro mil metros para construir, não tem! Por isso,

sabe, estamos a fazer a terceira fase da ampliação. A terceira fase que fechámos, já há um empreiteiro para executar obra. Amanhã, eu faço questão, se quiser, de lhe entregar também o resultado desse concurso, porque vamos iniciar a obra da terceira fase da Plataforma Logística. Sabe que foi adjudicado, na semana passada, a obra da Pedovia. Alguém falou aqui da Pedovia. A Pedovia foi adjudicada. Só estou à espera que os empreiteiros, o consórcio de dois empreiteiros da Guarda, possam iniciar uma obra de 3 milhões de euros. Quem não gosta de ver as imagens dos Passadiços do Mondego? Quem lançou? Uma obra superior a 3 milhões de euros. A Alameda, uma obra superior a 3 milhões de euros. 1 milhão e meio para a Pedovia. E, depois, tenho a dizer, e toda a gente sabe, que nós assumimos claramente o projeto do Porto Seco. Uma articulação próxima do Porto de Leixões com a Guarda e, assim, potencializar aquilo que também é um investimento do Estado, em boa hora, tem que haver mais. Mas estamos nós à cabeça de um projeto estruturante. Ouvi aqui a dizer, deixem-nos legado! Então os projetos estão lançados, são do conhecimento. Mas o Partido Socialista não quer ouvir. Não interessa, neste momento, discutir aquilo que não fez e muito menos discutir aquilo que o PSD fez e que já tem projetado para o futuro. Isto é que é não ter visão. Não ter capacidade de perceber quem, de facto, tem os argumentos, hoje, para justificar o desenvolvimento do nosso território. É por aí que nós temos que pensar, de facto, o futuro. E o Executivo do PSD, não só com os projetos que tem lançado, com aquilo que foi uma relação muito coerente, entre assumir os compromissos, pagar e respeitar os compromissos e lançar as bases do desenvolvimento futuro, isso é claro e é uma marca distintiva daquilo que o Partido Social Democrata tem feito. Não há tempo para experiências. Nós sabemos comparar 2013 até este momento, com aquilo que o Partido Socialista fez. Este edifício é um orgulho para a Guarda. Ninguém o nega. Foi feito no seu tempo. Mas podia ter sido pago e não foi. Quem o está a pagar somos nós. E, por isso, era importante ter chegado a 2013, termos, sim senhor, as contas saldadas e projetar o futuro de forma diferente. Nós, efetivamente, não o conseguimos fazer, exatamente por esse ónus. Quando se fala aqui, então mas um Presidente da Câmara não tem que ser ambicioso? Um Presidente da Câmara não tem que ter os pés assentes no chão e, quando se dirige ao seu povo, afirma que vai criar novecentos postos de trabalho até ao final do ano, que é um desafio grande. Imagine o trabalho que é, nos tempos de Pandemia, alguém assumir este desafio, se não tiver o mínimo de bases para o concretizar. Vejam a troça, a farsa que o Partido Socialista trouxe a esta Assembleia. Assim, não é fazer política, Ricardo. Aí, uso também as suas palavras. Não se faz política desta forma. Nós temos, nos apoios do último ano e meio, apoiámos treze projetos empresariais. Um total de 67 milhões de euros de investimento. Um total de trezentos e trinta e cinco postos de trabalho, no último ano. Quando ele estiver em efetividade de função, é isso que está protocolado, no âmbito dos projetos PIM. Não se desvalorize, de facto, os projetos PIIM, que nós avaliamos do ponto de vista do investimento e criação de postos de trabalho. A isenção de taxas, a isenção também das licenças para quem, de facto, investir no nosso território, a diminuição do preço dos lotes de terreno... isso não foram medidas cruciais, para termos hoje uma Plataforma completamente cheia, com empresas, com dinamismo? É, sim senhora. É esse otimismo, é essa esperança que o Partido Socialista nunca trouxe ao nosso território, que nós temos hoje e queremos continuar a manter e a desafiar. Novecentos postos de trabalho. Fixem bem. Trezentos estão protocolados já, com as empresas que têm projetos PIIM, na Câmara. Mas, nesses novecentos postos de trabalho, temos a Sodecia, como

eu referi. É um projeto, adquirimos terrenos para apoiar este projeto empresarial. Temos já adquirido, na Plataforma Logística, mais um lote de terreno para a mobilidade suave e elétrica de um investimento que queremos que aconteça na Guarda. O lote está comprado. Temos também já acordado com uma outra empresa, no âmbito da mobilidade elétrica, a criação também de cem ou cento e cinquenta postos de trabalho. O projeto está a ser tratado, a seu tempo será apresentado à Guarda. E, recentemente, ao nível da reciclagem, um projeto espanhol que nos foi apresentado, a mim e à senhora Vereadora na Câmara Municipal, que nós acolhemos, que nós valorizamos, que nós queremos que venha para a Guarda. Isto é um trabalho árduo. Não se pode brincar com o trabalho dos Autarcas. Nós somos Autarcas, temos que nos respeitar uns aos outros. Porque, se não tivermos ambição, se não acreditarmos que é possível atingir os nossos objetivos, então, aí, verdadeiramente, aniquilamo-nos. A política não valoriza o desenvolvimento das terras. A política não valoriza a aproximação das pessoas, não valoriza os projetos e, portanto, era muito mau, tal como o senhor Deputado Nuno Laginhas aqui veio dizer, fantasia! Fantasia é na sua cabeça. Fantasia é na sua cabeça, sabe porquê? Porque nós não misturamos crítica à criação de postos de trabalho e depois vamos dizer que não há habitação. Há habitação. Também podíamos dizer assim, como eu já ouvi aqui ao CDS, onde é que deitamos as pessoas? Habitação, falta de pessoas. É verdade! Mas esta é como o ovo de Colombo, não é? Ou como o ovo na galinha, porque o que é que nasce primeiro? As empresas ou os postos de trabalho? E há uma coisa que nós temos que, como Autarcas, como líderes e decisores, temos que fazer. Temos que ter cá investimento e iniciativa privada e temos que encontrar soluções, como o Governo Português, onde eu já tive ocasião de estar, que tem cientistas que estudam demografia de Portugal, e dizem que é preciso quinze mil emigrantes a entrar em Portugal, por ano, para contrariar os números negativos da demografia em 2050. É por aí também. É encontrar novas soluções para trazer mais gente. Porque habitação há, não está é requalificada. Não há investimento da iniciativa privada nas habitações próprias. É preciso criar condições para que esse investimento aconteça e, com certeza, que o Município... sabemos bem aquilo que está protocolado com uma das empresas que queremos que crie trezentos postos de trabalho no nosso concelho. E, portanto, também estamos disponíveis. Todas as empresas, e sabendo nós desta criação e desta meta clara de criar, até ao final do ano, os novecentos postos de trabalho, temos que ir mais longe. Temos que desafiar os nossos proprietários, as nossas imobiliárias, para disponibilizar mais habitação, exatamente para aqueles que nós queremos atrair para o território. Não só valorizar os que cá estão, em termos de bem-estar, valorizar também a sua habitação, mas criar condições para que possam adquirir habitação própria. E temos notado isso. Se olharmos bem para a nossa cidade, estamos a ver que há algum impulso na requalificação. Por aí, também, criámos já duas ARU's, para valorizar o investimento dos particulares nas suas habitações. Reduções do IVA, do IMI, do IMT, exatamente porque queremos mais reabilitação, queremos mais economia, queremos mais apoio a quem quer investir no nosso território. E, por isso, estamos no caminho certo. Este é o rumo. É um rumo de esperança. Em plena Pandemia, sabemos bem, e vamos vê-lo adiante, os custos que ela nos impôs. E, mesmo assim, não parámos de investir. Mas, principalmente, não deixámos de dar confiança a quem acredita que os Autarcas e os Municípios estão cá para assumir os seus compromissos. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passávamos agora, então, ao ponto 2.2.” -----

Ponto 2.2 - Discussão e votação da Prestação de Contas do Município da Guarda do Ano de 2020. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer apresentar? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Sim. Muito obrigado, senhora Presidente. Vou tentar aqui resumir. A prestação de contas é um documento que contempla várias áreas: o impacto das medidas de combate à Covid-19; uma análise económica e financeira; o desempenho orçamental; a contabilidade de gestão e as leis e regulamentos que definem, de facto, a nossa atuação económica e financeira no âmbito do Município. Quanto ao impacto das medidas de combate à Covid, destacar que, de facto, nós tivemos despesas diretas no montante de 553 mil euros. Um custo que, se não fosse a Pandemia, não teríamos, mas assumimo-lo. E, de forma direta, no ano de 2020, tivemos, até 31 de dezembro, 553 mil euros, em valores arredondados, 609, de despesa. E, também, ao nível da redução da receita, tivemos um valor de diminuição de 472 mil, 814. Deixámos de receber, exatamente pelo apoio que demos à economia. Mas não só à economia, a todos aqueles que, ainda assim, em período crítico, continuaram a investir e a acreditar que podiam granjear rendimento no desenvolvimento dos seus projetos. Ao nível da análise económica e financeira, o balanço, o ativo não corrente registou um aumento de 3.8 milhões. Destacar que toda esta evolução tem uma componente que alterou muito estes números, na medida em que efetuámos as alterações decorrentes do novo normativo contabilístico, que é o novo sistema de contabilidade pública, e obrigou a fazer um tratamento também diferente de matérias financeiras. E, por isso, também essa oscilação resulta muito, não só da Pandemia, mas também fruto das novas regras deste novo sistema contabilístico. O ativo corrente decresceu 1,1 milhões de euros. O património líquido aumentou em cerca de 4,1 milhões de euros. O passivo baixou, registou um decréscimo de 1,3 milhões. O passivo, atualmente, é de 50 milhões e 172. Aqui, destacava, efetivamente, o peso que está em provisões de um processo das águas. Antecipo-me, para ninguém estar a falar sem, de facto, ter os elementos todos. Temos uma questão que é jurídica, está no Tribunal Arbitral. Já o disse várias vezes que, quando o Tribunal decidir, nós pagaremos o que o Tribunal disser. Não o que as Águas dizem, mas o que o Tribunal disser. E, portanto, em termos de provisões, temos aqui um valor de 32 milhões de euros, mas o Município apenas reconhece aqui na sua contabilidade, juridicamente não é este o montante que nós reconhecemos, mas na contabilidade estão 29,1 milhões de euros. Dar também nota que há um valor de amortização, há pouco eu falava nisso, fornecedores. No que respeita à rubrica de financiamentos obtidos, o qual respeita à dívida das instituições de crédito, registou um decréscimo de 2.2 milhões e 72 mil euros. Cá estão os 2 milhões a pesar, em média, por ano, daquilo que é uma dívida que não fomos nós que a criámos, mas temos que pagar. De seguida, também dar-vos aqui a nota dos resultados obtidos. Temos, de facto, aqui um resultado, com estes dois fatores, que contrariaram e alteraram muito aquilo que são os números que estávamos habituados. A Pandemia, como

referi, nos gastos e nas despesas e na perda de receita, e, também, a alteração do normativo contabilístico, porque nesta matéria também levou a fazer um tratamento diferente daquilo que eram as regras que estávamos habituados. E temos aqui uma situação de um resultado líquido negativo de 362 mil euros. Numa empresa era mau. Aqui, porque o investimento é sempre algo determinante para que as autarquias satisfaçam, o investimento, aqui, leia-se, satisfação de necessidades públicas: quanto mais fazemos mais satisfazemos. Mas nas contas temos hoje aqui um resultado, de facto, líquido negativo de 362 mil euros, mas que não mexe naquilo que é a estrutura, como eu mostrarei à frente, a estrutura financeira do Município. Mas é sinal que nós gerimos, fomos para além daquilo que os resultados e em termos económicos nos era exigível. Mas é uma situação plenamente controlada. A demonstração de resultados, o rendimento do exercício atingiu um valor de 37 milhões, registando-se um decréscimo de cerca de 3.7 milhões, face ao ano de 2019. Em rendimentos, baixámos rendimentos em 3.7 milhões de euros. Também ao nível dos gastos houve uma diminuição, os gastos do exercício atingiram um valor de 37.5 milhões, registando-se um decréscimo de 3.3 milhões de euros. Ainda assim, há aqui um diferencial de meio milhão de euros, naquilo que foram os rendimentos que baixaram em relação aos gastos que, também tendo baixado, mesmo assim, não baixaram na mesma medida dos rendimentos obtidos. Dar também nota, o desempenho orçamental, uma expressão orçamental de 88% na receita, e uma execução orçamental da despesa de 72%, que obtivemos. Dar também informação que, ao nível das diferentes funções, registou-se a maior variação positiva das diversas funções do Município na função social. Ou seja, fruto também da Pandemia, houve maior tendência para afetar recursos financeiros para satisfazer as circunstâncias que foram produzidas pela Covid-19. E isso também é bem patente nos gráficos que estão juntos, sendo que destacamos as funções gerais, as funções sociais, económicas e sociais, como disse, e aqui registou a maior variação positiva, ou seja, o maior incremento de meios financeiros, por parte do Município, neste tipo de funções, e isto também está claro nos gráficos que estão juntos. Relativamente ao cumprimento dos regulamentos e às leis, de referir, relativamente ao equilíbrio financeiro, o valor da receita bruta cobrada, toda a receita cobrada é superior à despesa corrente total paga, acrescida das amortizações. E, daí, temos um excesso de 3.9, o que quer dizer que o equilíbrio orçamental, de acordo com as regras e com a lei, está cumprido o equilíbrio orçamental. Por outro lado, também, no que diz respeito ao endividamento, a dívida total das operações, em 31 de dezembro de cada ano, a dívida total não pode ser superior a uma vez e meia a receita corrente líquida cobrada nos três últimos anos. E nós temos, de facto, a receita cobrada média líquida é de 36 milhões e a dívida é de 17.3 milhões de euros. Portanto, a dívida não é superior à receita. Logo, estamos também a cumprir a regra do equilíbrio financeiro e, concretamente, do endividamento. Daí eu ter dito que, em 2013, tínhamos 64 milhões de euros de dívida. Hoje, como podem aqui ver, a 31 de dezembro, não é hoje, a 31 de dezembro de 2020, a dívida é de 17 milhões, 324 mil euros. Dar nota também que o prazo médio de pagamentos foi, no ano passado... no ano passado não, porque, como se refere a 31 de dezembro de 2020... em 31 de dezembro de 2019, trinta e quatro dias; no ano passado, quarenta dias. Há aqui um aumento de seis dias. Sendo que, relativamente aos noventa dias que é o prazo limite, estamos abaixo da metade. Não se registam pagamentos em atraso. Ou seja, lá está, os pagamentos a noventa dias, que eram a data limite para entrar em incumprimento, em atraso, nós cumprimos escrupulosamente, e, daí, nestes largos e últimos

anos, já não temos, salvo erro, desde 2015, que não temos... é mesmo 2015, não temos pagamentos em atraso. Portanto, tudo o que é o cumprimento das leis e dos regulamentos financeiros, estamos a cumprir. Destaco, de facto, o prazo médio de pagamentos e também os pagamentos em atraso que não existem. E, depois, também uma outra nota que tem a ver com os fundos disponíveis. Os fundos disponíveis, que eram em 2019 de 2.5 milhões, valores arredondados, são hoje de 2 milhões de euros. Portanto, temos uma situação também de fundos disponíveis positiva. Não temos fundos disponíveis negativos, algo que, só para terem uma ideia, em 2013 eram 7 milhões e 300 de fundos disponíveis negativos. Hoje temos 2 milhões. Aliás, como temos desde 2015 esta situação regularizada. E, portanto, tal como também o ROC refere, e os documentos transmitem e refletem, o Município está em boa saúde financeira. Claro que são sempre situações extraordinárias que aqui também mexem, em termos comparativos, com aquilo que era o posicionamento do Município no passado. Mas, ainda assim, entendemos, e de acordo com os resultados que eu aqui demonstrei, que globalmente temos uma situação económica e financeira equilibrada, segura. E, portanto, assim também entendemos que o futuro é muito mais promissor, porque sabemos que as finanças corresponderão àquilo que são os objetivos futuros de investimento. Obrigado.” ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigada, senhor Presidente. Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Antes de mais, boa tarde, novamente. Eu iria só aqui fazer uma nota de rodapé, antes de iniciar, e dizer o seguinte. É obrigatório o rendimento dos titulares do Executivo constarem no relatório de contas, na prestação de contas e não constam. Portanto, agradecia que isso fosse retificado. Está bem? Isso é mesmo obrigatório, está bem? Isso, parece-me que têm que fazer isso. Depois, gostaria só de analisar estas contas. Ouvimos o senhor Presidente e tenho que admitir que o senhor Presidente viu as contas da maneira que deve e que acha que deve olhar. E o Partido Socialista apresentará aqui a maneira como deve também olhar para essas contas, como não podia deixar de ser. Vimos que teve algumas dificuldades em esclarecer alguns assuntos. Também eu, se calhar, terei dificuldades em apresentar alguns dos assuntos e dos números que aqui irei falar. Mas, então, passaria diretamente a falar sobre esses números. O atual estado pandémico que assolou o mundo, o país, a região e a nossa cidade, influenciou negativamente as nossas vidas e tudo o que nos rodeia. A questão que se coloca é: quanto influenciou a prestação de contas do Município no ano de 2020? Poderá o atual Executivo escudar-se com este facto, para apresentar uma degradação tal acentuada das contas do Município? É isso que procurarei fazer ao longo desta minha intervenção e ao longo do tempo que me for concedido. Apresentamos e desmistificamos as contas do Município e este paradigma em sete números expressos na prestação de contas no ano de 2020. E o primeiro número que apresentamos é 602 mil e 34 euros. Este número representa as despesas das medidas do combate dos efeitos da Covid-19. Investimento direto foi pouco mais de 215 mil e investimento indireto foi cerca de 600 mil, como afirmou, exatamente, o senhor Presidente. Da proposta destas contas, também ocorreu uma diminuição ao nível da receita, na ordem dos 400 mil. Assim, podemos concluir que o investimento da Autarquia para mitigar os efeitos da Pandemia, foi cerca de 1 milhão de euros. Também coincidimos nessa análise. Este valor, reparem bem, representa pouco mais de 5% dos rendimentos da Autarquia no ano de 2020. A pergunta que se impõe

é esta: considera o valor deste Executivo ajustado à gravidade da situação? Consideram os guardenses e os empresários este valor suficiente para fazer face aos problemas financeiros resultantes da Pandemia? A resposta a esta questão deve ser dada por cada município, por cada empresário, brevemente. Segundo número, 500 mil euros. O presente de valor é uma miragem no combate à Pandemia da Covid-19. O valor apresentado representa a dotação do fundo financeiro para mitigar a Pandemia com o título Salvaguarda Empresas. Este fundo foi constituído em 2021. Ou seja, durante o ano 2020, não foi constituído qualquer fundo financeiro, conforme reconheceu este Executivo. Os empresários da Guarda ficaram hoje a saber que estiveram por sua conta e risco durante o ano 2020, como não aconteceu em outras Autarquias. Mais, sabemos que os valores e os apoios propostos por esta Autarquia representam cerca de 2,5% da receita cobrada pela Autarquia. Segundo a comunicação social, ao Programa Salvaguarda empresas, e foram atualizados os números recentemente aqui pelo senhor Presidente, mas na altura, quando deu a entrevista, falou em trezentas empresas e cerca de duzentas já tinham sido analisadas, segundo o Presidente na comunicação social. Eu ainda não tinha esses números, não fiz as contas a esses números. Fazendo as contas a essas trezentas empresas, que na altura referiu que concorreram, recebendo o apoio máximo de 600 euros, seriam 180 mil euros o encargo com este regulamento. Estes números representam um fracasso anunciado nesta mesma Assembleia, em fevereiro de 2021, aquando da apresentação do regulamento. Este fracasso traduz-se em três motivos: a adesão ao programa, a burocracia e a falta de transparência do processo. Este regulamento, elaborado por este Executivo, notou falta de visão, incapacidade de gerir uma crise como a que vivemos. Não sente este Executivo que falhou em toda a linha, comparando com as outras Autarquias? Existem Autarquias que estão na terceira vaga de apoios às empresas e aos pequenos empresários. Terceiro número, 1 milhão, 43 mil, 635 euros. Este valor representa o aumento das provisões para riscos e encargos, situando-se agora (e disse o senhor Presidente e disse bem) 32 milhões, 621 mil e 67 euros. A dívida às Águas de Portugal, ouvimos hoje pela primeira vez, ou seja, efetivamente pagaram as dívidas do Partido Socialista, mas deixaram as dívidas das Águas que está em 30 milhões, 153 mil 697, conforme descrito na Certificação Legal de Contas do ROC, do Revisor Oficial de Contas. Esta dívida continua a aumentar, mas agora de uma forma faseada. Este valor das provisões tem implicações diretas no cálculo do endividamento Municipal, que desta forma se encontra subvalorizado no mesmo montante, em relação ao endividamento, conforme diz o Revisor Oficial de Contas. Quarto número, 362 mil, 333 euros. Este valor representa o resultado líquido negativo, como o senhor Presidente afirmou, para o ano de 2020. Este resultado negativo patenteia um aumento em mais de 90%, em relação ao ano de 2019. Assim, podemos concluir que as contas do Município da Guarda estão em derrapagem acelerada e acentuada para as eleições autárquicas que se avizinham no presente ano. Consegue este Executivo inverter este declínio das contas públicas da Autarquia? A resposta é óbvia: não. Não porque as contas de 2021 ainda serão piores. Quinto número, 7 milhões, 645 mil, 577 euros. Este valor representa a diminuição da despesa de capital no ano de 2020. As despesas de capital são as despesas geradoras da riqueza, do chamado bom investimento. A redução de cerca de 50%, em relação a 2019, significa que o investimento gerador do desenvolvimento do concelho ficou aquém do necessário para, em termos comparativos, com os restantes Municípios da região. Em termos comparativos, as despesas correntes ficaram nos 80%. Ou

seja, os valores deviam estar invertidos. As despesas correntes deveriam ser de 50% e as despesas de capital deviam ser de 80%. Assim, teríamos as contas melhores e o desenvolvimento seria outro. Sexto número, 3 milhões, 817 mil, 683 euros. As funções sociais, na despesa, das grandes opções do plano, diminuíram neste montante entre 2019 e 2020. Portanto, não houve uma aposta no social, houve foi um decréscimo e significativo. Esta redução drástica tem consequências nefastas e imprevisíveis para a sociedade civil da Guarda, nomeadamente em relação aos mais desfavorecidos. O aparecimento de episódios de extrema pobreza na nossa região, carecem de uma atenção especial deste Executivo, de um programa autárquico direcionado para fazer face a estes problemas. A capacidade de antecipar e propor soluções para os problemas emergentes, é uma missão desta Autarquia. Pode o Executivo responder, responsabilmente, a este desafio? Espero, sinceramente, que sim. Sétimo número, 0%; 100% propaganda. 0% de execução, 100% propaganda. Vamos aos factos. A execução do plano plurianual de investimento, apresenta uma execução de 0% nos seguintes projetos. Reparem bem. Despoluição do Rio Diz e Noéme. Depois de tantos anúncios e promessas, mesmo do seu antecessor, um Presidente eleito, na comunicação social: a execução é 0%, propaganda 100%. O CIT, Centro de Inovação Tecnológica, tem um financiamento previsto em 360 mil euros. Um investimento importante para a cidade, uma aposta na área mais emergente do contexto mundial, inovação e tecnologia: execução é de 0% e propaganda 100%. O CVPE, Centro de Valorização de Produtos Endógenos, mais um investimento à espera de melhores dias. Uma aposta nos nossos produtos, que podia divulgar a nossa região e serem sustentados por pequenos negócios e para pequenos negócios: execução 0%, propaganda 100%. Mais, em relação às atividades mais relevantes. O orçamento participativo aparece na revista que chegou, entretanto, às nossas casas, e que terá o destino que o Partido Socialista entende que deve ter. Consideramos que se trata de propaganda política e, assim sendo, remeteremos ao Ministério Público para saber se está ou se não está de acordo e conforme com a lei. Orçamento participativo é um bom exemplo. O que é que aconteceu no ano de 2020? Não aconteceu, não houve: execução 0%, propaganda 100%. Porque, nessa mesma revista, pedem para todos participarem no orçamento participativo de 2021. Assim, podemos, por último, e talvez o mais importante, saliento este facto, incentivos ao investimento e criação líquida de emprego: execução 0%, propaganda 100%. O senhor Presidente afirmou recentemente, no seu discurso do 25 de Abril, a criação de trezentos empregos, no ano de 2020, e de novecentos para o presente ano. Mas vou analisar os trezentos do ano passado. Conhecendo os nossos empresários, resilientes e capazes de procurar apoios para o investimento, para a criação do emprego, não recorreram aos apoios do Município? Alguém, nesta Assembleia, acredita que estamos a viver o maior ciclo de crescimento da nossa história, como afirmou o senhor Presidente, quando os números desmentem este anúncio? Se os empresários (sim, porque são os empresários que criam emprego, senhor Presidente, não é a Autarquia, que eu saiba) criaram trezentos empregos no ano de 2020 e nem um único empresário promoveu uma candidatura aos apoios da Autarquia, não acham estranha esta atuação? E a conceção e incentivos ao investimento? Também não ocorreu, a qualquer empresário que tenha investido na Guarda, promover uma candidatura a estes apoios da autarquia? Assim, podemos concluir que os números que marcam estas atividades relevantes da Autarquia são 0% de execução, 100% propaganda. Assim, por estes motivos e considerando os argumentos expostos, considerando também que

não ocorreu uma influência significativa, tão grande da Pandemia, nas contas da Autarquia, o PS vota contra. Termina, senhor Presidente, comparando a sua governação. A governação da Guarda é como a perdiz, ou está no chão, ou voa rente. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado José Carlos, se faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Boa tarde, novamente. Antes de começar vou só dizer aqui umas pequenas coisas que ficaram atrasadas. A questão é, eu, como cidadão, isto em relação àquela que o senhor Presidente percebeu como uma crítica, mas não foi crítica. Foi uma crítica construtiva, para todos os efeitos. Eu, como cidadão, posso, por exemplo, chegar a um determinado local, tirar uma fotografia e enviar para a Câmara Municipal da Guarda e ter a certeza que vai ter um tratamento consentâneo? É só isso que eu quero perceber, porque senão... eu vou-lhe dizer já um caso importante. Está ali o meu amigo João Prata. Há um espelho na Sequeira que está num cruzamento perigosíssimo e que levou uma pancada de um “papa-reformas” há dois anos. Já falei com a Junta de Freguesia da Guarda e disse-me que é a Câmara Municipal que tem que resolver. Estamos há dois anos à espera, eu passo ali todos os dias, até haver ali um acidente grave. Porque é a Rua da Treija, ali onde devia haver lombas, não há lombas, os carros vêm com uma velocidade incrível, está um caixote do lixo onde há visibilidade... aquele espelho faz uma falta enorme. Se eu tivesse a certeza que tinha um tratamento rápido, já tinha mandado à Câmara Municipal, mas vou ter que ir por estes meios. A seguir, o que eu queria falar? Exatamente, árvores... Eu sei, mas é rápido. O senhor Presidente deu-me a sua palavra de que nesta reabilitação...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada, pela ajuda. Muito obrigada. É que eu não sabia que tinha deixado de liderar a Assembleia, pensava que era só a partir de outubro. Muito obrigada.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu também vou ser rápido. Em relação às árvores, houve a sua promessa que teria a máxima atenção nesta reabilitação e foi com choque que vi que a árvore mais bonita que estava no parque traseiro, ao lado do campo de futebol, um Cedro do Líbano foi abaixo, porque não foram capazes de reformular o projeto de forma a evitar a queda daquela árvore. É lamentável, numa altura em que nós aprovámos aqui o Plano para as Alterações Climáticas e a primeira coisa que fazemos é deitar árvores abaixo para criar espaços para os veículos estacionarem. É um atentado. Espero que agora nas novas obras na Avenida, onde estão as tais árvores importantes, não vá acontecer a mesma coisa. Uma pequena história engraçada, está aqui o João Prata, estou eu, está a Cristina, está o Monteirinho, está o Laginhas. Todos já nos encontramos, há uns anos, lá em baixo na Junta de Freguesia de São Miguel. E a Cristina sabe, chegámos a pertencer ao Executivo, os nossos dias da mão estendida na Câmara Municipal da Guarda. Eu sou insuspeito nisto. Mas lá íamos nós, então, à quarta-feira: olhe, precisamos de dinheiro. Porque nunca havia dinheiro. Que não haja dúvida nenhuma, e eu não estou a fazer a defesa de ninguém, mas não haja dúvida nenhuma que é muito melhor o que se passa agora, do que o que se passava no passado. Ok? Pronto, que fique bem claro. Porque antigamente era uma asfixia financeira. Corria aí na Guarda que a Câmara Municipal não conseguia um prego numa drogaria. Um prego! A Câmara Municipal não. Pronto, era o que corria. Que fique claro que a

situação atual é muito, muito melhor. Se eu quiser comprar um carro a alguém e prometer que vou pagar daqui a dois anos, ninguém me vende o carro, como é óbvio. Portanto, como tal, atendendo a isto, o CDS vai votar favoravelmente a prestação de contas. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu queria agradecer ao senhor Presidente Carlos Chaves Monteiro, ter-me inventado, porque ele não me respondeu ao meu requerimento a pedir informações. Acabou por, depois, no decurso dessa apresentação das contas, acabou por dizer aquilo que eu lhe perguntei. Porque antes não tinha dito. Ou seja, até hoje, eu ainda não recebi na minha caixa do correio, só se foi para Pousade, não recebi na minha caixa de correio eletrónico, até às duas e qualquer coisa, ou duas menos qualquer coisa, não recebi a resposta à pergunta sobre os apoios às empresas. E, portanto, acabou por dizer que eu não sabia nada. Mas eu não sabia nada porque ele não tinha respondido e também não me dediquei a ver os jornais, daqui da região, a ver que outros apoios foram dados a outras empresas noutros concelhos. Mas isso é fácil para mim. Eu recebo todos os dias um jornal de Coimbra, aquilo vem em PDF, é só pôr lá «apoios às Empresas» e seleciono ali um conjunto de apoios. Portanto, posso depois responder ao senhor Presidente, a seguir. Agora, dizendo aquilo que é positivo, congratulamo-nos com a excelente apresentação das contas, embora se note aqui e ali algumas gralhas. Eu também posso começar a estudar qual foi a legislação que apareceu e ver até que ponto é que a Câmara cumpriu com essa legislação. Agora, portanto, há aqui algumas perguntas, não vou ser tão detalhado como o Montehirinho. Qual a razão que levou a Câmara a atribuir verbas semelhantes aos apoios às Juntas de Freguesia e ainda às instituições que foram contempladas com subsídios iguais? Isto é o que vem nas contas. Eu não transpiro para aqui tudo isso, porque isso é um trabalho terrível. Trata-se só de tratar de modo igual quem é diferente em área, população e carências. Aproveitando a clareza na apresentação de contas, queremos perguntar quando é que a Câmara pensa resolver o assunto da dívida relativa às aquisições de água e saneamento? Portanto, isto aqui já se foi arrastando desde o tempo da pedra lascada, quase. Já havia, no tempo da governação PS, já havia lá muitas coisas sobre a questão das águas e nunca foi resolvido. Já passaram oito anos desde que o PS deixou de estar no poder e não foi resolvido. Agora há outra coisa que me preocupa que é o seguinte. Eu pago IMI, aqui na zona, por causa da família. As propriedades são da família, são minhas, do meu irmão e da minha mãe. Mas o que é certo é que o IMI tem chegado atrasado, e, pelos vistos, só vai ser pago em maio. Isso deve afetar a Câmara Municipal, a nossa Câmara. Depois há aqui um conjunto, eu só procurei algumas coisinhas... na página 143, da prestação de contas, fala-se no Centro Empresarial Startups, fala-se no CET - Centro de Exposições Transfronteiriço e ainda do CIT – Centro de Inovação Tecnológica, mas aquilo parece estar muito atrasado. E é por causa disso que eu queria perguntar o senhor Presidente quando vai ser finalizado este processo, estes projetos, e quando é que eles são colocados em funções, porque eles são importantes para a nossa cidade e para o nosso concelho. E também queria perguntar sobre a nossa candidatura à Capital Europeia da Cultura e qual o efeito que tiveram, nessa candidatura, os investimentos já realizados, e como estão a decorrer os trabalhos de preparação da candidatura, até fico gago com isto tudo, que queremos vencedora. E eu penso que não vai ser vencedora, até

porque eu noto, pelos jornais que vou lendo, que há outras Câmaras que estão a lutar com muito mais força que a nossa. E gostaria que a nossa Câmara tivesse uma luta, digamos assim, para vencer. E parece que estão todos muito parados. Não quero dizer tudo quanto sei, mas o que é certo, e também não quero levantar lebres, mas o que é certo é que eu gostaria muito que a Câmara pegasse nas situações e pegasse nelas com força de modo a ser vencedora. Pronto, eu, à partida, depois da brincadeira do senhor Presidente dizer que eu não sabia dizer nada sobre o que é que os outros Municípios fizeram e sobre aquilo que eu não sei sobre a Câmara, porque é culpa dele, que não me respondeu ao meu requerimento, eu vou votar contra. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu não tenho mais ninguém inscrito. Senhor Deputado Ricardo, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Neves e Sousa (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia, senhores Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, caros Deputados Municipais, Comunicação Social, Funcionários da Autarquia, Público em geral, uma boa tarde a todos. Já agora, à semelhança daquilo que o meu estimado amigo, António Monteirinho, disse, em termos de números, também queria aqui apresentar alguns. Vou começar por dizer que, para o Partido Socialista, empenho e capacidade para propor soluções, 0%; deturpação da verdade, 100%; retórica sensacionalista, 100%; capacidade de análise, 0%. Portanto, estes são só alguns números que eu cito, para começar. E gostava também de dizer que para alguém brilhar não tem que, necessariamente, apoucar o trabalho dos outros. Quem tem luz própria brilha, independentemente das circunstâncias que o rodeiam. O grupo parlamentar do Partido Socialista começou por dizer que as contas do Município apresentam, e eu passo a citar: uma degradação tal. Alguém que não leia o documento e que ouça as palavras deste calibre, deve ficar a pensar que nos estamos a referir aos últimos anos da governação Socialista. Mas é precisamente o contrário. Sabe que, neste momento, as contas da Câmara Municipal da Guarda nunca estiveram tão certas e equilibradas, como estão neste momento. Se nós olharmos para o orçamento de 2020, um orçamento que era sensivelmente cerca de 52 milhões de euros, esse orçamento foi feito sem nunca, jamais, se ter a perceção que, passado dois ou três meses de entrar em vigor, o mundo fosse assolado por uma Pandemia. E, como não podia deixar de ser, o Concelho da Guarda, por arrastamento, ele próprio também foi vítima desse percalço a nível mundial. E o que é certo é que, quando se fez o orçamento para 2020, tinham-se seguido determinadas perspetivas, e a Pandemia veio alterar radicalmente essas mesmas perspetivas. No entanto, o Executivo da Câmara Municipal da Guarda não deixou de cumprir com as suas obrigações. E mais, e, acima disso, conseguiu dar resposta aos percalços decorrentes da Pandemia Covid-19, com apoios na ordem de 1 milhão de euros. Se olharmos para esse mesmo orçamento, nós vemos que a taxa de execução da receita foi de 88%. E não foi 100% porquê? Não foi 100%, porque, efetivamente, o Município da Guarda deixou de cobrar receita para fazer face à Pandemia Covid-19, designadamente ao não cobrar parquímetros, ao reduzir 30% nas tarifas da água, ao não cobrar rendas nas habitações Municipais a famílias mais carenciadas, etc. Por outro lado, também olhamos para a taxa de execução da despesa e esta anda na ordem dos 72%. É muito diferente daqueles 36% que o PS tinha em 2011 e 2012, mas, efetivamente, se olharmos para as circunstâncias que rodearam este orçamento, uma

taxa de execução de 72% é uma taxa muito aceitável e muito digna. E, depois, as GOP. Aí um bocadinho menos, uma taxa de execução de 63% que diz respeito ao investimento que não se realizou. E isto porquê? Porque a Autarquia, tal como toda e qualquer entidade, tem recursos que são finitos. Não tem uma máquina de produzir dinheiro que possa ir lá buscar e gastar em tudo aquilo que lhe apetece. Tem recursos que estão circunscritos a um determinado valor e tem que fazer a boa gestão desses mesmos recursos. E essa boa gestão reflete-se, por exemplo, em termos do índice de liquidez geral, que, de algum modo, demonstra a capacidade da Autarquia conseguir pagar o passivo do curto prazo com o ativo do curto prazo. E, se olharmos para este rácio, nós verificamos que a Câmara da Guarda tem 354% a nível do índice de liquidez. Significa que ela consegue pagar mais de três vezes e meia aquilo que é o passivo de curto prazo. Depois, também olhamos para o prazo médio de pagamentos. Esse prazo que nos últimos tempos do Executivo Socialista andou nos famosos quatrocentos e dez dias e que aqui foi apenas de quarenta. Dez vezes menos, sensivelmente. Efetivamente, ficou um bocadinho aquém do que tinha sido em 2019, que foi de trinta e quatro dias. Portanto, houve aqui uma degradação de seis dias, não é significativo. Mas o que é certo é que a Câmara da Guarda consegue pagar a tempo e horas e está longe, mas muito longe, dos noventa dias que determinam se a Autarquia está ou não com pagamentos em atraso. Por outro lado, também, em 2020, à semelhança daquilo que tinha acontecido nos anos anteriores, pagou mais de 2 milhões de euros em empréstimos. Empréstimos que o Partido Socialista contraiu e que este Executivo teve que pagar. Por outro lado, também, neste momento, a Câmara da Guarda tem margem para se endividar na ordem dos 37 milhões de euros. Como aqui dizia o Deputado da bancada do CDS, nos últimos tempos de governação Socialista, nem um prego fiavam à Câmara da Guarda. E, neste momento, a Câmara da Guarda, se quiser, pode chegar a uma entidade bancária e solicitar um empréstimo de 37 milhões de euros, porque tem essa capacidade. Depois, olhamos para as medidas tomadas no âmbito do Covid, que se repartem em duas vertentes: 600 mil euros em despesas de bens e equipamentos, como os equipamentos individuais de proteção, testes, etc., e 500 mil euros, ou perto de 500 mil euros, de receita que não foi cobrada. Daí que a Câmara da Guarda tenha, durante o ano de 2020, ocorrido, para além destes apoios no âmbito do Covid, a um conjunto de obras e iniciativas que estavam plasmadas no orçamento para 2020, e que passam pela construção dos Passadiços do Mondego; pela requalificação da Torre dos Ferreiros; pelo Quarteirão Associativo; por aquisição de imóveis degradados no centro histórico; pela intervenção e requalificação em várias artérias da cidade, aliás, que hoje todos nós reconhecemos que era uma necessidade; a conclusão da primeira fase das obras na Escola Secundária da Sé; a requalificação da Escola Básica de São Miguel. Isto para não esquecer os mais de 2 milhões de euros em obras nas Freguesias. E, para além disso, também adiciono aqui a requalificação das infraestruturas no campo de futebol de Vila Cortez do Mondego. Posto isto, o que é que significa? Significa que a Câmara da Guarda foi confrontada, em 2020, com um acontecimento extraordinário, ao qual soube dar resposta e não deixou de efetuar os investimentos que se tinha proposto. E, além disso, conseguiu também fazer face àquilo que são, enfim, as despesas operacionais, como são os salários, como são as beneficiações e reparações em equipamentos, compra de material administrativo. Enfim, toda essa panóplia de despesas que qualquer entidade está sujeita. Por isso, acho de muito mau tom que o Partido Socialista venha para aqui a apoucar um trabalho digno, um trabalho meritório, um

trabalho de um esforço, muitas vezes sobre-humano, que esta Câmara teve em 2020. E, por isso, nós estamos aqui para votar um documento que está bem feito, que os próprios Revisores Oficiais de Contas aprovaram e, portanto, este documento merece ser aprovado. E essa a proposta e a sugestão que eu faço a todos vós. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Bruno, faz favor.” -----

- **Deputado Bruno Andrade (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Relativamente aqui à aprovação das contas, naturalmente isto é o resultado dos gastos que o Município teve do ano 2020. Um orçamento do ano anterior, que não foi aprovado pelo Bloco, nós votamos contra o orçamento por várias situações e, naturalmente, vamos votar contra também na aprovação das contas. E isto porquê? Não nos parece nada bem que o Município não reconheça, e diz aqui: o Município não tem reconhecida a dívida, relativamente às águas. São 30 milhões que alguém vai ter que os pagar. São 30 milhões que, embora agora se diga: bom, mas nós reduzimos aqui o valor das tarifas da água. Pois, mas se não pagamos nada, também não nos não deve custar muito. Isto faz-me lembrar, e agora pegando também na questão do comboio, quem é que mandou parar o comboio, quem é que vai agora lá receber os louros do comboio. É exatamente igual. O comboio foi parado a 9 de março, pelo Governo do Sócrates. 9 de março de 2009, já lá vão doze anos. Depois, o Sócrates era para parar, mas era para compor. Foram 7 milhões e meio investidos na linha. O que é certo é que a obra nunca chegou a bom porto, porque foi o Bloco de Esquerda que apresentou uma Moção de Censura e o Governo Sócrates caiu, porque já não havia... e nota-se com os processos que temos aí em curso. Passos Coelho chegou e fez o que fez e cancelou a obra. Foi em 2011 que já não houve obra nenhuma. Mas no domingo, ou no dia 4, vai lá haver rosas e vai lá haver, utilizando o termo, PS e PSD, rosas e laranjadas, no sentido de apupar quem é que tem esta obra. E isto é algo que vos une aos dois partidos, quer ao PS, quer ao PSD. Os 30 milhões de dívida que temos às Águas de Portugal, começou no Partido Socialista que também disseram “não pagamos, não pagamos” e, a continuidade destes Executivos do PSD, é exatamente a mesma coisa, “não pagamos”. Nós cá estaremos para ver quem é que um dia há de pagar. Porque não hão de ser uns, nem hão de ser outros, há de ser o povo a pagar novamente tudo. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, pode responder.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhora Presidente. Relativamente às questões que foram colocadas. O Partido Socialista tem esta dinâmica, se for pouco dinheiro está mal, porque há uma solução para os problemas: é pôr dinheiro nos problemas. Portanto, gastámos 1 milhão. 500 mil que se gastou, 400 que deixou de se receber. Mas é um fracasso este projeto! Se fosse 1 milhão e 300, 2 milhões, 3 milhões, era um sucesso. Mas como é que o Partido Socialista pode ter esta visão do sucesso, se não sabe gerir? Não tem receita para responder. O que é que era de nós? Imaginem que em 2013 havia uma Pandemia. Como é que se resolvia o problema? Reparem, alguma entidade, alguma Junta de Freguesia, deixou de ter colaboração? Alguma Associação no Concelho, mesmo de Solidariedade Social, deixou de ter apoio do Município e ficou por responder alguma

necessidade? O Município foi incapaz de responder a alguma necessidade? Esgotámos o que tínhamos e o que não tínhamos, para responder ao período de Pandemia. Pasmem-se, o Partido Socialista, na voz do senhor Deputado Monteiro, aqui vem dizer: um fracasso, porque só gastaram 1 milhão de euros. Portanto, nem que tivéssemos que andar com uma malinha, aí pelas ruas: diga lá o que é que quer que o Município gaste? Porque é assim, é sem planeamento, é sem gestão que esta intervenção do senhor Deputado transmite a esta Assembleia. Uma irresponsabilidade, um desprezo pelo dinheiro público e, fundamentalmente, a incapacidade de prever o futuro. Um futuro como é este, no presente, que estamos a passar, que se não tivéssemos tido o cuidado de ter uma política responsável, uma gestão de finanças adequada, nós não conseguiríamos dar o mínimo de resposta à Pandemia. Portanto, depois, quer dizer, faz uma conta que é também para nós ficarmos perplexos. Vamos ao montante total do orçamento e, portanto, 1 milhão de euros a 5%. 5%, ou seja, nós deixámos de prestar a alimentação às crianças, pagar as contas, pagar os salários, como se a Pandemia tivesse que representar 20, 30% do orçamento, imaginem! Quer dizer, não há nenhuma Câmara onde isso acontecesse. Mas na Guarda tinha que acontecer, sabem para quê? Só para fazer a vontade ao Partido Socialista, que anda há anos nisto. O senhor Deputado Monteiro, nisto, já não tem cura. Dói-lhe, exatamente os resultados que nós aqui apresentamos no orçamento, na previsão, como também quando é já a execução e a apresentação de contas, como é aquilo que está a acontecer a 31 de dezembro. Depois, mistura anos. É um erro já crasso, não vale a pena. Repare, o Município da Guarda fez um boletim no ano 2021 e demonstrou, nesse boletim, o que eram atividades de 2020 e outras de 2021. Por acaso, só por acaso, senhor Deputado, temos um orçamento participativo, o orçamento participativo de 2021. Mas o senhor Deputado, nas contas de 2020, já queria lá o orçamento participativo. Portanto, é esta falta de realismo, esta incapacidade de perceber o básico. Mas, se formos ao complexo, muito bem Ricardo Né, porque de facto os números não têm que confessar por serem espremidos. Os números são o que são. E, verdadeiramente, eu fico perplexo, é um erro. Já há um ano atrás foi exatamente o erro. Se nem todos se reveem neste erro, eu não vou dizer a bancada do Partido Socialista, mas digo o Deputado Monteiro. Eu disse há pouco, e não é que eu saiba, mas, sim, é o resultado da análise que nós podemos fazer. Com o novo sistema de contabilidade pública, nós temos que definir as obras, os projetos, para cinco anos. Alguns, nós começámos a executar, mais uma vez, senhor Deputado Monteiro, alguns começámos logo a executar em 2020. E outros prevemos executá-los em 2021. E outros, que não se esgotaram, na sua execução, em 2020, vão ter sucessiva programação nos anos subsequentes. Então, reparem. Aqueles que se esgotaram totalmente no ano 2020, o senhor Deputado Monteiro chega lá: zero. Vejam, execução, zero! Pois é, é zero porque já foi executado em 2020. Depois, mesmo que não tenha sido esgotado em 2020 e que seja plurianual, que é isso que o novo sistema de contabilidade pública admite e prevê, dois conceitos novos, senhor Deputado Monteiro, o plano plurianual de investimento e também as atividades mais relevantes. Ou seja, nós destacamos, e o quadro é bem visível, onde temos os valores previstos e os valores gastos. E, portanto, há também projetos que nós queremos desenvolver, que ainda não desenvolvemos, mas temos que os indicar para os próximos cinco anos. Daí o grau de execução, com aquele ânimo todo que nós vimos ao Partido Socialista: agora encontrei aqui, de facto, o defeito nas contas, finalmente. Mas não é assim. Leia aquilo que hoje a lei, que regula as finanças públicas,

determina. E, portanto, ou vamos de facto ao balanço, ou vamos de facto à apresentação dos resultados. E aí podemos ter a performance concreta que o Município desenvolveu no ano de 2020, ou então vamos avaliar aquilo que temos que fazer nos cinco anos seguintes. Como ainda não estamos em 2022, tem que lá ter zero na execução, mesmo que eu tenho previsto realizar um determinado projeto em 2020 e que tenha gasto a primeira tranche, que tenha iniciado em dezembro do ano 2020, gastei um décimo daquilo que era o valor total, só posso falar da execução de dezembro, não posso falar já da execução do ano de 2021, como é óbvio. E, portanto, estar aqui a confundir aquilo que é objetivo e concretizado no balanço, na execução orçamental, dados concretos, porque já chegamos no final... Reparem, quando se faz um orçamento, nós estamos no ano anterior e planeamos a despesa e a receita para o ano seguinte. É uma previsão. É uma previsão gastar tanto e receber tanto. As contas já é a execução, propriamente dita, durante esse ano, e, portanto, ela se refere a 31 de dezembro. E aí nós vemos, em termos de balanço, de resultado, aquilo que foi o nosso desempenho. Claro que a lei acrescentou este elemento novo, de definirmos os cinco anos subsequentes, qual é o planeamento que o Município quer fazer. E, por isso, nós temos aqui, de facto, taxas de execução, não podia ser de outra forma, de zero. E, por isso, mais uma vez, o senhor Deputado não tem razão na sua análise. E não é uma questão de olhar para os números, numa perspetiva diferente. Só há uma, é esta porque foi sindicada pelos ROC's, foi desenvolvida pelos técnicos da Câmara, onde eu não entrevi. E depois, de facto, tem razão numa coisa. O documento que chegou a todos os Deputados não estava assinado, mas o original está na minha mão. E eu não assinei aqui, mas está assinado, senhor Deputado. Nunca iríamos apresentar estas contas com o carimbo, não iríamos apresentar as contas sem estarem assinadas. Mas o que chegou à vossa posse, tenho a informação que não tinha, de facto, essa assinatura. Depois, claro, temos que assinar um conjunto de documentos que não vêm aqui, desde o combate à corrupção onde dizemos que foi com transparência e execução, assinei esse documento para ser apresentado também aos organismos. E esses não têm que vir aqui à Assembleia Municipal. Agora, o documento que aqui está, está assinado por mim. Portanto, nesse ponto, não sei também a preocupação do senhor Deputado em querer, de facto, levantar aqui uma situação de falta de transparência, que nunca aconteceu no passado e muito menos iria acontecer também no presente. Mas voltando à questão do - gastar pouco é mau, se gastarmos muito é bom. Sem planeamento, sem racionalidade, é um fracasso anunciado. Um fracasso anunciado como disse da última vez. Mas eu pergunto. O número de empresas que se apresentou para beneficiar deste apoio, cumpriu os requisitos. Os requisitos são tão simples, o Partido Socialista considerou isto complexo, burocrático. E, depois, esta falta de transparência, não consigo, de facto, compreender. As empresas até vinte trabalhadores, que têm de facto uma perda de rendimentos no ano de 2019, em relação ao ano 2020, que apresentaram um volume de negócios em 2019 e que têm uma quebra até 25% no ano 2020, beneficiam de um apoio da Câmara de 400 euros. Mas, se o prejuízo no ano de 2020 for maior do que 25%, portanto, ultrapassar os 40%, tem um apoio de 600 euros. Portanto, as regras e aquilo que é o critério de elegibilidade está bem claro. Menos vinte trabalhadores e que tenham de facto perdas entre 25 e 40% e acima de 40%, respetivamente, 400 euros de apoio, 600 euros de apoio, se demonstrarem, contabilisticamente, se estiverem formalmente constituídos no ano de 2019, beneficiam deste apoio. Nós colocámos no orçamento uma dotação de 500 mil euros. Foi uma primeira avaliação. Era importante ouvir

quantos Municípios, quer do distrito, da região, do país, tiveram esta medida, para comparar o fracasso, como é dito aqui pelo Partido Socialista. Fomos dos primeiros a tomar esta medida. Temos resultados positivos daquilo que foi o universo que procurámos abranger. Dissemos os CAE's, nós falámos das situações mais críticas no nosso território que tinham que ser apoiadas, e foi atrás deles, foi por eles que nós definimos esta regra. Mas, com certeza, também diz o regulamento, não é um regulamento limite, não é um regulamento final. Estamos disponíveis para abrir nova medida, se assim a Pandemia também perdurar. Portanto, utilizar os chavões, as conclusões, as quais não têm qualquer relação com aquilo que foi a opção de apoio às empresas, é, de facto, também demagogia, para não chamar populismo. À questão das águas, lá vamos voltar outra vez. Eu ouvi aqui o Deputado Bruno Andrade: bem, cá está o Bloco de Esquerda, um dia, quando for governação, vai ele pagar a dívida. É isto que acabamos de ouvir, aos anos... quem assinou o contrato, senhor Deputado? Quem assinou o contrato leonino, prejudicial dos interesses da Guarda, quando a Guarda tinha capacidade e infraestruturas suficientes para alimentar, em termos de água, toda a população, quem assinou esse contrato? Quem é que assinou as obrigações do contrato? Quem é que não cumpriu as obrigações do contrato? Foi o PSD? Ou foi o Partido Socialista? E sabe, em 2008, sabe que este processo durou até esta data e vai continuar a durar. O Supremo Tribunal Administrativo, o processo chega ao fim de dez anos ao Supremo Tribunal Administrativo, tornou-se incompetente, e mandou para o Tribunal Arbitral que estava previsto no contrato que o Partido Socialista assinou. Quem definiu a regra não fomos nós. Quem definiu as regras foi o Partido Socialista. Acautelou os interesses? Se não os acautelou, agora estamos aqui a reclamar as culpas de quem? De quem assinou. Só podemos reclamar culpa a quem assinou e definiu as regras. Nós sofremos as consequências, mais uma vez. Agora, o senhor Deputado, se entender que lhe estão a reclamar uma dívida, e se não dever dinheiro a esse presumível credor, o senhor vai pagar? O senhor paga tudo o que lhe pedem? Por isso é que está em provisões. Está em provisões, não reconhece dívida nenhuma! Está um valor, em provisões, de 32 milhões. Provisões. Sabe, o valor que está ainda na ação, que está no Tribunal Arbitral, é de 29 milhões, que é aquilo que foi reclamado. Como se sabe também, em 2018, o Município da Guarda passou a pagar o valor que, de acordo até com aquilo que foi definido pelos diversos Municípios deste sistema multimunicipal de água, nós pagamos a água e o saneamento. Mas não no valor que nos está a ser exigido pelas Águas do Vale do Tejo. Portanto, por isso é que a dívida não tem avançado, nem tem evoluído da forma que evoluiu no passado, onde, de facto, não pagámos. O Partido Socialista não pagou e gastou o dinheiro. E nós amealhámos. O dinheiro está lá, cerca de, como já disse várias vezes, são mais de 6 milhões e meio, para que, se a decisão foi proferida, nós possamos, com esse valor e algum que temos de pedir, mais uma vez para pagar uma dívida de um contrato onde o Partido Socialista não acautelou os interesses da Guarda, teremos que assumir o primeiro empréstimo do Município, em oito anos de governação, para poder pagar aquilo que vier a ser uma decisão do Tribunal Arbitral. Mas que nós entendemos nunca será superior a 20, 21 milhões de euros ao sistema multimunicipal de águas que regula a nossa região. E, por isso, como está em provisões, e não é dívida, nós também não podemos desviar-nos desse valor. E, por isso, colocámos em provisões e eles lá estarão, hoje, amanhã e depois, até que o Tribunal Arbitral decida. E, portanto, está claro isto. O partido que sustenta o Executivo não irá pagar nada, enquanto o Tribunal não decidir. E, portanto, não vale a pena andar para a

frente, para trás, quem deve, quem não deve. E se quisermos pedir, e se formos justos, pedimos a responsabilidade ao causador do problema. E todos sabemos quem é. O contrato está assinado e todos sabemos, mais uma vez, quem é que prejudicou, ao longo destes anos, os interesses dos munícipes e que nos cria encargos para futuro. E que nós também nos queríamos ver livres disso, mas não tem sido possível até agora. Quanto a esta matéria, penso que esclareci. Eu dava a palavra também ao senhor Vice-Presidente, em relação ao senhor Deputado Aires Diniz, para responder. Acima de tudo, todos nós percebemos a dinâmica, os protocolos e também os projetos, até internacionais, que a Capital Europeia da Cultura tem desenvolvido. Mas, mais uma vez, tenho que dizer, senhor Deputado Aires Diniz, o alheamento da realidade, será porque em Bragança não chega lá informação? Se estivesse aqui na Guarda... mas tenho que lhe dizer isto, porque, efetivamente, é um projeto que está pujante. Mas, do ponto de vista mais específico e concreto, o senhor Vice-Presidente lhe dará mais esclarecimento sobre essa matéria. Disse.” -----

- **Vítor Amaral, Vice-Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, obrigado. Senhora Presidente, Mesa, não sei se me ouvem? Senhoras e senhores Deputados, Presidentes de Junta, quem nos segue em casa. Para mim é uma estreia...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Vice-Presidente, sim, talvez seja melhor, por causa, depois, do online.” -----

- **Vítor Amaral, Vice-Presidente da Câmara:** “Aproveito até, no fundo, a intervenção do senhor Deputado Aires Diniz, que eu prezo há muito tempo. É um homem atento à nossa atividade Cultural e muito interventivo e com muitas questões que nós agradecemos. Em relação a esta questão da Capital, evidente, aproveito então para, a propósito deste desafio, dizer-vos o seguinte. A candidatura não se ganha ou se perde pelo número de notícias, ou pelos eventos mais ou menos mediáticos que cada cidade está a preparar. A candidatura ganha-se ou perde-se com a apresentação de um documento, que será submetido de acordo com o calendário definido pelo Ministério da Cultura, em novembro deste ano, e, essa candidatura ganha-se ou perde-se, com a apreciação de um júri internacional, independente, que vai avaliar exatamente o conteúdo desse mesmo documento que cada cidade vai apresentar e que segue um conjunto de pressupostos e de critérios que estão muito bem delineados. A candidatura Guarda 2027, posso naturalmente informar aqui, eu já agora dizia ao Deputado Aires Diniz, como sendo um homem muito atento, mas aproveito para divulgar, mais uma vez, que a candidatura, evidentemente, tem um *Site*. E tem as suas plataformas de divulgação. E se tiverem curiosidade, percorram, de facto, o *Site*. E, já agora, também, vai estreiar um programa de rádio, na rádio Altitude, também esta semana, um programa semanal da Guarda 2027, que vai ser um palco também, uma plataforma de informação mais próxima sobre aquilo que estamos a fazer. Porque é verdade, há um défice de comunicação, com certeza. Nem todas as pessoas têm redes sociais e leem o jornal, com certeza que não. Isso nós sabemos, de facto. Não é isso que eu venho aqui dizer que toda a gente sabe. Mas também há uma coisa que é verdade. Nem todas as cidades, e como isto se trata de competição, têm que revelar e estar sempre a dizer o que estão a fazer e os projetos que estão a desenvolver. Porque, verdadeiramente, essa candidatura será ganha pela capacidade de construirmos uma narrativa muito forte, diferenciadora e de apresentarmos projetos a uma

década. Esse dossiê é um plano estratégico a uma década, na visão de que temos sobre a cultura e a forma como ela pode desenvolver este território. Aproveito para dizer que a candidatura Guarda 2027 está a trabalhar, não está parada. A equipa com quem eu trabalho todos os dias, ainda hoje estive a trabalhar de manhã com uma parte da equipa. Ainda ontem tivemos numa reunião da CIM, com projetos que estão e que vão avançar. Dizer-vos que, já agora, em relação a isso, a Guarda 2027 propôs, em fevereiro, à própria CIM, exatamente um documento que vai ser trabalhado a partir da próxima semana. Teremos, no TMG, uma reunião com todos os Municípios e com uma equipa que foi constituída, para trabalhar um Plano Intermunicipal de Estratégia de Cultura, que será uma ferramenta complementar, além dos planos municipais que cada Município está a trabalhar, nós próprios estamos a trabalhar o nosso, e que vão evidenciar, ao júri Internacional, que esta candidatura não são um conjunto de eventos. Esta candidatura é um processo verdadeiramente transformador e nós não estamos sozinhos egoisticamente. Envovemos dezassete Municípios. E posso-vos garantir que há uma firme convicção, por parte de todos os Municípios, até os que não pertencem à CIM, por sinal muito convicta em relação ao processo que está a ser desenvolvido. A equipa está a trabalhar no terreno. Tem havido reuniões nos Municípios. Nós não temos que andar a fazer fotografias, todos os dias, para o Facebook, para dizer onde estamos. Portanto, é preciso que tenham essa... acreditem no processo que está a ser trabalhado. Eu tenho-me fartado de ouvir críticas, que são democraticamente aceites, bem-vindas as críticas. Elas dão-nos energia para continuarmos em frente. Estou perfeitamente convencido que a Guarda 2027, pode não ser a candidatura vencedora, mas vai ter o mérito, garanto-vos que vai ter o mérito, de chamar à atenção. Aliás, já tive eco de muitas candidaturas concorrentes à Guarda, e uma delas, de uma cidade onde eu fui feliz muitos anos, que é Évora, que me transmitiram, além de tudo o resto: a vossa marca e a vossa assinatura é a mais bonita de todas as cidades candidatas, é o apelo do Interior. Não sei se já se tinham apercebido. Se lerem as nossas comunicações, encontram lá aquilo que nós estamos a trabalhar, o apelo do Interior e é isso que nós estamos a conseguir alcançar. Não imaginam o número de parcerias que estamos a preparar. Aliás, no dia 9, neste mesmo espaço, e alguns de vocês vão receber o convite, teremos aqui a assinatura dos nossos parceiros culturais, que são cada vez mais. Aliás, senhor Deputado, não sei se leu, certamente, se não leu, a candidatura Guarda 2027 não está parada, a prova de que, em plena Pandemia, lançámos o número dois da revista, desta Agenda Cultural da Beira Interior que é pioneira. Alguma vez vocês viram uma agenda destas? Alguma vez se fez na Beira Interior, liderada pela Guarda, um projeto desta natureza, em que se constrói, com todos os parceiros, uma programação em rede? Nós ouvimos todos falar dessa terminologia, rede, resiliência. Nós estamos a construir um projeto de futuro. Mesmo que nós não ganhemos esta candidatura, nós estamos a construir um projeto que vai deixar marca na região. Tenho essa convicção. E os parceiros que temos, olhe, o mais recente que se juntou a nós, parceiros comerciais, Resiestrela. «A Resiestrela orgulha-se de apoiar a Guarda 2027. Porque amanhã, na cultura como na economia circular, os resíduos são os novos recursos.» A Guarda 2027, e isto tem que ser um segredo guardado entre nós, vai apresentar uma candidatura sob o ponto de vista da visão de futuro e aquilo que Europa deseja para as regiões de baixa densidade, será uma candidatura vencedora. A narrativa que está a ser construída é exatamente nesse sentido, em que se junta, em que se alia a cultura às questões das alterações climáticas, às questões do

ambiente, às questões da sustentabilidade e da resiliência dos territórios de baixa densidade. Isto está a ser tratado. Está a ser tratado ao mais alto nível por pessoas que estão, claramente, cientes destes desafios. E nós assinaremos aqui, no dia 9, assinaturas de parceiros, o senhor Presidente já assinou, anunciaremos mais pareceres da candidatura. Nesse dia 9, será apresentada aqui a Comissão de Honra da Guarda 2027. Lá está. Será notícia, senhor Deputado, nacional? Oxalá que seja! Aliás, a Guarda 2027, se forem ver os nossos arquivos, tem sido notícia. Apresentámos aqui, há muito pouco tempo, um Centro Internacional de Dramatologia. Um projeto Guarda 2027, que deixou ciúmes a muitas cidades candidatas, senhor Deputado. Isto não é trabalho? É trabalho, é investimento no futuro. Não são eventos, são projetos que vão deixar raiz. E isso, nós estamos convictos do que estamos a fazer. Eu conto com vosso apoio, ainda que a informação não vos chegue de uma forma tão explícita. E, se tiverem dúvidas, batam-me à porta, totalmente disponível para reunir com quem quiser, para explicar exatamente o que está a ser feito. Tanto eu como o senhor diretor da candidatura, e toda a equipa de programadores, com quem ontem eu reuni. Portanto, esta agenda é demonstrativa, se lerem, exatamente do instrumento de planeamento de trabalho, entre todos os agentes da cultura, da região, que está e ganhou notoriedade. Eu estive com uma pessoa importante, na CCDR, no outro dia, numa reunião das aldeias de montanha, e ofereci-lhe a agenda e ele disse: caro Vítor, ainda bem que ma dá, porque eu já tinha visto a notícia, e vou levá-la para a minha cidade concorrente, vossa concorrente, vou fazer ciúmes. E, no dia a seguir, essa cidade concorrente fez um grande evento mediático para apresentar o logótipo da candidatura. Logótipo esse, que o concurso, só o concurso foram 10 mil euros para quem ganhou. Eu ouvi muitas críticas ao logótipo. Alguém me disse que o nosso é mais bonito, mas isso já é uma questão de estética. O logótipo e o pin valem pouco. Vale é o trabalho que estamos a fazer. Desculpem a minha convicção e a minha noção daquilo que está a ser feito. Acreditem. Quando eu falo, falo do coração. Não venho aqui com nenhuma visão fantasmagórica, nem a convencer-vos de nada. A Guarda 2027 é um projeto em que todos devem acreditar. A Pandemia impediu-nos de fazer ações de proximidade aqui na região. Ainda vão acontecer. Temos em marcha muitos projetos que vai gerar envolvimento associativo e temos coisas aí a acontecer. Vários projetos estão a acontecer, se estiverem atentos. Aliás, a Guarda tem feito este trabalho. Tudo o que estamos a fazer tem a chancela Guarda 2027, mesmo coisas que a Guarda já tem, das quais se orgulha, tem a chancela Guarda 2027. Este fim de semana mesmo, temos o Encontro Internacional de Fotografia, com debates online, tudo com marca 2027. Quer dizer, as coisas estão a acontecer. Não estamos preocupados com os eventos mediáticos nesta fase. Estamos preocupados com um dossiê que é muito exigente sob o ponto de vista da construção. E esse, tenho essa convicção, há de vir aqui a este Órgão. Por isso nós aprovámos aqui um órgão, ainda acima do Conselho Geral, que é presidido pelo senhor Presidente, em nome de todos os autarcas, além do Conselho Estratégico que está a trabalhar, além da Comissão de Honra que vai ser aqui apresentada e que tem mais de cem personalidades nacionais, do mundo da cultura, da economia, da ciência, presidido pela Dra. Teresa Patrício Gouveia e que vai estar aqui no dia 9. Constituímos aqui um grupo de trabalho supramunicipal, cuja função, e eu estive a falar com a senhora Presidente no outro dia, tem a ver, exatamente, com apreciar o dossiê final da candidatura, para ainda termos tempo de dizerem: na nossa opinião, acho que falta... Tenham a noção de uma coisa, pode faltar lá muita coisa, e o objetivo é que nessas sessenta ou cem páginas, (não

é uma coisa de trezentas páginas, é de sessenta, muito limpinho, muito pragmático, mas muito forte) o júri se convença que a Guarda, mais duas cidades, são as 3 melhores. E depois há uma segunda fase, que é aconselhar a cidade a que, naquele capítulo, ou neste, ou neste, falta lá qualquer coisa. E, então, essas três, é que vão à luta final, para ver então aquela que apresenta melhores argumentos e melhora a sua capacidade de narrativa em relação a alguns dos pontos. Garanto-vos que nós estamos na luta para estar na linha da frente. Quando, numa fase difícil deste processo, há um ano atrás, há um ano e meio, alguém me dizia, aqui na Guarda, depois de ter saído um diretor que tínhamos, e substituímos, alguém me disse: Vítor, é melhor desistires e juntarem-se a outra cidade aqui à beira. E eu disse: desculpa, não é assim que nós temos que olhar para nossa cidade. Nós vamos à luta e vamos apresentar um projeto forte. É esse que está a ser construído, acreditem nisso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. Deixem-me só dizer duas palavrinhas acerca disto. Eu falei, efetivamente, no outro dia, com o senhor Vice-Presidente. Como sabem, foi aprovado aqui, na sessão de dezembro, salvo erro, dezembro, exatamente, a constituição da Comissão de Acompanhamento e fui indicada eu para representar a Assembleia Municipal da Guarda. Mas a Comissão de Acompanhamento seria composta por um representante de cada uma das Assembleias dos dezassete Municípios aderentes. Eu não tive, não fui tendo eco de nada. E eu própria, tal como tinha combinado, officiei, até perguntei ao senhor Vice-Presidente se tinha alguma informação, ele também não tinha, eu própria officiei aos Presidentes das dezassete Assembleias Municipais, para saber em que pé é que estavam as coisas. Se havia algum representante designado, ou não. Porque, se se recordam, o que estava estipulado na proposta Camarária, que depois foi aqui aprovada, é que as condições de funcionamento da própria Comissão de Acompanhamento seriam definidas pelos seus membros. E, por isso, eu entendi officiar, até porque, provavelmente, alguém teria que fazer de locomotiva e de desencadear o processo. Portanto, fiz um ofício aos Presidentes das Assembleias Municipais. Vários me telefonaram a dizer que desconheciam em absoluto este assunto e, portanto, não tinham conhecimento de nada. Alguns já me responderam por escrito. Tanto quanto sei, aliás, no início desta Assembleia, ligou-me o Presidente da Assembleia Municipal de Figueira Castelo Rodrigo, tiveram Assembleia na passada sexta-feira, e foi designado ele próprio também para integrar esta Comissão. Eu sei que, penso que é amanhã, Celorico vai ter Assembleia Municipal, vão falar do assunto. Mas, tanto quanto sei, vai ser um Deputado Municipal que vai levantar a questão. E, portanto, aquilo que eu vou fazer é esperar que termine o mês de abril, porque é o mês do calendário das Assembleias Municipais obrigatórias, como sabem, em abril deve haver uma Assembleia Municipal, e, portanto, em função das respostas que me indicarem, aquilo que, aliás já combinei com o senhor Presidente de Figueira de Castelo Rodrigo, o que iremos fazer é: se, eventualmente, houver elementos designados para a Comissão, tentaremos reunir os que estiverem designados e tentaremos nós trabalhar. Se só houver dois, trabalham dois. Se houver quatro ou cinco, serão quatro ou cinco. Portanto, em função dos que estiverem designados, iremos reunir e iremos pedir, eventualmente, depois combinaremos na reunião, eventualmente, e iremos tentar fazer então algum trabalho, de forma a poder depois também apresentar-vos algum relatório de atividades do que nos transmitirem. Portanto, quanto a esse assunto, estamos. Eu queria só perguntar uma coisa, já agora, porque o senhor Vice-

Presidente disse que a Comissão de Honra, disse-me dia 9? Pronto, que dia 9 vai ser apresentada a Comissão de Honra. E eu gostava de saber, porque, se bem se recordam, mas se não se recordarem é só consultarem as atas e o áudio das Assembleias Municipais, o senhor Presidente da Câmara endereçou aqui, publicamente, um convite, para integrar a Comissão de Honra desta candidatura, à Presidente da Assembleia Municipal. Eu, como não tive nenhum convite formalizado até agora, gostava de saber se esse convite público foi apenas aqui, ou como é que está isso. Já agora, alguém que me possa responder. A mim não, à Assembleia!” -----

- **Vítor Amaral, Vice-Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente, em relação a isso, eu aproveito, se me permite, até antes disso, dizer o seguinte em relação àquilo que foi aqui aprovado em Assembleia e em relação a alguns Presidentes de Assembleia, que, eventualmente, desconhecem. Eu tenho exatamente aqui, na minha mão, um ofício que seguiu para todas as Câmaras, no dia 25 de fevereiro, assinado pelo Presidente da Câmara, para todos os Presidentes dos Municípios, onde se apresenta exatamente aquilo que foi, não só aqui decidido, como foi também decidido em sede da CIM, que tem a ver exatamente com o processo de comparticipação financeira, por parte dos Municípios, de uma forma solidária, para o orçamento da Guarda 2027. E, portanto, está aqui o ofício enviado para todos e, portanto, eu... aliás...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Desculpe interrompê-lo. Foi precisamente isso que eu, obviamente, officiei aos Presidentes das Assembleias Municipais. Mas aquilo que eu transmiti foi que, provavelmente, o impulso processual, digamos assim, teria que partir das Câmaras e era normal que os Presidentes, se ainda não lhe tinham feito chegar nada, que não tivessem conhecimento do assunto.” -----

- **Vítor Amaral, Vice-Presidente da Câmara:** “Mesmo assim, eu pedi ao...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Alguns o que me disseram foi que iam tentar saber, junto das Câmaras Municipais, o que é que se passava.” -----

- **Vítor Amaral, Vice-Presidente da Câmara:** “Claro. Mesmo assim, eu pedi ao nosso secretariado para, via telefone, e já fizemos esse trabalho, telefonar a cada Câmara para lembrar, exatamente, estes assuntos que estavam aqui neste ofício. É natural que os Municípios, com tantas outras frentes, muitas vezes os ofícios não são lidos, ou não são atendidos. E, portanto, este ofício foi enviado em fevereiro, tem exatamente a chamada de atenção do projeto Guarda 2027, as questões já de compromisso entre todos os Municípios, as questões de financiamento que os Municípios estão a cumprir. Aliás, alguns deles estão a aprovar, em Assembleias Municipais como esta, exatamente a componente orçamental que não tinham previsto no orçamento, para cumprirem esse pressuposto que foi aprovado em sede da CIM. E, depois, cá está. Como reforço de amplo critério de apoio político da região, foi aprovado, por unanimidade, na Assembleia Municipal de 15 de dezembro, a nossa proposta de criação de uma Comissão de Acompanhamento da candidatura, onde se diz aqui que: no caso da Guarda, foi indicada a Dra. Cidália Valbom, Presidente da Assembleia Municipal. Assim, solicitamos que possam despoletar o mesmo processo nos vossos Municípios, para se efetivar, na prática, a constituição final deste órgão. A sua missão é

acompanhar o processo e apreciar e votar, a par do Conselho Geral dos Autarcas, o dossiê final da candidatura a submeter. Pronto, isto foi enviado. Em relação à Comissão de Honra, efetivamente, senhora Presidente, e, naturalmente, por lapso, porque ainda aqui há nomes que vão receber o convite, ou até telefonicamente, para estarem o dia 9. Olhe, eu tenho aqui a lista na minha mão. Veja os confirmados, cento e tal pessoas, mas há ainda nomes que não estão ainda aqui, portanto...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O que me está a dizer é que o convite formal ainda não chegou à Presidente da Assembleia Municipal...” -----

- **Vítor Amaral, Vice-Presidente da Câmara:** “Exatamente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “...mas que o convite público se mantém de pé.”

- **Vítor Amaral, Vice-Presidente da Câmara:** “Claro, claro. Está aqui já feito, mas...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Só para clarificar.” -----

- **Vítor Amaral, Vice-Presidente da Câmara:** “... receberá o convite, uma vez que há ainda pessoas que o vão receber.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Senhor Presidente, já terminou? Sim? Muito bem. Passávamos, agora, então, à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.2 - Discussão e votação da Prestação de Contas do Município da Guarda do Ano de 2020.* -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e dois votos a favor, uma abstenção e nove votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim? Declaração de Voto, faz favor, senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Bruno Andrade. Também Declaração de Voto? Sim senhor.”

- **Deputado Bruno Andrade (BE):** “Senhora Presidente, eu mudei o meu sentido de voto. Abstive-me e não votei contra, por um motivo. A minha questão era o facto de termos a dívida às Águas de 30 milhões. Mas ficou ressalvado, com a declaração do senhor Presidente, uma situação que ficou e que fica gravada. É que temos os tais, o pote com 6 milhões ressalvados, para quando houver a dívida. Quando saltar a dívida cá para fora e tenhamos que a pagar, é garantia deste Executivo que tem 6 milhões, penso que seja no Banco BIC, salvo erro. Não são muitos milhões, os que cá há, a maior parcela é esta, 5 milhões, quase 6 milhões, não chega a 6, no Banco BIC. E é esta segurança que este Executivo nos dá, caso e quando venha a ter que pagar a dívida, haja ali aqueles 6 milhões para a gente poder acautelar isso. Muito Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente da Junta de Santana D’Azinha, também Declaração de Voto, faz favor.” -----

- **José Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Santana da Azinha (PSD):** “Peço desculpa insistir, mas volto sempre ao mesmo. Quando eu vejo a grande promessa, a questão do saneamento e olhamos para o orçamento, ou, neste caso, a prestação de contas, não

vemos um cêntimo gasto na questão do saneamento, é evidente que não posso ficar satisfeito. A vontade era votar contra, claro. Mas não adianta.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente de Junta.” -----

Ponto 2.3 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu não sei se o senhor Presidente quer dizer algumas palavras, ou se fica à disposição... Muito bem. Alguém pretende intervir sobre este ponto? Faz favor, senhor Deputado Matias Coelho.” -----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Senhor Presidente, é uma pergunta muito simples, que me salta essa dúvida, e que é sobre a Rua Tenente Valadim. Eu passei lá muitas vezes a pé e a Rua, em termos de piso, está em excelentes condições. Fiquei surpreendido quando vi aquilo tudo esventrado. Quis lá passar, nem a pé pude lá passar. Depois, eu estive uma semana de férias, como reformado tenho férias, vi a notícia que tinha surgido um problema qualquer com achados arqueológicos. A minha pergunta é: qual é o motivo porque se intervencionou ou se está a intervencionar essa Rua, se é para repavimentar tal qual como estava, se é para meter infraestruturas de saneamento ou lá o que é. Era essa a minha questão.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Posso?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Se mais ninguém pretender intervir. Mais alguém pretende? Não? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigada, senhora Presidente. Senhor Deputado, esta obra insere-se no programa de requalificação e regeneração urbana. Vamos, com certeza, mexer nas infraestruturas e não foi levantada a calçada para ser posta exatamente a mesma. Vai seguir sensivelmente o mesmo modelo da Rua do Encontro. Aliás, a empreitada é a mesma e também a candidatura aos fundos comunitários também faz parte, exatamente, da mesma candidatura. Portanto, só dar também nota, aproveito... penso que esclareci, portanto, as infraestruturas vão ser mexidas e, com certeza, dará lugar a uma nova repavimentação. Fica também a nota que a partir de segunda-feira, porque houve um achado arqueológico nesse espaço, mas está ultrapassada a questão da suspensão da obra, e a partir de segunda-feira vão reiniciar os trabalhos. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Conte-me lá a ver se temos quórum.” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretário da Mesa:** “Temos. Está no limite, mas temos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Temos? Ainda bem. Bom, não temos mais pontos da Ordem de Trabalho. Eu só ia pôr à votação as deliberações em minuta. Alguém vota contra? Alguém se abstém? Está aprovado por unanimidade. Deixem-me só, antes mesmo de terminar, fazer um agradecimento muito especial aos técnicos do TMG, porque trabalharam

